



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXI SUP. AO Nº 29 QUINTA-FEIRA, 1º DE DEZEMBRO DE 2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Deputado Beto Mansur (PRB-SP)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
2º Secretário

Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)
3ª Secretária

Senadora Ângela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Vago

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)
Presidente

Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)
1º Vice-Presidente

Deputado Giacombo (PR-PR)
2º Vice-Presidente

Deputado Beto Mansur (PRB-SP)
1º Secretário

Deputado Felipe Bornier (PROS-RJ)
2º Secretário

Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)
3ª Secretária

Alex Canziani (PTB-PR)
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Deputado Mandetta (DEM-MS)
2º - Deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP)
3º - Deputada Luiza Erundina (PSOL-SP)
4º - Deputado Ricardo Izar (PP-SP)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rocha
Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Hélio Lopes de Azevedo
Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL.....	
1.1 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746/2016	
Ata da 3º Reunião, realizada em 1º de Novembro de 2016.....	4
Ata da 4º Reunião, realizada em 8 de Novembro de 2016.....	41
1.2 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 748/2016	
Ata da 1º Reunião, realizada em 9 de Novembro de 2016.....	74
1.3 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 749/2016	
Ata da 1º Reunião, realizada em 9 de Novembro de 2016.....	76





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746, DE 2016, PUBLICADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2016, QUE “INSTITUI A POLÍTICA DE FOMENTO À IMPLEMENTAÇÃO DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL, ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, E A LEI Nº 11.494 DE 20 DE JUNHO 2007, QUE REGULAMENTA O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 1º DE NOVEMBRO DE 2016.

Às catorze horas e quarenta e quatro minutos do dia primeiro de novembro de dois mil e dezesseis, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Deputado Izalci, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 746, de 2016, com a presença dos Senadores Simone Tebet, Fátima Bezerra, Lídice da Mata, Pedro Chaves; e dos Deputados Wilson Filho, Thiago Peixoto, Professora Dorinha Seabra Rezende, Josi Nunes e Aelton Freitas. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e convida os seguintes palestrantes para assento à Primeira Mesa de Exposições: Rossieli Soares Da Silva, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação - MEC; Celso Augusto Souza De Oliveira, Presidente da Undime Paraná; Ivan Cláudio Pereira Siqueira, Vice-Presidente da Câmara de Educação Básica do CNE. Faz uso da palavra a Senadora Fátima Bezerra. O Presidente convida os demais participantes para assento à Segunda Mesa de Exposições: Antônio Lacerda Souto, Representante da CONTAG no FNE; João Antônio Cabral de Monlevade, Consultor Legislativo do Senado Federal; Maria Inês Fini, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. Usa da palavra o Relator, Senador Pedro Chaves, para suas considerações. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Senadora Fátima Bezerra, Senadora Lídice da Mata, Senadora Simone Tebet, Deputado Thiago Peixoto e Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezoito horas e três minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Izalci, e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado IZALCI
Presidente



O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 746, de 2016.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a matéria.

Convido para a primeira Mesa os seguintes convidados.

Rossieli Soares da Silva...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – Deixe-me terminar só de convidar para a Mesa e dou a palavra a V. Exª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – Então, logo ele chega, assume a Mesa.

Celso Augusto Souza de Oliveira, Presidente da Undime Paraná. Muito obrigado pela presença, Celso.

Ivan Cláudio Pereira Siqueira, Vice-Presidente da Câmara de Educação Básica do CNE (Conselho Nacional de Educação).

Só para esclarecer, esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que têm interesse em participar podem enviar comentários pelo senado.leg.br/cidadania ou pelo telefone 0800-612211.

Aqueles que nos acompanham neste plenário também poderão enviar as suas perguntas por escrito. Os questionamentos devem ser entregues à Secretaria da Comissão.

A Presidência adotará as seguintes normas.

Serão realizadas duas Mesas de debates.

O convidado fará a sua exposição em dez minutos.

Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares inscritos.

A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição.

Concedo a palavra, então, imediatamente ao Sr. Celso Augusto Souza de Oliveira, Presidente da Undime Paraná.

Antes, Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – Questão de ordem ou pela ordem?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – É pela ordem mesmo.

Eu queria a relação dos convidados aqui, por favor.

Sr. Presidente, quero dar meu boa tarde, cumprimentar os convidados, os demais presentes e perguntar já a V. Exª se o Prof. João Monlevade, Ricardo e Antônio não estão indo para a Mesa agora, porque o senhor vai fazer uma primeira Mesa?

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – Isso, duas Mesas.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Só para efeito de esclarecimento.

Segundo, Sr. Presidente, eu conversei até com o Senador Pedro Chaves, que, para esta reunião de hoje, pudesse ser convidado o Fórum Nacional de Educação, sugestão que ele acatou, tanto é que o Antônio está aqui representando o Fórum Nacional de Educação. Reforço a importância do Fórum Nacional de Educação pelo papel que ele exerce, e creio que, em todos os debates aqui, deve estar assegurada a presença do Fórum Nacional de Educação.

Lembro aos que não sabem o que é o Fórum Nacional de Educação, que é uma instituição do Estado brasileiro, uma instituição, inclusive, que tem a prerrogativa e o dever, por lei, de acompanhar as metas do novo Plano Nacional de Educação. É um órgão que tem por lei o dever de coordenar as conferências nacionais de educação. Enfim, é um órgão que reúne mais de 50 entidades, instituições vinculadas à educação, sejam as instituições públicas ou as instituições da sociedade civil ou privada. Portanto, fica aqui, Relator, Senador Pedro Chaves, a nossa sugestão para que o fórum faça parte, tenha assento permanente aqui nos debates da nossa Comissão. Segundo, com relação aos convidados, Senador Pedro Chaves, Deputado Izalci, eu queria fazer uma proposição: em um dos debates que nós vamos realizar aqui, em que estão sendo convidados os representantes das associações, das entidades representativas dos trabalhadores da educação, dos professores, eu gostaria também de que fosse incluído o Proifes, a exemplo do que nós estamos fazendo, ao chamar o Andes, o CNTE, todas essas entidades. Então, é importante também que nós convivemos também o Proifes. E até também estou trazendo aqui essa sugestão, porque nós fomos procurados por eles. O.k.? A assessoria está vendo algum problema?

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – Senadora, não, só quero dizer a V. Exª que todos os requerimentos que foram apresentados – todos, sem exceção – foram aprovados.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Sim, foram.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – E esses que foram aprovados, que são 53 nomes, serão todos chamados



e vão participar do debate, sem nenhum problema.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Perfeito. Perfeito, mas...

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – Mas não votaremos mais requerimentos agora. Nós vamos dar encaminhamento às audiências públicas.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Perfeito, mas eu estou aqui fazendo um apelo ao Relator, porque, na semana passada, quando nós apresentamos aqui o requerimento, não estava incluído o Proifes. É só por isso que eu estou fazendo agora a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – Nós não faremos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – O fórum estava no requerimento. Já foi aprovado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Eu sei. Mas deixe-me só explicar, não é para este debate de hoje, não, Senador Pedro Chaves, é para os próximos debates.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – Não será, Senadora Fátima, votado mais nenhum requerimento de convite de qualquer que seja a entidade.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Sei.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – Nós vamos limitar aos 30 requerimentos e aos 53 nomes apresentados e aprovados aqui na Comissão.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Sei.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – Gostaria de pedir a V. Exª que a gente pudesse começar o debate...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – ... a apresentação, para que a gente...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Eu sei. Eu ainda não terminei, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – É por que nós temos...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Eu sei, mas...

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – Conclua, por favor.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – ... paciência, paciência.

De qualquer maneira, eu quero aqui, a exemplo do que o Senador Pedro Chaves fez, acolhendo a presença do Fórum Nacional de Educação, também fazer esse pedido ao Senador Pedro Chaves, para que, no debate em que as entidades representativas dos trabalhadores, dos professores estiverem presentes, o senhor também pudesse convidar o Proifes. Não é para hoje; é na sequência das outras audiências que vamos ter.

Segundo, gostaria também, mais uma vez, de pedir a atenção do Relator e do Presidente para que os requerimentos que nós apresentamos possam ser contemplados. Eles foram aprovados. O que nós queremos? Nós queremos que eles sejam objeto de debate da Comissão. Por quê? Porque os requerimentos que nós apresentamos sugerem três audiências públicas acerca de três dispositivos que nós consideramos fundamentais na Medida Provisória nº 746. São três dispositivos que têm sido os que mais têm gerado polêmica. Por exemplo, há o dispositivo que fala do professor de notório saber. É algo que tem gerado muito polêmica, porque nós entendemos que isso não está em sintonia com o Plano Nacional de Educação, que preconiza a política pública de valorização do magistério, com planos de carreira, com melhoria salarial, que estabelece avanços nas políticas de formação inicial e continuada, com os programas em curso. O Plano Nacional de Educação vem na direção de valorizar a carreira do magistério, inclusive para resolver o problema ainda do déficit de professores, do apagão que o Brasil tem. Nós vamos resolver isso não só com salários atrativos, mas com formação, com carreira, com jornada. Nós entendemos que a medida provisória, ao flexibilizar...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – ... e permitir o professor de notório saber sem passar por concurso público e sem ter a formação exigida para a área em que ele atua... Não basta só ter o notório saber. O professor tem que ter a formação didática, tem que ter a formação no campo da psicologia. Então, não é só o notório saber. Enfim, eu estou colocando isso, porque nós queremos aqui contribuir com o debate, Senador Pedro Chaves. No que insistimos? Nós insistimos em que, ao longo dessas audiências, que estão já pré-agendadas, que esse fosse um tema específico do debate para que tenhamos aqui os contra e os a favor, para que possamos aprofundar o debate. Isso aqui é um dos debates mais importantes dessa medida provisória, porque, afinal de contas, se negligenciarmos com a formação do magistério, nós estamos caminhando para precarizar cada vez mais a qualidade do ensino.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – Senadora Fátima, para concluir.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Por certo.



Nós não queremos só...

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – O tempo de V. Exª já está esgotado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Só um momentinho. Calma, Deputado Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – Estou calmo. Estou muito calmo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Isso é um tema muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – Nós sabemos disso. É relevante e urgente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Inclusive, a Comissão aqui hoje está... Não há quase Parlamentares aqui. Por favor, eu pediria um pouco de compreensão de V. Exª para garantir a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – Eu vou usar o Regimento, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Então, Senador Pedro Chaves, o tema da formação é muito importante, repito, porque, a depender da formação, aí, sim, nós podemos avançar na qualidade de ensino ou não. Por exemplo, essa proposição de flexibilizar para permitir professor de notório saber, sinceramente, vai na contramão daquilo que é uma das agendas mundiais que é a valorização dos profissionais da educação. Para concluir, a outra matéria é a Base Nacional Curricular Comum. Eu gostaria que, ao longo dessas agendas aqui de debate, isso pudesse ser objeto de uma discussão aprofundada de nossa parte, porque ela tem tudo a ver. Na verdade, a Base Nacional Comum Curricular está em andamento, está em discussão. Aliás, é uma falácia, é uma mentira quando aqui alguns dizem, nesta Comissão, que é preciso apressar essa medida provisória, porque esse debate já faz 20 anos. É mentira isso! É mentira! Esse debate, mais precisamente, começou em 2013...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – Senadora Fátima, eu não vou...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Não, espere aí. Eu vou terminar...

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – V. Exª...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Começou em 2013...

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – ... conclua, por favor.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Já vou terminar. Vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – Não quero ser deselegante com V. Exª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Não, não estou sendo deselegante. Eu estou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – Quero cumprir o Regimento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Não... Cumprir o Regimento? Eu estou pedindo aqui o direito de falar. Está danado...

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – V. Exª tem que respeitar quem está ouvindo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Eu vou respeitar.

Então, o senhor me dê o tempo, aí, que eu vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – Conclua.

Quarenta segundos, para V. Exª concluir.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Não, quarenta segundos, não. Sob pena, eu vou sair daqui e vou fazer protesto. É inaceitável isso!

É por isso que os estudantes estão se mobilizando aí...

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – Senadora...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – ... pelo País afora.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – Não. Não é por isso. Nós temos Regimento, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Eu sei. Mas o Regimento, Deputado Izalci, tem que ser flexível.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – Conclua, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Ele tem que ser flexível.

Se o senhor me permitir terminar meu raciocínio, eu vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – Conclua.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Não pode ser assim, não é, gente?

Depois ficam estranhando por que os estudantes estão ocupando as escolas. Imagine... Eu, detentora aqui de um cargo popular...

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – Senadora, conclua, por favor.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Então, deixe-me só concluir.

Quero dizer o seguinte: primeiro, não é verdade isso. O projeto de lei que trata da questão do ensino médio estava tramitando aqui em 2013. Em 2014 e 2015, o que foi que aconteceu neste País? Crise, vieram eleições, depois o golpe, o *impeachment*, aquela coisa toda, e terminou com o projeto não sendo concluído aqui na



Câmara dos Deputados. Por isso é que nós advogávamos que, em vez da medida provisória, Senador Pedro Chaves, era necessário que esse debate fosse feito pela via de um projeto de lei, mesmo que o Governo pedisse regime de urgência.

Então, quero concluir com a seguinte pergunta: por que é importante discutir a Base Nacional Comum Curricular? Porque, como de 2013 até agora não foi concluído o projeto de lei do ensino médio, o Brasil estava envolvido com a agenda fundamental, que era o Plano Nacional de Educação. Quatro anos! O Plano Nacional de Educação, que inclusive fala do ensino médio nas suas metas tais, tais e tais, nas suas estratégias tais e tais. O Plano Nacional de Educação, que fala do ensino médio quando ele trouxe, inclusive, a determinação legal de nós definirmos a Base Nacional Comum Curricular, que é um eixo programático fundamental para a reformulação do ensino médio que todos desejamos e que deve ser feita.

Então, acho que esse tema, Senador Pedro Chaves, merece que tragamos aqui especialistas, pessoas que dominem mais isso, bem como o Conselho Nacional de Educação e tantas instâncias que têm trabalhado.

Por fim, temos a questão do financiamento.

Agradeço. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – V. Exª terá a oportunidade de debater aqui todos esses temas com todos que foram aprovados através dos requerimentos. Poderá se aprofundar em todas as questões, sejam elas da Base Nacional Comum, sejam de financiamento. Todos aqui poderão responder a isso.

Eu quero imediatamente começar a audiência pública, passando a palavra, então, ao Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, Sr. Rossieli Soares da Silva.

V. Exª tem até dez minutos.

A SRª ROSSIELI SOARES DA SILVA – Boa tarde a todos; boa tarde, Deputado Izalci, Presidente desta Comissão; Senador Pedro Chaves, Relator desta Comissão; quero saudar o Conselheiro Ivan, aqui representando o Conselho Nacional de Educação; saudar o Presidente da Undime do Paraná, o Celso, aqui representando a Undime; e saudar todos os Senadores, os Deputados presentes, os interessados no tema, todo o público em geral.

Eu gostaria de começar... Eu vou tentar sintetizar razoavelmente... Está no ponto a apresentação? Pode colocar, vou usar só alguns eslaides para referenciar o debate.

Antes de me tornar Secretário de Educação Básica, eu era Secretário de Educação do Estado do Amazonas. Em todo o período em que estive na Secretaria de Estado de Educação do Amazonas, participei de inúmeros debates sobre a necessidade de reforma e de alteração do ensino médio brasileiro. Em todas as correntes, em todas as áreas, sempre houve convicção da necessidade de mudança no ensino médio brasileiro, pela falta de resposta que nós temos tido junto à sociedade. Isso reforça ainda mais alguns dados que gostaríamos de apresentar aqui.

Antes de continuar, Presidente, eu gostaria de justificar que a Secretária Executiva, Profª Maria Helena, está adoentada e não poderá participar hoje. Estarei aqui durante todo o período que for necessário, tanto hoje como nos outros dias, acompanhando todo o debate e à disposição para essa discussão tão importante que está sendo conduzida por V. Sªs.

Pode passar o primeiro eslaide, por favor.

Eu vou falar muito rapidamente aqui sobre alguns dados. Primeiro, que a gente tem um modelo de estagnação das matrículas do ensino médio, com sinal de queda. Então, nós temos 8 milhões de matrículas hoje no ensino médio, e tem caído nos últimos anos a matrícula no ensino médio brasileiro. Aí, quando olhamos para os concluintes do ensino médio, nós temos 1,9 milhão de alunos que concluem o ensino médio todos os anos no Brasil, sendo que no primeiro ano do ensino médio nós temos a média de 3,5 milhões de alunos. Considerando que a trajetória do aluno – algo sempre muito importante, o Prof. Chico Soares sempre fala sobre isso – é fundamental, nós começamos com 3,5 milhões e estamos terminando com 1,9 milhão de jovens durante o ensino médio. Isso quer dizer que 1,5 milhão vai se perdendo por algum dos motivos possíveis: abandono, evasão, reprovação, por exemplo.

Quando a gente olha para a população do ensino superior no Brasil, nós hoje chegamos a um percentual de 16%, 17% da população no ensino superior, do ensino médio. E isso é um número que nos preocupa muito, porque o ensino médio, que hoje tem um modelo único no Brasil, que forma muito claramente para a preparação para a universidade, forma o jovem exclusivamente para a entrada na universidade; o ensino médio hoje não encontra outro sentido. E apenas 16%, 17% dos jovens hoje acabam ingressando na universidade. E mesmo que no futuro tenhamos, alcancemos a meta estabelecida no Plano Nacional de Educação, de 33% das matrículas no ensino superior, da entrada dos jovens do ensino médio – nós estamos muito distantes disso –, o ensino médio precisa dar uma resposta sobre o que fazer com os outros 67%, se alcançarmos. Senão, nós temos que dar uma resposta possível, dar possibilidades para os nossos jovens, os outros 80% que hoje não



ingressam no ensino superior. E olhamos que essa média, comparada com todo o resto do mundo, é muito diferente.

Aí, olhamos, por exemplo, para a matrícula do ensino médio em programas vocacionais, em ensino técnico e profissional, por exemplo.

O Brasil, comparado com outros países do mundo, tem 8,4% de matrículas apenas em ensino técnico, enquanto outros países, como a Itália, por exemplo, têm 56% de seus alunos fazendo ensino técnico; a Alemanha, 47%; a China, 44%; o Reino Unido, 42%.

Não necessariamente chegaremos a esse percentual com a maior brevidade, mas é necessário que o Brasil continue avançando e avance firmemente na possibilidade da oferta de itinerários formativos diferenciados, entre os quais, além das áreas de conhecimento, o ensino técnico seja uma possibilidade. Eu acho que esse é um dos pontos mais importantes que o Brasil tem a discutir e decidir.

Aqui é só para trazer um desafio sobre o qual depois falamos um pouco mais: temos hoje 2 milhões de professores, sendo que 614 mil deles hoje no Brasil não têm licenciatura nem complementação pedagógica. Aqui não estamos falando que os professores estão tendo oportunidades de ser professores nas áreas em que têm formação. Eles apenas têm o ensino superior completo em licenciatura e não necessariamente ainda têm ainda dentro da sua área, estejam atuando dentro da sua área de formação.

O Ideb está estagnado desde 2011, mas, se olharmos os resultados dos últimos dez anos, crescemos apenas 0,3 ponto, de 3,4 para 3,7. O desempenho em Matemática e Português hoje na Saeb é menor do que era em 1997: 1,7 milhão de jovens de 15 a 24 anos hoje estão fora do mercado de trabalho, nem estudam, ou seja, são os chamados nem-nem, e 82% dos jovens estão fora do ensino superior também nessa idade.

A população jovem do Brasil – esse é um dado divulgado recentemente do IBGE que nos faz refletir e precisa fazer com que reflitamos mais sobre esse assunto – entra em declínio a partir de 2022, ou seja, significa dizer que, no futuro, teremos menos jovens e a população brasileira vai envelhecer à medida do tempo, isso quer dizer que precisamos trazer uma solução o mais rapidamente possível para a melhor formação possível desses jovens. Não podemos deixar jovens, por exemplo, que nem estudam, nem trabalham. Temos que chegar a uma oportunidade.

O atual sistema tem fracassado, segundo todos os indicadores que analisamos. Temos todos os sinais de que o ensino médio é a etapa que tem fracassado. Tem produzido mais desigualdade, tem estimulado a evasão das escolas. Tratar de forma igual todos não tem sido a melhor solução, além de ser o único modelo que tem trabalhado dessa forma. O ensino médio tem virado, simplesmente, uma preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), isso para que um pequeno percentual de pessoas acesse, no final das contas, a universidade, de novo, dezesseis vírgula tantos por cento, 17%.

Aí, quando olhamos para esse quadro todo, a gente pensa na emergência, na urgência de mudanças, mudanças de que o Brasil já tem dado sinais em todas as discussões de documentos anteriores.

Eu queria só trazer à pauta aqui a questão da desigualdade, para ficar mais claro ainda o quadro de desigualdade que temos ainda no Brasil.

Mais de 60% das escolas que participaram do Enem 2015, por exemplo, têm alunos de nível socioeconômico médio alto, alto ou muito alto. Quando a gente olha para esse quadro, a gente vê que a desigualdade do modelo atual é mais evidente ainda quando a gente olha a própria perspectiva de trajetória para a universidade no Brasil.

(Soa a campanha.)

A SRª ROSSIeli SOARES DA SILVA – Ainda temos uma exclusão muito grande nos índices socioeconômicos aí refletidos. As escolas de muito baixo e baixo percentual somam 5% apenas de participação no Enem.

Os modelos de ensino médio no mundo. Quando a gente começa a olhar, muitos especialistas têm falado, inclusive neste Congresso, em 2007, foi realizado um grande seminário internacional sobre a necessidade de reforma do ensino médio. Aqui foram trazidos especialistas do Brasil e do mundo inteiro que falaram sobre isso. Mas vale recordar que o Brasil é o único País que hoje tem uma trajetória única para os três anos. Enquanto os outros países têm uma Base Nacional Comum, sim, mas que vai até, em geral, o primeiro ano do ensino médio, o Brasil começou a estabelecer a sua base estabelecendo uma Base Nacional Comum. Isso é importante. Um passo importante da mudança do ensino médio, da reforma do ensino médio foi na própria Base Nacional Comum.

Quero saudar a Deputada Dorinha, que está chegando.

O Ítalo, que coordenou essa parte, está aqui. Na primeira versão da Base Nacional Comum, todas as disciplinas, todos os conteúdos eram obrigatórios para os três anos. Na segunda versão da Base, que foi trabalhada, apresentada e agora discutida pelos seminários, está em revisão final para apresentação da terceira versão para



o Conselho Nacional, já veio uma mudança importante para a reforma do ensino médio, que foi a organização por unidades e não mais pelo tempo anual. Ou seja, cada sistema de ensino já poderia começar, como a segunda versão da Base Nacional Comum, a discutir modelos diferenciados de ensino médio, não trazendo a obrigatoriedade de todos os anos. Isso já é uma novidade para a segunda versão da Base.

Então, a reforma do ensino médio vem um pouco nessa discussão, junto com o que foi discutido na Base Nacional Comum, com o que está sendo discutido na Base Nacional Comum. Conforme a Senadora Fátima Bezerra citou, o Plano Nacional de Educação é uma das bases legais mais importantes para a necessidade de reforma do ensino médio. Falam que não houve debate, mas todo o debate feito no Plano Nacional de Educação, nos últimos anos, quatro anos neste Congresso, mais outros tantos anos em discussão com toda a Base Nacional, da qual eu fiz parte, surgiu, por exemplo, a estratégia 3.1 da Meta 3, que é exclusiva sobre o ensino médio. A estratégia 3.1 diz o seguinte:

Institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados [...]

O próprio Plano Nacional de Educação traz aquela que é uma das essências da reforma do ensino médio, que é trazer flexibilidade, possibilidades.

E, quando juntamos a Base Nacional, o Plano Nacional e a própria reforma do ensino médio, estamos falando de arquitetura, ou seja, como podem ser as possibilidades de modelo. Quem vai definir os conteúdos que devem ser dados nas escolas, os objetivos de aprendizagem, os componentes curriculares é a própria Base Nacional Comum. E essa é uma mudança importante que sempre foi tratada no âmbito da educação.

Quanto tempo ainda há, Deputado? *(Pausa.)*

A ideia da reforma é trazer, para o centro, o foco do projeto de vida do estudante, considerando o contexto local onde ele está, para que ele ali, junto com o sistema de ensino... Ou seja, a reforma joga para que os sistemas de ensino possam organizar da melhor maneira possível.

O que é o sistema de ensino? É quando se inclui o Conselho Estadual de Educação, a rede de ensino e os atores locais, logicamente, ouvindo os alunos, ouvindo os professores, ouvindo toda a comunidade para a discussão dos currículos – Base Nacional Comum não é currículo –, para que essa discussão esteja refletida lá na ponta, onde realmente vai se determinar quais itinerários, como vai se dar. A forma de organização é do sistema de ensino.

Na formação técnica, uma das mudanças importantes é conseguirmos ter um limite para a parte comum da formação dos nossos alunos, que tenhamos a possibilidade dos itinerários formativos, tantos os propedêuticos, nas quatro áreas do conhecimento, como também...

(Soa a campanha.)

A SRª ROSSIeli SOARES DA SILVA – ... a possibilidade do ensino técnico. O ensino técnico, voltando àquele número inicial de apenas 8%, é um dos menores percentuais dos países no mundo hoje, e com um potencial de crescimento elevado.

O que temos hoje é uma formação geral do ensino médio, obrigatória para todo mundo, e, quando o aluno não vai para a universidade, ele volta para fazer um pós-médio com ensino técnico.

Por que não dar oportunidade para aqueles que desejarem antes? O próprio investimento feito pelo Pronatec é um exemplo disso, que poderia estar casado junto com a proposta do novo ensino médio se for desejo dos sistemas de ensino.

A modernização da arquitetura que a lei busca trazer é flexibilização, é trazer um modelo de flexibilidade.

Quanto à educação com a escolha de itinerários... Vou pular aqui alguns assuntos só para me ater a alguns pontos que são importantes. Um deles fala da confusão sobre educação em tempo integral.

Primeiro, que a legislação não está obrigando a todos os alunos serem em tempo integral. A legislação que está foi proposta fala de 25% das matrículas, porque faz uma remissão ao Plano Nacional de Educação. Se o Plano Nacional de Educação já definiu que temos que ampliar o número de escolas em tempo integral, se o Plano Nacional de Educação já definiu inclusive quantitativos para isso, o que essa legislação está fazendo é apenas confirmar aquilo que foi estabelecido no Plano Nacional de Educação: de 25% das matrículas. E, ao final, cria um programa que é para incentivar o número de matrículas dentro do ensino médio em tempo integral. Vale dizer que o ensino médio é a etapa em que há menor número disparado de matrículas em tempo integral.

E, para que possamos ter a flexibilidade, o ponto importante, na regular, é que tem que se limitar o tamanho da Base Nacional Comum. E aqui, dentro da discussão, vamos discutir se esse tamanho ideal, se tem que ser



mais, se tem que ser menos, a discussão é justamente para isso agora.

Quero complementar apenas que cada Estado vai organizar o seu currículo.

Isso é competência dos Estados no caso do ensino médio, e dos Municípios organizarem os seus. Colocamos Matemática e Português como uma obrigatoriedade na organização na arquitetura para os três anos. Somente Português e Matemática. Pode haver outros componentes curriculares para os três anos? Pode. Pode haver, sim. A gente inclusive traz aqui, por exemplo, duas formas de modelo, uma que já foi apresentada e que poderia ser organizada dentro de um ano e meio; ou, por exemplo, a Base Nacional Comum ser feita também dentro dos três anos, distribuída.

Quem vai definir se é assim ou se é de qualquer um dos jeitos? É o sistema de ensino em cada um dos Estados, de acordo com o seu contexto local, da forma que for mais bem apresentada. Uma coisa é certa: o formato único que existe hoje tem tido os resultados que temos; ou a gente aceita e define uma mudança... Se não é essa, então, que a gente defina aqui, nessas discussões, qual é a mudança de que o Brasil precisa para o ensino médio, mas a gente não pode aceitar continuar colocando milhares e milhões de jovens todos os anos para fora da escola, do ensino médio especialmente.

Eu queria só, para encerrar – Sr. Presidente, para respeitar o tempo –, falar sobre alguns pontos que são sempre falados. Primeiro, sobre a formação de professores. A legislação não muda absolutamente nada sobre formação de professores. Se a gente vai ter aula de História, tem que ter a licenciatura de História; se a gente vai ter Geografia, tem que ter licenciatura de Geografia.

Quando se falou do notório saber, o notório saber está muito claro na legislação. Ele fala única e exclusivamente para formação para educação técnica e profissional. Para todas as demais, a regra permanece a mesma. E, aí, por que usamos para a técnica e profissional? Primeiro, porque isso já é utilizado no Brasil em sistemas, com o Sistema S; o próprio Pronatec, que é financiado com dinheiro do Governo Federal há anos, já utiliza em muitos cursos esse formato. E, muitas vezes, o melhor profissional para uma aula prática é aquele profissional que tem anos de experiência, mas não teve a oportunidade de ter a formação adequada. Como exemplo, há uma série de áreas em que temos os grandes profissionais sem terem a formação adequada, mas eles podem dar uma parte do curso: somente, muitas vezes, a parte prática, com a experiência de vida que eles têm.

Tenho muitos mais temas aqui que poderíamos abordar. Vou estar à disposição para falar durante o debate, Deputado. Espero ter conseguido resumir fortemente nesse período.

Muito obrigado, boa tarde e bom debate a todos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – Obrigado.

Passo imediatamente ao Sr. Celso Augusto Souza de Oliveira, que é o Presidente da Undime-PR.

O SR. CELSO AUGUSTO SOUZA DE OLIVEIRA – Boa tarde, senhoras e senhores, Excelências aqui nominadas. Trazemos um olhar dos Municípios, dos secretários municipais de educação, dos prefeitos. Embora a proposta tenha a ver com o ensino médio, nós entendemos que a educação tem de ser vista como uma maratona e não como uma corrida de cem metros. Então, ela se inicia na educação infantil e vai se concluir na graduação, na pós-graduação, e cada elo desse processo pode comprometer os demais.

Partindo também de uma visão nossa de mundo que, muitas vezes, pode ser favorável ou não, neste momento, nós representamos pela Undime as mais diversas bandeiras. Então, eu quero ter um olhar de que não estou preocupado, neste momento, em definir se vamos para um lado ou para outro do ponto de vista ideológico ou de discussão, mas queremos caminhar para frente. Nosso País está precisando dar esse passo. Enquanto vemos outras nações realizando, precisamos caminhar.

A educação sempre será polêmica, sempre será discutida, porque é uma característica, o educador é assim, os pais são assim, a sociedade é assim, porque quer sempre o melhor.

Entrando especificamente no assunto, podemos dizer que, com relação à discussão, embora exista pressa em se resolver o problema, temos que ter pressa, sim, mas não podemos ser muito aligeirados. Percebo agora, na conversa com o Secretário Rossieli, que ele trouxe a proposta, mas está aberto à discussão e ao acatamento de novas propostas, se possível, emanadas desta audiência. Isso também nos contempla, porque entendemos que, se houver essa possibilidade, este é o cenário para isso.

Não vou me ater a números, mas indicadores em diferentes países comprovam a necessidade de mudança na educação – e o Rossieli já nos precedeu e colocou isso – e no Brasil não é diferente. Entretanto, as mudanças são necessárias para a educação básica e devem ser norteadas pelo Plano Nacional.

O Plano Nacional de Educação – é opinião comum – é resultado de vários anos de discussão antes de adentrar o Congresso e mais outros anos de discussão e é um plano. Nós não podemos dizer que na área de educação neste País se improvisa, porque existe um plano nacional que prevê os próximos dez anos de ação.

A dificuldade pela qual nós passamos – e daí entra a Undime nessa discussão – é que nós temos 20 metas nesse plano, 19 metas, na verdade, e uma meta, a Meta 20, que é para financiar as 19. Todas as apostas faram



feitas naquele momento da conclusão do plano em cima de financiamento através do petróleo e nós temos esse cenário hoje, que não é o mesmo da época da discussão, há uma retração de recursos inclusive.

A iniciativa do Governo Federal em editar a medida provisória focada apenas no ensino médio enseja preocupação no sentido de entender que o resultado do ensino médio vai refletir na universidade e, por conseguinte, vai refletir novamente nos profissionais do magistério que retornarão na esfera municipal.

Quanto à demora no trâmite, por exemplo, do Projeto de Lei nº 6.840, de 2013 – creio que aqui V. Exª fez referência que há uma discussão antiga, quem leu o texto percebe que se trata basicamente do mesmo assunto e desse trâmite com a base que o Governo tem no Congresso –, a Undime sugere que seria um caminho também rápido e não tão apressado, porque houve essa discussão ao longo do tempo.

Além disso, a estrutura proposta de organização curricular não justifica a necessidade de uma medida provisória, uma vez que ela já está presente das Diretrizes Curriculares da Educação Básica. Então, boa parte do que se está propondo em formato de medida provisória já se encontra com o seu ordenamento jurídico.

A preocupação maior que entra nesse cenário agora da Undime seria com relação ao financiamento. Nós não temos um recurso novo para financiar e pelo projeto da medida provisória isso vai entrar na divisão do bolo que existe hoje do Fundeb. Aí nós trazemos a preocupação dos secretários municipais, porque temos também metas para educação infantil e para ensino fundamental e também precisamos no Município avançar no ensino em tempo integral. Por experiência que temos nos nossos Municípios, sabemos que não é simplesmente multiplicar por dois o investimento ou o custo. Na verdade, esse custo é bem maior. Você não fornece apenas merenda escolar, você passa a fornecer alimentação e passa a ter toda uma estrutura maior.

Como nós temos um cenário em que existe uma PEC já mostrando da dificuldade de se ampliar os recursos, como nós temos também a possibilidade de um aumento de gastos, que seria esse investimento na ampliação do tempo integral no ensino médio já previsto, sim, no Plano Nacional, mas, com um cenário mais apertado, a nossa dúvida seria se esse recurso vai ser reduzido da fatia do bolo que hoje já é precária nos Municípios.

Então, nós temos uma dificuldade muito grande em cumprir metas que foram ousadas e que foram desenhadas ao longo de uma discussão de um cenário macroeconômico muito favorável àquelas ideias, mas que hoje se desenha de uma maneira diferente. E aí, independente do que deu causa a isso, nós sabemos que, enquanto esse processo não se alavancar e não voltar novamente a haver uma maior economia, a arrecadação diminui.] Nos Municípios, o fundo de participação tem se reduzido drasticamente. Então, nós estamos numa discussão que é do ensino médio, que perpassa pela qualidade e que entendemos, embora nós sejamos o alvo dentro da Undime, que não é somente o currículo que vai fazer com que se diminua a evasão. Existe um cenário muito maior no entorno, desde o econômico, mas é só uma ideia para contribuição.

No nosso entender, essa discussão tem que ser, sim, ainda que com a pressa que o momento exige, aprofundada. Se nós correremos o risco de perder este momento histórico e passarmos a uma discussão muito aligeirada, certamente, logo em seguida, teremos que sentar para fazer essa revisão. E aí a complexidade será maior.

Então, o norte que nós devemos seguir, e pelo qual a Undime se pauta no planejamento dos seus Municípios, é o Plano Nacional de Educação, é um plano já estabelecido. E a ideia é seguir esse plano, certamente com os ajustes que se fazem necessários.

Nós encontramos, inclusive, nas próprias Diretrizes da Educação Básica, um trecho que trata disso:

A organização do percurso formativo, aberto e contextualizado, deve ser construída em função das peculiaridades do meio e das características, interesses e necessidades dos estudantes, incluindo não só os componentes curriculares centrais obrigatórios, previstos na legislação e nas normas educacionais, mas outros, também, de modo flexível e variável [...]

Então, com outras palavras, um outro artigo, de uma resolução, tratando do mesmo tema. Um outro ponto que preocupa os Municípios e que está aqui foi o que foi antecipado. Então, quais seriam as prioridades do MEC neste momento a partir de agora, porque não é atribuição, pela própria legislação, a educação infantil e fundamental na esfera federal, mas, como existe um regime de colaboração e através dos programas de repasse e apoio aos Municípios e Estados, a União tem, sim, contribuído muito. E isso faz parte do processo.

Muitas vezes, quando nós temos que pegar do orçamento do Município para que se invista nos nossos espaços, para depois poder trabalhar com esse repasse, esses programas que existem de fomento e de apoio, para elevação inclusive de índices de avaliação externa, isso contribui para que possamos avançar na educação.

Então, a partir do momento em que se dá essa ênfase ao ensino médio e ao tempo integral, há uma preocupação sobre se esse valor vai ser acrescentado ou, na verdade, se vai permanecer o que já existe. Como nós sabemos da dificuldade de recurso novo, esse é um cenário mais desanimador ainda.

Aqui nós temos números, só para comprovar de maneira indireta como é afetada a situação dos Municípios. Em 2014, por exemplo, nós tínhamos uma demanda de zero a três em dez milhões e meio aproximadamente



de vagas, de pessoas; e, de quatro a cinco anos, em torno de cinco milhões e meio. A população atendida, em 2015, foi de três milhões; e, de quatro a cinco, de 4,9 milhões.

Então, ainda falta atender a uma população que, traduzindo em déficit a Unidade de Educação Infantil, nós teríamos aí, de zero a três anos, mais de 11 mil unidades a serem construídas e, de quatro a cinco, quase três mil unidades. Então, essa é uma demanda que o Município, para ele arcar sozinho, a crise, quando entrou, a dificuldade, quando entrou, ela assumiu primeiro, chegou primeiro aos Municípios.

Agora existe um contexto maior, e a gente, sozinho, para tocar isso, vai ser muito difícil se não houver essa parceria. Então, a preocupação é quando se entra numa discussão de ampliação de gastos e, com relação a isso, vai ser repartido o mesmo recurso. A fonte é do próprio Inep, e aqui nós temos os nossos contatos.

O que nós queríamos colocar, então, só deixar frisado, é que, enquanto houver a discussão, enquanto houver a possibilidade, e eu confesso que aqui, pela primeira vez, eu ouvi do Secretário de Educação Básica que ele está aberto a novas possibilidades além desta, desde que se traga e que se consubstancie, isso é um sinal do diálogo que até então tem se manifestado, não é?

Nós percebemos, principalmente no nosso Estado, que é o Paraná, a mobilização muito grande, popular, e o resultado disso é porque se sentia que não havia essa discussão. Então, nós queremos, sim, não é questão do consenso, mas é necessário o diálogo, mesmo naqueles contraditórios, para que a gente possa ter esse canal de discussão.

Entrego aqui a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – Agradeço ao Dr. Celso e passo imediatamente ao próximo convidado, Ivan Claudio Pereira Siqueira, que é o Vice-Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu gostaria, se possível, que a assessoria da Comissão pudesse disponibilizar para nós cópias...

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – Das transparências?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – É, das transparências, pudesse disponibilizar agora...

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – O.k.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – ... para quem tiver interesse.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB - DF) – Já estão sendo distribuídas, já.

O SR. IVAN CLAUDIO PEREIRA SIQUEIRA – Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Não Identificado) – Com a palavra, Ivan.

O SR. IVAN CLAUDIO PEREIRA SIQUEIRA – Eu queria saudar, então, o Senador Pedro Chaves; o Deputado Izalci, Presidente da Comissão; o Secretário Rossieli; o Celso, da Undime; a Senadora Bezerra; o ex-Conselheiro Monlevade, do Conselho Nacional; a Deputada Dorinha; demais Parlamentares; senhoras e senhores aqui presentes.

Eu vou tentar não repetir aquilo que já foi dito e tentar contribuir um pouco para o debate com algumas questões que estão candentes lá no Conselho Nacional de Educação e que eu acho que podem contribuir para abrir outros espectros de importância, para que no momento a gente, de fato, consiga fazer avançar tanto as discussões como o alcance da educação no nosso País.

Eu gostaria de iniciar fazendo um retrospecto de que a LDB, que ainda está em vigência, quando na sua promulgação, havia três projetos, e o substitutivo do Senador Darcy Ribeiro, então, é que foi sufragado posteriormente como o texto que virou depois a nossa LDB.

O espírito ali da LDB, da legislação, é um espírito de descentralização. Então, quando a gente faz uma leitura mais cuidadosa da LDB, a gente verifica que o que estava posto ali, o espírito do legislador, era que, de fato, não se cometessem os mesmos erros que já haviam sido cometidos no Brasil desde, pelo menos, o Império ou, pelo menos, a Regência.

Então, a gente observa que, desde que o Brasil se tornou independente, essa discussão de ter ou de não ter uma escola pública de qualidade é uma discussão perene. Infelizmente, a gente ainda não conseguiu que essa discussão se traduzisse em realidade para grande parte da população brasileira, como mostraram aí os dados, através do Secretário Rossieli.

Então, a gente observa que nós fizemos a nossa República, mas mantivemos intacta a situação de exclusão do nosso País. A República não veio acompanhada de uma educação que, de fato, possibilitasse que a população brasileira e não apenas uma ínfima parte pudesse, de fato, se valer da educação como um instrumento de cidadania e de promoção dos aspectos econômicos e de tudo o mais que aí se liga. Os motivos são mais ou menos óbvios. Eu, então, não vou repetir muito.

Quando chegamos mais ou menos na metade do século passado, observamos que houve um incremento interessante que se dá exatamente no Governo Juscelino, que é quando, um pouco na esteira dos pioneiros da



educação dos anos vinte e trinta, que é tentar conectar a educação como um processo de desenvolvimento. Esse processo de tentativa de conectar a educação como um processo de desenvolvimento foi bastante combatido, não funcionou e não deu os resultados esperados.

Esse processo foi abortado, obviamente, no período da ditadura militar. Aquilo que vinha se encaminhando como um modelo que pudesse ser uma educação de massa, ou seja, que abarcasse grande parte da população, não foi possível. E aí a gente chega, então, finalmente, com a redemocratização, às discussões que retomam, em grande parte, aquilo que se discutia desde o começo do século passado, ou seja, desde os anos dez, dos anos vinte. E nós estamos agora, em 2016, fazendo, de certo modo, a mesma discussão que se fazia no começo do século passado.

Bom, isso é para colocar um pouco as angústias e os anseios do Conselho Nacional de Educação. O Conselho, como os senhores e as senhoras devem saber, ele se pronuncia por pareceres e por projetos de resolução. Então, obviamente, eu não posso ter a pretensão aqui de dizer em nome do Conselho. Eu posso colocar questões que são debatidas no Conselho e o Conselho se pronunciará, de acordo com o seu regimento, por parecer e projeto de resolução, que são os instrumentos legais e institucionais pelos quais o Conselho pode se pronunciar.

O que a gente discutido no Conselho? Já existe uma comissão que vem discutindo a Base Nacional Comum Curricular, espera receber o documento do MEC para fazer, então, audiências públicas e fazer aquilo que compete ao Conselho Nacional, que é um órgão de assessoramento e também de normatização.

O que a gente observa é que, nas discussões, no Conselho, alguns dos vários pontos que estão na MP, de fato, já estão presentes não só na LDB, como também nas DCNs, como o próprio Celso, da Undime, salientou. Quer dizer, alguns aspectos já estão na LDB, mas não vinham sendo praticados. Eles já estão presentes no texto legal – é só verificar e ler – e nas DCNs do Conselho Nacional também já se colocavam. Então, são questões que nos preocupam e esperamos que aqui, no Senado e no Congresso, consiga se avançar para que também no Conselho a gente consiga fazer a nossa parte, que é com relação à BNCC.

O art. 26, por exemplo, da LDB, já falava da Base Nacional, da parte diversificada. Portanto, não há nada de novo nisso. O art. 28, inciso I, já falava da flexibilização dos currículos. O art. 4º, inciso I, por exemplo, já falava do fim da exclusividade do vestibular para o ingresso. Ou seja, já era possível criar outros mecanismos pelos quais os estudantes poderiam ter acesso ao ensino superior. Se não é feito, não é por falta de texto legal e de previsão institucional.

Também no art. 24 e no art. 32, inciso II, já se previa a ideia da progressão, mas que, de fato, foi levada a cabo sem que ela fosse acompanhada dos instrumentos que estavam previstos na legislação.

Quer dizer, sem as condições ideais para que, de fato, a progressão se desse não apenas como passagem automática, mas que houvesse, sim, possibilidade de progressividade.

O art. 23, que especificamente trata da educação básica, já diz claramente, em Da Organização: férias anuais, períodos semestrais, alternância de períodos de estudos, grupos não seriados, organização com base em idade, organização com base em competência. Ou seja, há uma miríade de possibilidades de atuação que, infelizmente, não foram praticadas na nossa escola, mas que estão previstas lá no texto legal.

Da mesma forma, o texto também fala que os professores devem ter participação no projeto pedagógico, seja na educação privada ou na educação pública. Isso também não acontece, via de regra. Também fala da questão do piso salarial e das condições de trabalho como dois eixos fundamentais para que a escola, de fato, cumpra a sua função, que está prevista na Constituição e que a LDB tenta encaminhar, no sentido de uma educação para o trabalho e para a formação da cidadania.

Outro aspecto que estamos discutindo no Conselho é que há dois problemas candentes sobre os quais parece-me que não há muita discordância em relação ao diagnóstico de que o ensino médio não cumpre aquilo que se espera. Ou seja, ele não possibilita que os alunos, de fato, se emancipem e utilizem a educação como um instrumento para se constituírem como cidadãos e para, também, ter a sua vida relativa ao mundo do trabalho e às demais outras facetas da vida. Ela não oferece isso, haja vista o número de evasão e haja vista o desempenho muito fraco, muito aquém do necessário.

Se pensarmos que estamos na mesma condição de 1997, na verdade, é muito mais do que um retrocesso, porque o mundo avançou muito, as condições, internet, a velocidade da informação. Tudo isso exige uma série de questões, e não dá, simplesmente, para pensarmos que estamos parados. Não, nós regredimos muito. A progressão, portanto, do aumento do número de horas, já está prevista na legislação. O que nos preocupa é a questão do financiamento, das tais Metas 19 e 20, que já foram citadas aqui.

O espírito da LDB era, então, fazer a descentralização. Mas a descentralização desacompanhada dos recursos para Estados e Municípios impossibilita que, de fato, essas premissas sejam alcançadas. Esperamos que se altere isso porque, sem essa alteração, de fato, vai ser muito difícil que as metas sejam cumpridas, que



universalizemos o ensino infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, mesmo até 2024, ou mesmo até depois, caso o sistema financeiro se mantenha da maneira como está. Será muito difícil conseguirmos fazer aquilo que os outros países fizeram, mas fizeram porque empenharam recursos, não apenas discurso.

Por último, gostaria de salientar que temos que, de fato, fazer uma reflexão sobre que tipo de país nós queremos construir. Um aspecto importante para pensarmos que tipo de país nós queremos construir é pensar em que tipo de cidadania queremos ter. Então, se a educação, de fato, é um instrumento fundamental para que sejamos cidadãos e cidadãs de um País democrático que privilegia o trabalho, privilegia quem faz e quem estuda, recursos têm de ser aportados para isso. Nesse sentido – e essa é uma opinião minha, pessoal, e que venho advogando lá no Conselho – parece pouco evidente o uso dos recursos de tecnologias digitais. Seria um bom momento para discutirmos aquilo que já vem sendo utilizado em vários países.

Então, não dá para pensarmos uma reforma de ensino médio ou mesmo da escola básica como um todo sem que discutamos as tecnologias digitais. Não existe uma educação digital presente, nem na base que está sendo discutida, nem na versão número um, nem na versão número dois. Não existe uma política, uma discussão ampla, clara, com objetivos, com processos, metodologias, no que diz respeito ao uso das tecnologias digitais. Essa é uma contribuição que penso que podemos dar em termos de Conselho Nacional, no sentido de que a tecnologia digital possa alterar processos de custos. Se utilizarmos a tecnologia como ela já vem sendo utilizada em outros campos, com certeza vamos conseguir maximizar o uso de recursos e economizar, dada a situação de retração de fontes de renda. Então, esse é um ponto importante que estamos discutindo lá no Conselho.

Por último, quero salientar aqui três pontos que estão presentes na discussão do Plano Nacional. A discussão vem já desde o Plano Nacional de 2001-2010, permanece agora, 2014-2024, e oxalá consigamos que, de fato, esses três pontos se tornem realidade definitivamente. São eles: primeiro, um sistema nacional de educação que pressuponha um Fórum Nacional de Educação atuante, conforme prevê a legislação. Os recursos, que então foram pensados em termos de 10% do PIB da educação. Deve-se pensar a educação não como um gasto, mas como um investimento, que ela seja vista como uma medida necessária para que o País avance para aquilo que a sociedade precisa e que merece. Quer dizer, não é sem educação que vamos conseguir desenvolver o País, mas é somente pela educação.

Estive no Japão, durante um ano, como professor convidado, e o que verifiquei lá, do processo do Japão, é que, em 1868, o Japão conseguiu vencer o chamado Xogunato, e fez aquilo que é considerado a Reforma Meiji. A partir dali, o Japão deixou de ter, digamos, um aspecto mais medieval e passou a ser, como eles chamam, uma sociedade moderna.

Ora, de 1868 até entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, o Japão já era um país desenvolvido. Quando termina a Segunda Guerra, o Japão, em 1968, já é a segunda potência econômica do Planeta. Como eles conseguiram isso? Com a educação. Em 1868, quando há a junção do imperador e uma parte dos xogunatos, que eles chamavam de segunda categoria, qual é o primeiro ponto que eles estabelecem para desenvolver o Japão? A educação.

Então, foi por meio da educação que eles se desenvolveram.

Da mesma forma, estive também na Coreia e observei o que foi feito na Coreia a partir de 1960, quando Brasil e Coreia tinham situações econômicas muito parecidas: investimento em educação. Então, o estudante na Coreia estuda o dia todo, mas não fica o dia todo na sala de aula vendo a mesma lição que ele vê de manhã. Não. É o uso de tecnologia, que é o que precisamos discutir.

Os estudantes precisam frequentar museus, eles precisam treinar a capacidade de serem criativos. E isso não se faz com lousa e giz, mas se faz visitando museus, tendo acesso a obras de arte, conhecendo o patrimônio cultural imaterial do país, que é, de fato, aquilo que vai ser o grande potencial econômico do nosso século XXI, é a cultura imaterial, não é a *commodity*. Com a Quarta Revolução Industrial que estamos vendo, as indústrias não precisam da mesma quantidade de pessoas, ora, só precisam de programadores, e são os serviços que irão garantir eventualmente a possibilidade de trabalho e de renda para a nossa sociedade. Isso demanda capacidade de resolução de problema, de pensar em situações e de resolução das questões. Isso não se faz sem tecnologia digital e sem a capacidade de perceber que eu vivo aqui no local, mas os rebatimentos...

(Soa a campainha.)

O SR. IVAN CLÁUDIO PEREIRA SIQUEIRA – ... das situações são mundiais.

Então, é nesse sentido que eu gostaria de contribuir e dizer que o Conselho Nacional espera bastante aqui desta Casa e destas discussões, no sentido que consigamos, de fato, avançar aquilo que for possível, e acreditamos que é possível avançar bastante. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Bem, encerrada a primeira Mesa, solicito que os senhores tomem



assento às primeiras bancadas.

E já convido, para a segunda Mesa, para participar aqui, Srª Maria Inês Fini, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Sr. Antônio Lacerda Souto, representante da Contag no FNE e o Sr. João Antônio Cabral de Monlevade, Consultor Legislativo do Senado.

A Maria Inês não chegou, mas, chegando, ela já assume a Mesa.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu só quero aproveitar para comunicar aos interessados que as apresentações dos participantes já se encontram disponíveis na página da Comissão.

E já passo imediatamente...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Apenas para divulgar que os debates serão abertos após a participação dos convidados. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Isso, conforme anunciado na abertura da reunião.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Está o.k. E, enquanto o pessoal está sentando aí, Deputado Izalci, quero só dar conhecimento de que, conforme requerimento já aprovado, já marcamos a data da audiência pública lá em Natal, no Rio Grande do Norte. Estamos lá organizando.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – O.k.

Passo, então, imediatamente, para o próximo convidado, Sr. Antônio Lacerda Souto, representante da Contag no FNE.

O SR. ANTÔNIO LACERDA SOUTO – Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Izalci e cumprimentar todos os participantes militantes da educação, que estão aqui nesta audiência.

Consideramos este momento muito oportuno e importante, porque uma das questões colocadas hoje é exatamente que uma discussão importante como esta, um tema importante e estratégico para o desenvolvimento do País carece desse tipo de debate.

Eu estou aqui representando o Fórum Nacional de Educação, que é representado por 50 entidades e é um fórum que tem uma representação bem diversa, representa vários segmentos: universidades, pais, estudantes, sindicatos, movimentos sociais. No meu caso, represento os movimentos sociais do campo, sou da Contag, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, mas a Contag tem um assento no fórum e representa todos os movimentos sociais do campo.

Então, é um fórum composto por diversas instituições e entidades militantes da educação e que tem feito um debate muito importante nas conferências nacionais de educação, no processo de elaboração do Plano Nacional da Educação, enfim, tem, de fato, contribuído bastante nessa área da educação.

Quero resgatar, antes de entrar mais diretamente na questão da medida, alguns elementos centrais que já estão na Constituição de 88, no seu art. 205 e trazem a questão de que a educação é direito de todos e precisa ser debatida e construída com a colaboração da sociedade, visa ao pleno desenvolvimento da pessoa e ao exercício da cidadania. Então, são conquistas importantes que já estão colocadas na Constituição de 88.

A LDB, nos princípios da educação, também traz vários elementos que, para nós, são muito importantes, como a igualdade de condições para o livre acesso, a liberdade de aprender e ensinar, o pluralismo de ideias, o respeito à liberdade, o apreço à tolerância, a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino, gratuidade no ensino público, a valorização dos profissionais da educação, a gestão democrática, a garantia do padrão de qualidade, a valorização da experiência extraescolar, a vinculação com a educação escolar do trabalho e a prática social. Ou seja, a LDB também já traz uma base importante de sustentação da educação brasileira.

No seu art. 26, a LDB também traz que os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum e ser complementada, em cada sistema de ensino, estabelecimento escolar por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais. Isso é extremamente importante. O Brasil é muito grande. O Norte não é igual ao Nordeste. O Nordeste não é igual ao Sul, que não é igual ao Centro-Oeste.

Enfim, precisamos considerar tanto as especificidades locais quanto regionais e também das populações. Nós temos territórios, mas, dentro dos territórios, temos uma diversidade de sujeitos que também têm uma cultura e uma identidade bastante diversa, como as comunidades negras, as comunidades quilombolas, indígenas, camponesas, agricultores familiares, ribeirinhos. Enfim, temos uma diversidade muito grande de sujeitos que querem uma educação e uma forma diferenciada, pedagógica e metodológica, de instrumentos que dialoguem com a cultura desses sujeitos.



Há uma resolução que, para nós, do campo, ela é muito importante quando, no seu art. 7º, diz que é responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino, através de seus órgãos normativos, regulamentar as estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade.

Ou seja, para os povos e as populações do campo, isso é importante. Se no urbano isto é importante, no rural isto também é fundamental: que o currículo escolar possa dialogar com o tempo, as experiências e a dinâmica de desenvolvimento dos sujeitos que estão no campo.

Há uma época em determinadas regiões em que, quando a chuva cai, as pessoas têm que ajudar, têm que trabalhar no roçado. Enfim, é preciso que esse calendário escolar dialogue com o calendário da dinâmica da sistemática de produção do campo.

Estou trazendo esses elementos, tanto da Constituição como da LDB, porque entendemos que qualquer alteração que possa ser feita no ensino médio tem que considerar esse processo histórico de condição, que foi construído com bastante participação da sociedade, através das conferências, do rico debate do Plano Nacional de Educação.

No Fórum Nacional de Educação, temos comissões, grupos de trabalho que têm desempenhado um papel muito importante de construção conjunta para analisarmos e avaliarmos todo esse processo.

Bom, então, a medida provisória tem a intenção de promover reorganização curricular e outras alterações significativas na educação básica, principalmente no ensino médio. O Fórum entende que essas mudanças estruturais na educação, especialmente no ensino médio, são necessárias, portanto exige ampla qualidade. É preciso qualificar esse debate com os educadores, com os educandos, com os pais, mães, responsáveis, gestores. Enfim, um assunto tão importante como esse, tão estratégico como esse, não deve, segundo avaliamos, ser tratado por medida provisória. Ela não é o instrumento mais adequado, desconsidera um rico processo de construção, como já citamos, de conquistas importantes na própria Constituição Federal, conquistas importantes na LDB, conquistas importantes nas conferências, conquistas importantes no Plano Nacional de Educação. Então, é preciso avaliar isso com muito cuidado, com cautela, porque podemos imaginar que estamos dando um avanço, mas, em função da pressa, podemos estar dando um passo para trás, prejudicando todo o processo de construção e de debate rico que se vem dando desde aquilo que já coloquei em momentos anteriores.

Essa medida acendeu um debate muito importante e diversas mobilizações pelo Brasil afora. Hoje, são mais de mil escolas ocupadas, universidades, institutos federais. Nós temos mais de 568 emendas parlamentares já colocadas como necessidades de mudanças – percebam que não é pouca coisa. Noventa e sete Deputados e Senadores já se manifestaram com relação a isso, de A a Z, quer dizer, de diversos partidos. Em uma consulta feita no próprio Senado, já temos 95% de pessoas que não estão satisfeitas com a forma como o processo está se dando, é preciso, de fato, promover mudanças dentro da MP. Então, é um processo que realmente requer que aprofundemos mais esse debate.

O Fórum Nacional, na sua última assembleia, aprovou a 45ª Nota Pública. Como estou aqui representando o Fórum, trago 22 questões, 22 itens apontados pelo Fórum cujo debate merece ser aprofundado.

(Soa a campanha.)

O SR. ANTÔNIO LACERDA SOUTO – ...no sentido de que essa medida possa ser mais debatida junto à sociedade.

Então, como são muitas, eu não vou ler tudo, mas eu vou citar algumas questões que estão colocadas. Nós trouxemos, distribuímos também e vai ficar essa apresentação, tanto para a Comissão como para a sociedade brasileira, de forma geral, e para o MEC. O Fórum quer trazer esse subsídio com elementos importantes que podem contribuir no debate da medida provisória.

Na visão do Fórum, a proposta reforça a fragmentação e a hierarquização do conhecimento escolar. Quer dizer, a educação não pode ser assim tão fragmentada. Não trata de questões basilares, como as condições objetivas de infraestrutura nas escolas e dos profissionais. Será que só mexer na grade, no currículo, no tempo integral, nós vamos melhorar?

Nós temos um problema sério, que é a questão da infraestrutura, que é a questão da formação e informação de professores e professoras, que é a questão da valorização. Quer dizer, será que, se fizemos do jeito que está aí, daqui a dez anos nós não estaremos discutindo de novo que deveríamos ter feito diferente e não fizemos? Empobrecer a formação para reduzir custos. Quer dizer, a redução de custos, medir a educação só como uma conta meramente econômica e matemática, acha que isso empobrece todo o processo de formação e a possibilidade de melhorarmos a qualidade da educação no Brasil.



Pretende eliminar a estreita fundamentação, a relação entre o conhecimento tratado na escola e a sua relação com a sociedade. Ou seja, a escola não pode se fechar nos seus muros. Ela tem que se relacionar com a comunidade, com o seu contexto, com o seu entorno.

Essa questão da educação integral precisa ser bem debatida e ser bem discutida. Lá na Contag, fizemos um apanhado com os estudantes, com os professores, com a Academia, ou seja, o que o povo está falando sobre o tempo integral, sobretudo os estudantes de baixa renda. Nós temos mais de dois milhões de pessoas que estudam e trabalham ou só trabalham. Eu não tenho dúvida de que entre trabalhar e estudar, as pessoas vão ter que trabalhar. E com isso vai-se ampliar muito mais a evasão escolar. Então, essa questão do tempo integral precisa ser mais bem discutida.

O campo tem tido uma experiência muito importante na alternância tempo/escola e tempo/comunidade. Quer dizer, você passa mais tempo na escola, mas a metodologia, o método e os instrumentos são diferenciados. Isso é importante debatermos, isso é importante discutirmos.

A questão de tornar o inglês como a única língua obrigatória é um ponto que precisamos aprofundar.

A questão dos temas transversais também é outra questão que precisamos aprofundar na visão do Fórum.

A proposta ignora a instância permanente de negociação e cooperação entre a União, os Estados e os Municípios. Aqui, ouvimos os Municípios, e eles estão dizendo que é preciso dialogar mais. A educação é feita através de um pacto federativo. Precisamos aprofundar o debate – o Fórum tem feito muito isso – sobre o plano e o sistema nacional de educação, através dos Estados e dos Municípios, discutindo bem qual é a função e o papel de cada um. Isso é fundamental.

A proposta busca ressignificar e restringir os objetivos da Base Nacional Comum. Temos que fazer isso de forma mais articulada com todo esse debate que está em andamento. Quer dizer, o debate da Base Nacional Comum ainda não foi concluído. É importante aprofundar isso.

Dispensa a prática e o corpo estético e da ética. Isso com relação à retirada de disciplinas como Sociologia, Filosofia, Educação Física. Eu ouvi muitos depoimentos dos estudantes que dizem que priorizar Matemática e Português vai tornar a educação muito robotizada, ou seja, eles falam que vão ficar um olhando na nuca do outro. E isso vai tirar a capacidade de o aluno pensar e refletir, o que, por exemplo, seria conseguido com as disciplinas de Sociologia, Filosofia, Educação Física. É um momento importante, em que há uma interação, uma articulação, uma integração que é importante também para o desenvolvimento físico dos estudantes...

(Soa a campanha.)

O SR. ANTÔNIO LACERDA SOUTO – ... refere-se aos aspectos socioeconômicos do contexto...

A sua proposição restrita abrange oportunidade para a sua mensuração. Quer dizer, a precisamos debater melhor essa questão da passagem da educação básica para o ensino técnico-profissional. Isso tem que ser mais bem debatido; impossibilita a ampliação da presença do setor produtivo no corpo da formação técnica e profissional.

Outro ponto importante: abre enorme espaço para a pressão local de grupos interessados na possibilidade do cumprimento de exigências curriculares no ensino, mediante regulamentação própria dos sistemas; e, de certa forma, vilipêndia a formação docente. Desconsidera o que está considerado na Meta 15 do Plano Nacional de Educação sobre essa questão do notório saber. Acharmos que é importante, mas isso desqualifica os professores e as professoras, e há a necessidade de fazer uma formação mais ampla de professores e professoras. Acharmos que esse é um tema, como a Senadora Fátima Bezerra falou aqui, sobre o qual é necessário um debate mais aprofundado sobre essa questão do notório saber. E propõe, em um contexto precário, discussão do *campi* junto às instituições, bem como pretexto de novos espaços de formação com relação a essa questão da carga horária.

Há a questão de articular melhor com a Base Nacional Comum, mas também propõe uma política de fomento à implementação da escola de ensino médio em tempo integral. Acharmos e temos ouvido que vai exigir dos Municípios mais recursos porque, se vai haver mais tempo, temos que ter mais escola, mas escola integral. E, com a PEC 21, a possibilidade de ter mais recurso é bastante reduzida. Como é que vai ficar essa relação da PEC 241 com o tempo integral da escola? Isso precisa ser muito aprofundado, sobretudo com os Municípios, como falou aqui a representação da Undime.

E também há a transferência de recurso, que será reduzida. E, pelo que coloca o Plano Nacional de Educação, há a necessidade do Custo Aluno Qualidade, o CAQ e o CAQi. Bom, precisamos aprofundar mais isso dentro do Plano Nacional da Educação.

Atribui competências aos conselheiros na prestação de contas...

(Soa a campanha.)



O SR. ANTÔNIO LACERDA SOUTO – ... revoga a Lei nº 11.161, que é com relação à língua espanhola. E achamos que tirar a língua espanhola é castrar um pouco o debate sobre a importância dos países latino-americanos. Silencia quanto à forma como se garantirá o direito ao acesso à educação básica para mais de dois milhões de jovens, entre 15 e 17 anos, que estudam e trabalham. Já falei um pouco sobre isto: quer dizer, entre trabalhar e estudar em tempo integral, não tenho dúvida de que eles vão querer trabalhar.

E, por último, desconsidera a especificidade dos sujeitos que estudam à noite. Há uma dinâmica das pessoas que estudam à noite. É preciso que aprofundemos melhor esse debate, como é que vai se dar isso.

Por fim, para concluir, é certo que o ensino médio não vem preparando bem os estudantes, que os currículos são pouco ou nada atrativos e que a qualidade é questionável. No entanto, não autoriza soluções mágicas, verticais, autoritárias e que ignoram o acúmulo que a gente já vem tendo nesses últimos anos com relação à educação no Brasil e, sobretudo, ao Plano Nacional de Educação.

Então, para fechar, eu queria só ler esta última lâmina: não existe medida precipitada, apresentada e legítima que seja capaz de garantir o direito à educação de qualidade aos estudantes, razão pela qual nossa posição é pela retirada da medida provisória; que a discussão seja encaminhada em outros termos e instrumentos, inclusive no Congresso Nacional, também pressionado e desrespeitado pelo açodamento do Governo, que não se propôs a garantir nem tempo, nem espaço, nem participação da sociedade civil para o debate qualificado e responsável que é requerido para o trato da matéria, tão cara ao povo brasileiro, a saber a educação da nossa juventude.

Então, essa é a posição do Fórum Nacional da Educação. A gente quer trazer esta contribuição aqui para a Câmara e para o Senado. Queremos trazer esta contribuição para todos aqueles que estão debatendo e estão construindo esse debate tão importante e caro, que é a educação. Como foi dito aqui pelo representante do Conselho Nacional de Educação, a educação poderá ser, sim, se bem trabalhada, se bem debatida, se bem discutida, um instrumento importante para contribuir com o desenvolvimento do nosso País. *(Palmas.)*

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado.

Eu pediria aos convidados para não se manifestarem, nem apoiando, nem reprovando.

Eu gostaria de passar ao próximo convidado, João Antônio Cabral de Monlevade, nosso Consultor Legislativo do Senado Federal.

O SR. JOÃO ANTÔNIO CABRAL DE MONLEVADE – Boa tarde a todos, especialmente aos componentes da Mesa, as Senadoras e Senadores presentes, Deputada Dorinha, que parece ser a única da Câmara.

Ah, desculpe. Ele não está identificado.

Muito bem. Eu tive uma certa surpresa ao chegar aqui e ser informado de que teria dez minutos para minha colocação. Fiquei um pouco assustado, porque sou professor há 50 anos – estou com 75 aninhos –, e a gente briga para a aula não ser de 45 ou 50 minutos e ser de uma hora inteira. Mas, ao mesmo tempo, eu não estou dando aula aqui e tenho de me reger pelas necessidades dessa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Nós temos prorrogado o tempo. Eu tenho colocado 15 minutos e, em alguns casos, 20 minutos, como foi o último.

O SR. JOÃO ANTÔNIO CABRAL DE MONLEVADE – Eu já agradeço, Deputado, e confio ainda mais na hora do debate, quando vamos poder responder realmente aos interesses que forem despertados.

A minha primeira colocação tem a ver com a minha vida de profissional, formado em Filosofia. No começo deste ano, em Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, perto de Pelotas, eu escutei de uma senhora, merendeira, que tinha feito um curso do Pró-funcionário de técnico em alimentação escolar, ensino médio profissional subsequente, uma pergunta interessantíssima: “Professor João, a gente pode repetir o curso que a gente fez?”

Ora, se a gente for no encalço das preocupações do Rossieli, reprovar e repetir é muito negativo. Não é verdade? Entretanto, Senadora, aquela senhora me deu uma grande lição: tudo o que é bom a gente quer repetir. A gente quer repetir o nascer do sol, a bola de sorvete, a noite de amor – tudo a gente quer repetir quando é bom.

Então, vamos começar a pensar exatamente no valor da educação permanente. Ensino médio começa por aí. O nome já está todo errado, porque vai fazer uma mediação entre fundamental e superior, como se o superior fosse obrigatório. Não é? Ou, então, como se houvesse algum tipo de passatempo, em que basta os dias irem rolando, a gente não aprende nada, mas completa 18 anos, e aí a gente tem uma carteira de trabalho e vai para o mundo do trabalho.

A segunda lição eu tive ontem, exatamente nesta sala, no lugar onde o Ricardo está. Tomou a palavra uma menina estudante de Taguatinga, de uma escola ocupada. E ela falou assim: “Gente, eu estou muito temerosa,



tenho muito medo neste movimento. Inclusive, porque eu tenho quase certeza de que eu vou repetir de semestre. Eu vou atrasar os meus estudos, porque a ocupação não se resolve logo, e é bem provável que eu venha a ser reprovada neste semestre.” E ela concluiu: “Só que eu prefiro repetir para conquistar aquilo que a juventude quer do que passar para nada acontecer.”

Gente, Ivan, foi uma beleza. Foi uma coisa maravilhosa. Então, eu quero colocar essas duas realidades, que são contra valores na sociedade capitalista, na sociedade seletiva, para a gente ver que nós estamos aqui discutindo algo muito, muito, muito sério.

A minha primeira colocação agora em termos de forma e conteúdo é a seguinte: a LDB de 61 demorou de 47 até 61, 14 anos, para ser promulgada; a última LDB demorou desde 88, dezembro de 88 até dezembro de 96, 8 anos; e – atenção! – a 5.692, que foi a LDB da ditadura militar, não foi, Senador Pedro Correa, feita por medida provisória nem por decreto. Ela foi projeto de lei. Não é, Ivan? Ficou oito meses aqui no Congresso sendo discutido.

Portanto, acho que não tem sentido nenhum a gente reformular o ensino médio. E não é só o ensino médio. Vocês repararam que o inglês começa desde o sexto ano, uma imposição autoritária, xenófoba em relação às outras culturas.

E, além disso, fazer isso através de medida provisória. Pois bem, eu não tenho dúvida nenhuma de que, quando lemos a emenda da medida provisória, temos um alento. É uma coisa maravilhosa, é o sonho da minha vida. Assim, Dorinha, como eu fui aluno em tempo integral no ensino médio, eu gostaria que todos tivessem a oportunidade – professor Rossieli, professor Ivan – de ter ensino integral.

E vamos ver: aquela meta dos 50% de escolas em tempo integral do PNE foi, com todo o respeito a quem mudou, pervertida em 25% das matrículas dos alunos por uma jogada, não é, Ptofª Dorinha? Quando falamos 50%, estamos pensando na metade dos alunos também. Mas não: estavam deixando uma coisa esquisitíssima no meio de campo, que é ter a escola – diretor da Undime, do Paraná –, uma escola onde alguns alunos fazem tempo integral e outros não fazem.

É uma coisa muito complicada. Desde a creche, temos essa complicação, com aqueles percentuais de 0,9%, 1,3%, etc, que bagunçam tudo. Estamos vendo prefeituras transformando creches em tempo integral em creches parciais para ganhar mais dinheiro, para o Município ganhar mais dinheiro. Então, há coisas muito sérias para resolvermos aqui que não podem ser resolvidas nesse espaço, ainda mais porque medida provisória, todo mundo sabe, tem um tempo curto de tramitação e, se terminar aquilo e não for aprovado, morreu, não acontece nada, perde a eficácia.

E vocês já repararam qual é o tempo que vamos ter? Daqui a pouco, temos Natal, daqui a pouco, temos férias, daqui a pouco a gente temos carnaval, e aí o tempo se foi, e não dá para nada ser aprovado para o ano letivo de 2017. Vamos que aprovemos em março: suspende, Senadora? *(Pausa.)*

Então, também é esquisito, não é?

Mas, de qualquer maneira, deu para entender a minha posição, que não é só minha? A medida provisória não é o instrumento mais adequado, embora eu aceite a tese de que, se não fosse medida provisória, talvez não estivéssemos aqui nesse momento. Então, de vez em quando, precisamos entrar com uma coisa esquisita assim.

Então, agora algumas colocações só como provocação para debate. Primeira: a proposta instaura a progressividade do tempo integral – ai, ai, ai, ai, ai! No tempo de Conselheiro Nacional de Educação, tempo do Fernando Henrique Cardoso, do finado Paulo Renato, já tinha na LDB lá o tempo integral, não é? Ou 800 horas como inicial e depois tempo integral. Aí quando falava: “Mas quando vai ser isso?” “Não, se preocupe, progressivamente vai”. Esse progressivo estamos esperando até hoje.

A classe média e alta têm tempo integral desde o primeiro dia em que a criança nasce. Não é? Porque de manhã vai para a escola, à tarde vai para o inglês, vai para a natação, vai para o piano, vai para o balé, etc. Agora, a classe trabalhadora vai para a rua ou vai para a Xuxa – se é que a Xuxa ainda está aparecendo na televisão. Eu estou um pouco defasado.

Pois bem.

Então, vejam bem, a outra questão muito séria – e nisso eu concordo plenamente com o colega do Amazonas –, é que essa distribuição de ensino médio, técnico ou convencional, é completamente irracional. Nós, na 5.692, fizemos a loucura – não é, Ricardo? –, de fazer o ensino profissionalizante. Quando digo nós, digo o Brasil; nós, brasileiros. Fizemos a loucura. Inclusive o Senador Passarinho acabou de falecer, depois de 92 anos de muita atividade.

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO ANTÔNIO CABRAL DE MONLEVADE – Fomos para a profissionalização compulsória. Então, o



que eu vi lá, em Três Lagoas? Lá, nos idos de 1980? Os meninos vinham para contabilidade, administração; as meninas vinham para o curso de magistério. E a classe média? Ah, aí inventaram uma saída: auxiliar de análises clínicas, aquele curso científico antigo, etc. Em outras palavras, tudo que é feito correndo e com extremismo não dá certo.

Há outra colocação que eu gostaria de fazer. Eu tenho a impressão de que um grande avanço que podemos fazer é o que os indígenas já fizeram na organização não curricular e na formação. Vocês sabem que a formação dos professores indígenas – o Ivan me corrija, por favor – não é de professor de letras, professor de química, professor de geografia. É professor de educação básica, porque eles partem de um princípio tranquilíssimo. Se eu ganho o ensino médio, eu aprendi toda a cultura brasileira que precisamos. Então, eu vou ser professor de tudo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO ANTÔNIO CABRAL DE MONLEVADE – Exatamente. Licenciatura intercultural. Ora, o que está acontecendo? Temos quinze, dezessete, vinte disciplinas no ensino médio, porque a universidade fez as caixinhas todas. Então, tem *n* cursos, que depois transbordam em *n* disciplinas. E aí ninguém aguenta. Ninguém aguenta. A minha filha carrega uma mochila de doze quilos de livros didáticos e de disciplinas.

A outra questão provocativa é a seguinte: vocês veem que a Base Nacional Comum é muito decantada em prosa e verso. E ela tem uma certa semelhança com o que eu aprendi, há uns vinte anos, sobre o acúmulo histórico da cultura da humanidade. Então, essa vai ser a Base Comum Nacional. Entretanto, posso estar enganado, o principal objetivo da educação escolar é a preparação para o exercício da cidadania. Esse é o principal objetivo. E aí começa esse ensino estudando a cidade.

“Você é de Salvador?”

É de Salvador. Então, já dei uma aula linda para trinta alunos de pedagogia lá em cima, no Terreiro de Jesus, mostrando: “Aqui nasceu o primeiro colégio do Brasil. O Colégio dos Meninos de Jesus, que veio substituir a cultura indígena pela cultura portuguesa. Excluiu as meninas e tal.

Aquilo ali, estudar Salvador, estudar o Distrito Federal, conforme eu confidenciava aqui para o nosso Deputado, é o primeiro passo, Ivan, da Base Nacional Comum, que não é conteúdo; é postura para entrar em contato com a realidade.

O pessoal fala: “O povo não sabe.” É claro. Ninguém ensinou o que significa ser vereador, ninguém sabe quais são os problemas da comunidade, ninguém sabe de nada. Aí, pronto: a coisa se perde.

Três rápidas questões – para, depois, fazer um fecho – sobre alguns submarinos que eu encontrei nessa medida provisória.

Primeiro submarino. Este é de nos deixar assustadíssimos. Talvez o melhor artigo da LDB seja aquele que dá poder ao Conselho Escolar de escolher as línguas estrangeiras modernas durante sete anos – quatro do ensino fundamental e três do ensino médio. É a escola, junto com o sistema, que vai escolher.

Agora, regredimos a uma colonização. Perdemos a colonização portuguesa e sofremos. Agora vamos ser recolonizados pelos Estados Unidos? Ou pela Inglaterra? Vai haver uma grande dúvida: vai ser *british english* ou *american english*? *(Palmas.)*

Então, não tem sentido, mas tem uma explicaçãozinha. As escolas de idioma, Senadora Simone, que faturaram, no ano passado, R\$8 bilhões...

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO ANTÔNIO CABRAL DE MONLEVADE – Wizard, Casa Thomas Jefferson, etc. etc. – vão achar ótimo isso, porque, no ensino público e particular, só se vai ensinar inglês. Então, quem estiver querendo aprender francês, mandarim, japonês, coreano vai ter que ir para a escola de idioma. Então, a LDB passaria a ser um trampolim de privatização.

E não é só isso, não. Por que tirar a educação física, Senadora, se justamente agora nós vamos ter 1,4 mil horas em vez de 800? O grande problema era que, em quatro horas por dia, não cabia educação física, não cabia nada além daquilo que cai no Ideb, na Prova Brasil. Agora, não; agora, a gente tem tempo tranquilamente.

Hoje, a educação física está na mão de quem? Das academias. É o negócio mais rendoso do Brasil, Rossiele. De Manaus a Arroio Chuí, há academias privadas, inclusive com lucros absurdos, e programas até contra a própria saúde do cidadão, que tem que ser musculoso e bombado, como dizem alguns.

O último ponto é a questão das artes. Eu não entendi também. Se é uma reforma do ensino médio, que reforma mais esquisita é essa, que confina a arte à educação infantil e ao ensino fundamental, exatamente tirando as artes como área de conhecimento e de expressão?

Eu diria a você, Ivan, que aquela sua palestra em Palmas mexeu muito comigo. Quando ele fala da tecnologia,



eu acho que nós estamos passando por um momento maravilhoso. Até cinco anos atrás, era um problema muito grande incluir a tecnologia na escola em razão do custo. Era difícil colocar um computador pessoal na mão de cada aluno, principalmente dos 50 milhões de crianças e adolescentes.

Agora, por obra e graça do mercado, tudo quanto é criança... Anteontem eu vi um mendigo, na rodoviária, com um *smartphone* na mão. Provavelmente não era roubado, porque havia seis ou sete PMs ao lado que o teriam apreendido, caso fosse roubado. Não; virou uma coisa maravilhosa, na mão de tudo mundo!

Então, a sala de aula que imagino não é mais a sala de aula de um aluno atrás do outro, mas um U. Viu, Dorinha, um U em que o professor estará comandando uma sessão de pesquisa e uma sessão de aquisição de conhecimentos, na mão de cada um. Vocês já pensaram que aula maravilhosa? Poderíamos até, agora neste momento, fazer uma experiência. Se todo mundo tivesse esse instrumento na mão a gente estaria, por exemplo, confrontando um dado que eu não aceito. A Rossieli passou aqui dizendo que a gente só tem 8% de matrículas no ensino médio profissional. Não é verdade, se a gente tem 1,2 milhão, somando o curso subsequente, o concomitante, o integrado e o magistério, que continua, no Paraná, com mais de 40 mil matrículas, no Rio de Janeiro etc, a gente passa muito disso. Então, a coisa seria muito mais interessante.

Finalmente, agradecendo a compreensão do Deputado, o Professor Ivan concluiu a fala dele, se não me engano, colocando o seguinte: que a educação não é só um processo, mas é o projeto de uma nova sociedade que deve emancipar o sujeito, emancipar a sociedade. Ivan, você é o sacrário vivo de uma grande emancipação que está andando. Quando a gente pensava que um índio, que um negro, iam ser conselheiros nacionais de educação?

Então, vejam bem, nós temos de superar, gente, essa coisa terrível que nós temos, no Brasil, que é o dualismo educacional. Antes o dualismo era: estar na escola ou estar fora da escola. Depois, passou a ser itinerário de propedêutico para a universidade e ensino profissional precoce. Agora, lastimavelmente, nós temos um novo dualismo, terrível, que é: classe média alta coloca o filho na escola particular. Quanto mais cara melhor, como se preço fosse medida de qualidade. Entre parênteses, estou lançando um livro, de 80 páginas, a ser vendido por R\$5,00. Minha esposa me falou: “João, não pode ser tão barato porque o povo vai pensar que não presta”. Mas a coisa é terrível. Então, de um lado um caminho que é a educação particular, com altas mensalidades, que desemboca, depois, na UnB, na USP, na Unicamp, na Fundação Getúlio Vargas, estranhamente gratuitas e financiadas pelo povo brasileiro; de outro lado está a escola pública, gratuita, mas que é rejeitada pelos próprios professores da escola pública. Setenta por cento dos professores da escola pública colocam seus filhos na escola particular.

Descobri uma coisa terrível, Ricardo: sabe por que ainda há 30% de professores que não colocam seus filhos na escola particular? Porque eles moram em cidades pequenininhas que não têm mercado.

Então, em Água Boa de Goiás, em Arenópolis, em Acorizal onde vivi, com cinco mil habitantes, não chega escola particular, porque não tem mercado. Aí, o professor é obrigado a colocar o filho na sua escola. E eu quero dizer para vocês: não houve escola tão boa para os meus filhos Ângelo e Danilo, no Mato Grosso, como a escola pública. Não houve! Porque, ali, eles tiveram a formação com a realidade e não a formação para uma parte da sociedade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Nós temos aqui inscritos a Senadora Fátima Bezerra, a Senadora Simone, a Senador Lídice da Mata, o Deputado Thiago Peixoto e a Deputada Professora Dorinha.

Antes, a Profª Maria Inês, do Inep, está a caminho, mas, de qualquer forma, se não for possível ouvi-la hoje, nós vamos compatibilizar uma outra data para ouvir a secretária Maria Helena e a Maria Inês.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Eu queria uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Se V. Exª puder deixar eu concluir a minha fala, em seguida eu passo a V. Exª.

Vou passar para o Relator, para que possa se posicionar e depois eu passo para os...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – É bem rapidinho. Se o Senador Pedro permitir... É pela ordem. Se V. Exª permitir, serei rápida.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco/PSC - MS) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senadora Fátima, V. Exª tem a palavra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Deputado Izalci, esta Comissão e o Brasil inteiro vêm acompanhando essa mobilização dos estudantes, a ocupação nas escolas; são estudantes secundaristas, são estudantes dos institutos federais de educação profissional e tecnológica, estudantes das universidades de todo o País. A principal pauta de reivindicação deles também o Brasil sabe: eles são contra a PEC nº 241 – agora PEC nº 55, que está tramitando aqui no Senado –, uma vez que eles têm uma leitura, assim como nós temos, de que ela trará impactos violentos na área social, inclusive no campo da educação, pelo quanto ela anulará, se



for aprovada dessa maneira, pelos próximos 20 anos, a vinculação constitucional que estabelece percentuais mínimos para a saúde e, no caso, a educação.

A outra pauta é o projeto escola sem partido. Já a outra pauta, pela qual estão se mobilizando, neste exato momento, é a luta contra a MP nº 746, objeto de debate aqui entre nós.

A crítica deles, Deputado Izalci, deve-se principalmente à questão de método. Eles não concordam que esse debate tenha vindo pela via da medida provisória – com o que nós concordamos também – e eles têm também sérias críticas ao conteúdo da medida, alguns dispositivos contidos na medida.

Pois bem, feitas essas considerações, nós queremos aqui, neste momento, dar conhecimento do nosso repúdio a uma decisão interlocutória do Juiz Alex Costa de Oliveira. O juiz, simplesmente, na visão dele, com intuito de reprimir o movimento, repito, tomou essa decisão agora com intuito de reprimir o movimento, desarticular o movimento, de intimidar o movimento.

Ele coloca que a desocupação deverá ser iniciada no alvorecer do dia, conforme determinado. E diz ele:

Como forma de auxiliar no convencimento à desocupação, autorizo expressamente que a Polícia Militar utilize meios de restrição à habitabilidade do imóvel, tais como suspender o fornecimento de água, energia e gás. Da mesma forma, autorizo que restrinja o acesso de terceiros, em especial parentes e conhecidos dos ocupantes, até que a ordem seja cumprida. Autorizo também que impeça a entrada de alimentos. Autorizo ainda o uso de instrumentos sonoros contínuos direcionados ao local da ocupação para impedir o período de sono. Tais autorizações ficam mantidas independentemente da presença de menores ocupantes no local, os quais, a bem da verdade, não podem lá permanecer desacompanhados de seus responsáveis legais. Dê-se força do mandato. Cumpra-se.

Brasília, domingo, 30 de outubro.

Juiz Alex Costa de Oliveira.

Isso aqui é uma infâmia, Sr. Presidente. Isso é um absurdo! Eu, sabe, custo a acreditar que de repente um juiz tenha a ousadia...

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – ... de tratar um movimento, que é um movimento pacífico, é um movimento cidadão, é um movimento democrático; é um movimento que tem todo o direito de expressar o seu inconformismo, de expressar o seu descontentamento. Repito, inclusive com a MP nº 746, tanto no que diz respeito à questão do método como à questão do conteúdo.

E um juiz... Que vergonha é essa? Um juiz querer tratar esses estudantes como bandidos?! Olhem só a gravidade aqui! Essa decisão do juiz remonta aos tempos da ditadura. Essa decisão tem um conteúdo fascista, porque o que ele recomenda aqui, para desarticular, para reprimir a mobilização pacífica dos estudantes, a tortura, Deputado Izalci. Tortura! Pela amor de Deus!

Nós pensávamos ter enterrado isso...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senadora Fátima, peço a V. Exª que conclua.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Vou concluir.

Nós pensávamos haver enterrado métodos autoritários, fascistas como esses quando a gente derrotou a ditadura militar.

Então, desculpem aqui o nosso desabafo. Eu acho que – e vou concluir – é pertinente fazê-lo em uma comissão como esta, porque, inclusive, um dos motivos pelos quais eles estão lutando é discordar com a reforma do Ensino Médio via medida provisória.

E concluo, Deputado Izalci, dizendo que nosso mandato já está se articulando, Senadora Lídice, com outros Senadores e demais Parlamentares para, junto à Comissão de Direitos Humanos, para entrarmos com uma representação no CNJ e na Corregedoria aqui da Justiça do Distrito Federal, para que se investigue a conduta desse juiz.

E conclamo, aqui, a sociedade brasileira a dar todo o apoio e solidariedade à luta dos estudantes, porque a luta deles é a nossa luta também, porque é a luta em defesa da educação. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Com a palavra o Relator.



O SR. PEDRO CHAVES (Bloco/PSC - MS) – Sr. Presidente, Senadores, Deputados, convidados, expositores e coordenadores, autoridades, meus queridos alunos aqui presentes. Eu sou professor, então, permito-me chamá-los assim.

Eu, na verdade, descordo um pouco dos depoimentos de alguns convidados em relação à medida provisória. Uma vez eu também já fui vítima do Ato Institucional nº 5, já estive envolvido em lutas pela democracia, pela redemocratização do País. Então, eu ousou falar a vocês nesses termos.

No passado, em 1964, eu fui envolvido pelo golpe militar, estive preso, era estudante, atuante, e eu sei, na verdade, o que significa tudo isso. O importante nisso tudo, eu penso, é a gente tomar ciência e consciência do momento histórico que nós estamos vivendo. Eu sei que passamos por um trauma muito grande. Para muitos, foi um movimento golpista e tudo o mais, a gente ouve falar muito sobre isso, mas nós estamos agora já em um outro momento.

O que ocorreu com essa medida provisória foi simplesmente a imperiosa necessidade de mudar o ensino médio. Não só o ensino médio, deveríamos ter mudado até a educação infantil, o fundamental e até o superior, mas a ideia básica era o ensino médio pelos resultados do Ideb, que vem, sistematicamente, há mais de 5 anos, mantendo esse mesmo patamar, o Brasil em uma das últimas colocações.

Então, está provado que todos nós, de oposição ou situação, estamos interessados na mudança do ensino médio. Isso acho que é pacífico. A forma, talvez, não quanto ao conteúdo, mas da forma que muitos discordam. Eu diria para vocês que eu estou buscando, como Relator, tomar a medida provisória a mais democrática possível, haja vista que eu procurei, na verdade, trabalhar com audiências públicas. Eu estou chamando todos os segmentos da sociedade brasileira para fazer depoimento, todos. Então, eu estou trabalhando como se fosse um anteprojeto, sem nenhuma diferenciação, haja vista que, como eu falei para vocês, eu vou chamar a UNI, vou chamar a Ubes, todos aqueles que quiserem fazer depoimento, e dizer, e colaborar conosco para aperfeiçoar a medida provisória. Nós estaremos abertos para isso e acolheremos tudo isso.

Nós, inicialmente, pensávamos em ouvir apenas 20 pessoas, 25. Chegamos a 53, 54 pessoas. Então, significa que nós vamos abrigar tudo isso; vai colaborar e vai robustecer o documento. Podemos mudar totalmente a medida provisória nos pontos que, na verdade, não vão ao encontro da sociedade brasileira.

Eu gostaria de dizer para vocês, nem vou fazer questionamento aos convidados, mas dizer para vocês que a medida provisória, vou torná-la o mais democrática possível, dentro da minha ética, dentro da minha história, não poderia negar isso. Então, é fundamental que vocês entendam que a forma de trabalhar com uma medida provisória é uma forma democrática, porque eu estou ouvindo todos e vou, na verdade, absorver. Vocês vão notar no resultado, no relatório final, que todas as ponderações serão levadas em conta, dentro do bom senso, dentro daquilo que nós acharmos que é importante para o País.

E a Comissão em si também, onde está a Fátima Bezerra, onde está a Maria do Rosário, a Lídice, tudo um grupo realmente de professores, que vão colaborar com isso. E eu tive a felicidade de contar, na verdade, com a comissão de professores e educadores. A maioria deles são eméritos, são pessoas que realmente conhecem. Não vai haver nenhum ato autoritário. Talvez a forma não vá ao encontro de vocês.

Por outro lado, eu vou aproveitar tudo que foi feito na Câmara dos Deputados. Vou trazer o relatório para mim, vou analisar o relatório, vou fazer uma comparação com a medida provisória, ver todos aqueles depoimentos, vou aproveitar o PNE.

Então, é importante que vocês saibam que não é um documento frio. Era importante que os estudantes que estão ocupando – e eu respeito muito a manifestação – as escolas entendessem que eles têm direito a voz aqui, para conversar, discutir, dar opinião. Isso para nós é positivo, isso enriquece o documento.

Calculem a gente determinar eu fazer uma lei educacional que não atenda ao aluno! É ele a figura principal, fundamental. E é para isso que a gente está trabalhando aqui.

Então, eu quero que vocês entendam a nossa posição. Quero me colocar à disposição. Se quiserem ligar, conversar, ir ao meu gabinete, quantas vezes desejarem, eu estarei sempre à disposição.

Quando aluno, eu sempre fui muito atuante como vocês são. Eu louvo isso. Eu acho que a juventude estava perdendo o elã, estava perdendo essa virtude de manifestar. Eu começo a analisar que estão retomando isso. Isso, para o País, é importante. O País não pode ser amorfo, ele não pode ser esférico; ele tem que ter lado, todas as pessoas têm que ter lado. Isso, para nós, é importante.

Mais uma vez, eu quero dizer a vocês que estou aqui para colher todas as sugestões. Quero, com muita humildade, dizer a vocês que devo cometer equívocos, mas podemos corrigi-los, e nós teremos um tempo suficiente para fazê-lo, porque temos ainda o recesso, mais 40 dias. Então, isso vai realmente ser discutido exaustivamente.

E a medida que está lá na Câmara será muito bem-vinda. Eu sei que o relatório foi discutido exaustivamente por todos, por grande parte das autoridades.



É isso que eu queria dizer a vocês e agradeço realmente a oportunidade de dizer isso e desabafar para vocês. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – A primeira inscrita é a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Sr. Presidente, primeiramente, eu começo aqui saudando o Senador Pedro Chaves, Senador que tem um perfil aberto ao diálogo etc. Na verdade, quando nós criticamos o uso do instrumento da medida provisória, isso não tem nada a ver com o Senador Pedro Chaves. Muito pelo contrário. O que nós tínhamos colocado é que a MP nº 746, que pretende reformar o Ensino Médio, concretamente, ao nosso ver, tem dois grandes problemas: primeiro é o de método, ou seja, ter vindo via medida provisória, por tudo aquilo que nós sabemos. A medida provisória é um instrumento constitucional? É. Deve ser utilizado em caráter excepcional, de emergência etc. e tal. A medida provisória tem o seu caráter restritivo, impositivo, são apenas 120 dias de tramitação. E o seu caráter é impositivo porque ela adquire força de lei.

Então, nós achamos que um tema dessa envergadura não era adequado, de maneira nenhuma, chegar ao Congresso Nacional via medida provisória, quando o próprio Congresso Nacional já vem debatendo este assunto. E vem debatendo este assunto, é verdade, já há algum tempo, mas é falácia quando dizem aqui que faz dez anos, vinte anos que se vem debatendo a questão da reforma do Ensino Médio. E, mesmo que assim o fosse, educação requer muito debate, porque, sem muito debate, sem muita discussão, sem muita conversa, sem muito diálogo, não se constrói consensos, e consensos são fundamentais, especialmente em áreas de complexidade como é a área da educação.

Mas, voltando à medida provisória, quero lembrar que o Projeto de Lei nº 6.840, da Câmara, precisamente, é de 2013. O debate foi feito lá etc. e tal, culminando, inclusive, com a apresentação de um substitutivo.

Pergunta-se: por que a Câmara não agilizou? Por que a Câmara não aprovou? A Câmara não aprovou porque, lembrem-se, por igual período, o Congresso Nacional estava totalmente voltado para uma lei fundamental, uma lei que é decisiva porque ela é a âncora, ela é a base, ela é a nossa carta constitucional, associada à LDB e à Constituição Maior, que é a Constituição de 1988. Refiro-me ao Plano Nacional da Educação. É preciso lembrar que o Congresso Nacional e a sociedade brasileira jogaram todas as suas energias, naquele momento, para aprovar o Plano Nacional da Educação, e o fez corretamente, pelo quanto o País precisava. Corretamente, inclusive, porque o próprio Plano Nacional da Educação trata das necessárias medidas que deverão ser adotadas para reformulação do Ensino Médio nas suas Metas III, IV, VII etc. Por exemplo, a Base Nacional Curricular Comum, que é um dos instrumentos fundamentais, como eixo programático para organização do currículo que se pretende na reformulação exatamente do Ensino Médio.

Então, a pergunta é: por que colocar a carroça diante dos bois? Por que não termos concluído a Base Nacional Curricular Comum? Por que a gente não concluiu, não cumpriu inclusive as metas do PNE, já em vigor exatamente desde 2015? Por que não, por exemplo, ter aproveitado o projeto de lei da Câmara, que tem subsídios importantes? E tem; não o estou negando aqui. Mas por que não aproveitar o próprio projeto de lei para fazer o debate? O Governo, inclusive, poderia pedir regime de urgência. O Governo, inclusive, tem base político-parlamentar o suficiente aqui nesta Casa para aprovar.

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Então, é essa a reflexão que a gente quer trazer aqui do ponto de vista do método, porque não estamos tratando de um tema qualquer, mas do Ensino Médio, da educação básica, uma das etapas mais importantes da vida dos estudantes. Não se trata aqui de a gente não querer reformular o Ensino Médio. Queremos, tanto é que a gente vem debatendo esse assunto. O de que se trata é do devido cuidado, da devida responsabilidade, do tempo necessário, para que a gente construa os entendimentos, para que a gente construa os consensos, para que a gente possa reformar para melhor e não, de repente, fazer uma reforma que pode deformar o Ensino Médio e complicar cada vez mais.

Por fim, Sr. Presidente, do ponto de vista do conteúdo, é evidente que nós também comungamos com algumas preocupações que são apresentadas. A questão do notório saber...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Para concluir, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – ... é evidente que, em nenhum momento aqui... E eu estou aqui desconhecendo que, para se lecionar história, português, vai continuar sendo exigido o diploma, a formação específica, isso é óbvio. Aliás, no Plano Nacional da Educação, temos meta lá para que a gente avance na formação inicial e continuada do magistério, inclusive dando ao magistério brasileiro – ainda há muitos professores que não têm – a formação específica para a área inclusive em que eles atuam.

Mas quero aqui, mais uma vez, expressar a nossa preocupação. Achamos que não é compatível com os esforços que o Brasil vem fazendo para avançar na política de valorização profissional do magistério, a meritocracia, flexibilizar uma legislação para acolher professor apenas por notório saber, sem levar em consideração que



não é só o notório saber...

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – ... é a didática, é a metodologia, é a psicologia etc. Assim como ocorre com relação à questão da não obrigatoriedade...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Só um momentinho.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Conclua a fala de V. Exª!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Só um momentinho, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Nós temos alguns Senadores e Deputados...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Eu sei, mas só estou pedindo um pouco de paciência.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Sim; tenho toda a paciência do mundo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – É por isso que a gente diz que o tempo aqui é muito pouco. É um absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Conclua, Senadora!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Eu volto a dizer: é por isso que os estudantes têm toda a razão de estar se mobilizando nas ruas, pelo País afora. O Parlamentar aqui, o tempo todo, tem a sua palavra cerceada. Deixe-me concluir!

Assim como, quanto à questão das disciplinas. Eu acho que é um equívoco, por exemplo, tirar a obrigatoriedade das disciplinas da legislação no Plano Nacional. Faço minhas aqui as palavras de Monlevade. O que é isso? Tirar a obrigatoriedade do ensino de áreas, como artes, como educação física, do currículo do Ensino Médio? É algo muito estranho isso.

Alguém vai dizer: “Não, a gente não tirou a obrigatoriedade”. Tirou! Tirou, porque, agora, vai depender dos sistemas de ensino a discussão da Base Nacional Curricular Comum, pelo caráter, pelo conteúdo estratégico que têm disciplinas como estas, associadas à sociologia e à filosofia, que, a nosso ver, deveriam continuar constando na legislação nacional.

E, para terminar, Deputado Izalci, quero, por fim, aqui deixar uma questão para a Mesa, que é com relação às mudanças no Fundeb. Considero isso o mais completo, porque o relatório da MP, a meu ver, não deveria mexer no Fundeb. Era bom deixar o Fundeb sem alterações, por conta do equilíbrio no financiamento da educação entre Estados e Municípios.

Preocupa-me muito essa mudança que estão fazendo no Fundeb, quando o Fundeb, inclusive, está perto de terminar a sua vigência e, portanto, renovar a sua vigência. Repito: é pelo equilíbrio federativo que ele traz entre Estados e Municípios. Por isso, eu queria aqui colocar, inclusive, que, na primeira audiência pública na Câmara, essa questão do Fundeb foi abordada por Daniel Cara, Coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Em outro debate, tanto ele, Daniel Cara, como Priscila Cruz, do Movimento Todos pela Educação, ambos fizeram um apelo para que a medida provisória, repito, não alterasse a questão do Fundeb, pelo quanto o Brasil, em consonância com o mundo, avançou para uma educação sistêmica pautada no acesso à educação da creche à pós-graduação, compreendendo que o aluno que se forma na universidade e faz pós-graduação é o mesmo que se torna professor.

Na educação básica, a concepção sistêmica foi conquista da sociedade civil no Fundeb. E eu me sinto muito à vontade para falar sobre isso, porque fui a Relatora desta lei, com apoio do Presidente Lula, que foi quem enviou a lei, e, com o apoio de todo o Congresso Nacional, visto que foi aprovado o Fundeb, por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Vou terminar.

Então, nós queremos aqui trazer para o debate a proposta de que a MP retirasse as alterações do Fundeb pelo quanto, repito – e vou concluir mesmo –, ele significou ao trazer uma política pública de financiamento que olhasse da creche até o ensino médio, não sendo uma política pública fragmentada e, com isso, caminhando naquela distorção de não garantir ao povo brasileiro o direito à educação da creche até a graduação, até a pós-graduação. O Fundeb foi uma das coisas mais importantes, repito, em matéria de universalizar direitos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senadora, se V. Exª...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Vou concluir mesmo. Vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – ... não respeita o Presidente, pelo menos os colegas que também querem se pronunciar.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Não, vou concluir. Vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Peça a V. Exª para concluir.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Vou concluir deixando aqui para reflexão, inclusive para a Undime,



porque tenho sido procurada por muitas entidades que têm expressado claramente a sua preocupação com a medida provisória alterar o Fundeb. Parece-nos que mexer no Fundeb, Senadora Lídice, significa caminhar para o seguinte: priorizar o ensino médio em detrimento da educação infantil, assim como foi feito no passado. Era o Fundeb em detrimento exatamente das outras áreas. Então, como forma de contribuir, acho que o Fundeb deveria ser preservado para que não tenhamos retrocesso naquilo que vimos construindo, que é cuidar da educação como um todo, dentro de uma visão sistêmica. Inclusive, eu gostaria de ouvir a opinião da Undime e a opinião de Monlevade e dos demais.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu indago à Senadora Lídice e à Senadora Simone, porque a Profª Maria Inês chegou, mas, como está em votação, se faremos a apresentação do Inep ou se V. Exª quer se pronunciar agora, antes da apresentação dela?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB - BA) – Eu peço desculpas, mas eu gostaria de me pronunciar, até porque nós estamos iniciando a votação no Senado...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Foi por isso que fiz a pergunta.

V. Exª é a próxima inscrita. Senadora Lídice, é V. Exª e, depois, será a Senadora Simone.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB - BA) – Pois não.

Presidente, levando em conta que nós estamos com o Relator à mesa para nos ouvir – eu pensei, em um primeiro momento, que era apenas ouvindo a representação do Ministério –, eu gostaria de também pontuar algumas questões em relação a essa medida provisória. Mesmo que eu não seja, como alguns outros, como V. Exª próprio, grande especialista no assunto, pela minha vivência com a área da educação – não sou professora, não tive essa dádiva divina de poder ser professora e ter isso como missão –, eu participo da luta em defesa da educação há muitos anos e queria colocar algumas questões.

Eu lembro o nosso querido Cristovam Buarque que já propôs que separássemos o Ministério da Educação para as universidades ficarem no Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Educação ficar com as outras áreas de ensino, justamente preocupado – e é uma preocupação que todos nós temos – em garantir a base da educação pública no Brasil.

E o que me chama a atenção é que, pelo menos no Estado da Bahia – eu não sei dos outros Estados –, com as fragilidades da educação no Nordeste, nós temos pouquíssimas escolas de tempo integral nos níveis iniciais de educação. Eu destaco alguns prefeitos nossos, lá, que têm tido essa preocupação permanente e que – temos alguns –, elevaram, inclusive, o Ideb da sua cidade, em função dos colégios de tempo integral que conseguiram fazer.

Mas uma grande rede de tempo integral, numa cidade dessas, é composta de cinco colégios. São no máximo sete colégios de tempo integral. Isso, em algumas poucas cidades dos 417 Municípios que nós temos no Estado da Bahia. Ora, isso é proposta, é luta minha, assim como – eu acho – de todos aqueles que apostam na educação pública do nosso País, especialmente nós, que tivemos a felicidade de ter Anísio Teixeira como um dos pensadores da escola de tempo integral no Brasil – e com experiência concreta na cidade de Salvador, nos bairros mais populares.

Primeiro, é preciso definir o que é escola de tempo integral no ensino médio, definir qual é o conceito de educação integral. Digo isso, porque educação integral não pode ter apenas o conceito de ser uma educação em dois turnos. É preciso garantir a educação integral, integrada, daqueles que estão lá. Por isso, a mim me parece absolutamente estranho que nós possamos fazer justamente o oposto do que pensou Anísio Teixeira, nas suas experiências de escola parque, lá na Liberdade, na Caixa d'Água – um bairro da cidade de Salvador, na Bahia: que nós possamos retirar justamente as Artes e a Educação Física dessa escola de tempo integral. E fazer com que ela seja apenas uma coisa em que cada um decide se pode fazer isso ou não, se vai poder pagar o professor ou não, para viabilizar isso.

Essa é uma questão que parece secundária, mas que eu considero essencial, porque, quando fui prefeita, nós tínhamos um programa de atuação nos bairros...

(Soa a campanha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB - BA) – Só um segundinho.

Pois bem: nós tínhamos um programa de atuação nos bairros populares integrado com a escola pública municipal, que se chamou Fundação Cidade Mãe, para prevenir a ida de crianças e adolescentes às ruas de Salvador. E as áreas que mais interessavam aos estudantes ou aos adolescentes, em cursos profissionalizantes que eram definidos pelo conselho da comunidade, eram justamente a área relacionada ao uso da tecnologia – que naquele tempo era inicial no Brasil. Falo de 1994 – e a área das artes. Ora, é justamente isso que nós estamos deixando de dar como obrigatório aos jovens.

Por que é que se faz a reforma do ensino médio? Pelo que eu entendi, está se fazendo a reforma do ensino



médio para atrair o estudante e mantê-lo no ensino médio. E este é o grande desafio do ensino médio brasileiro, combater a repetência e a evasão escolar.

Ora, se eu quero uma escola para atrair o estudante do ensino médio, eu lhe tiro justamente aquilo que pode lhe fornecer essa atratividade – nesse momento em que ele é um adolescente e que está iniciando a sua relação com o mundo –, a possibilidade de ter acesso às artes, ao teatro, ao cinema, a todos os tipos de relação com as artes de maneira obrigatória dentro da sua escola. De que forma ele vai ter acesso a isso, se eu estou falando da escola pública, e não da escola privada apenas?

Outra política que está sempre sendo extremamente discutida no Brasil, no Parlamento também, é o instrumento do esporte como atuação na inclusão social de jovens e adolescentes, muitas vezes com o discurso não de dar oportunidade ao jovem, mas de combater a insegurança pública e a atração que o crime, hoje, tem para a nossa juventude e a nossa adolescência. Ora, qual é o grande instrumento de realizar esporte amador, se não o esporte escolar no Brasil? Enquanto nos Estados Unidos se fazem os grandes atletas, que chegam às universidades através das bolsas de atleta do ensino médio para o ensino universitário, nós estamos dizendo que não vamos ofertar, obrigatoriamente, a oportunidade de se ter acesso à prática de esporte para esses jovens, dentro das escolas de ensino médio.

Para ser sintética, vamos a mais dois aspectos. O outro, caro Relator, é também...

(Soa a campanha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB - BA) – a discussão... Nós estamos tratando de ensino médio de educação pública, volto a dizer. Como é que vai ser tratado, com essa reforma, o ensino noturno, o ensino médio noturno? Para mim não está claro. E esse é um dos grandes pontos ou causas pelas quais se pensa que pode haver a evasão escolar: é a necessidade de o jovem da periferia trabalhar e estudar, por isso o ensino noturno. Como é que se enquadra essa reforma dentro dessa situação do ensino noturno?

Mais uma coisa: como as instituições federais de ensino, as IFEs, com seu modelo de ensino tecnológico, vão se adequar a essa nova reforma...

(Soa a campanha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB - BA) – ... numa área que sempre deu certo neste País? Sempre deu certo. Hoje nós temos na Bahia 34 institutos federais de educação; chegam a dezenas de cidades onde nunca se chegou antes com a possibilidade de um ensino tecnológico ou um ensino técnico.

A grande discussão em torno da formação para o trabalho não pode se reduzir a uma reforma de ensino que seja mais impeditiva e desqualificadora para o trabalho, porque reducionista. Quando nós discutimos, logo após a Constituição de 1988, houve um grande debate em torno da nova LDB. E naquele momento se discutia a ideia do chamado homem politécnico, com a politécnica como a grande saída de formação de todas as potencialidades do ser humano, do ser jovem no Brasil. Isso foi reduzido, hoje, a essa posição de reforma extremamente pouco debatida.

Por mais que eu compreenda e tenha certeza da capacidade democrática de V. Exª, aqui tão pacientemente colocada, nós não podemos ter uma mudança numa regra tão fundamental do Ensino Médio para o Brasil que fique na dependência de termos um Relator democrático ou não.

Era preciso que tivéssemos tempo suficiente para que esse debate ocorresse, porque um dos grandes problemas de toda mudança que se faz na área da educação é a falta de preparo dos professores, dos alunos, dos profissionais, enfim, que fazem a escola.

Vamos chegar com um pacote de cima para baixo, para implantar justamente naquela área que mais tem problema e mais desafios tem para conseguir dar certo em nosso País.

É isso que eu queria colocar como as minhas preocupações.

Portanto, nesse sentido, eu me agrego às manifestações dos estudantes, dos jovens, dos adolescentes da escola pública do Brasil que estão inquietos com aquilo que pode ser o seu futuro depois de amanhã, em 2018, e que hoje veem isso com uma grande preocupação para suas vidas, porque, na minha vida, eu já passei disso; na de meu filho, eu já passei disso – eu tenho netos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Senadora.

A próxima inscrita é a Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Ao cumprimentá-lo, cumprimento o nosso querido Senador por Mato Grosso do Sul, Pedro Chaves, Relator dessa medida provisória.

Começo já dizendo que essa medida provisória é polêmica, mas, se há algum mérito em relação a isso, é que está em mais do que excelentes mãos, mãos democráticas e mãos competentes, que são as mãos do Prof.



Pedro Chaves, o que, de alguma forma, já nos tranquiliza.

Quero cumprimentar aqueles que já usaram da palavra, apresentaram as suas sugestões, reivindicações e críticas.

Como o tempo é curto, eu vou deixar para discutir o mérito nas próximas audiências públicas, mas eu gostaria aqui de fazer um desabafo. Não tenho a experiência da modesta Senadora Lídice da Mata, que disse que não tem experiência – ela, que já foi Governadora e Prefeita, se não tiver, quem de nós terá? –, não tenho a experiência e a capacidade da Senadora Fátima Bezerra – professora –, da Professora Dorinha, mas gostaria aqui de me manifestar em relação a uma questão extremamente polêmica.

A medida provisória, para tratar de educação, realmente não é a forma ideal. Ninguém discute isso. Agora, eu, que já fui aluna na época em que podia escolher entre científico; eu, que tive o privilégio de, aos 22 anos de idade, estar num banco de uma universidade dando aula – e dei aula em todas as universidades de Direito de Mato Grosso do Sul, inclusive na de V. Ex^a, Senador Pedro Chaves –; eu, que, por 12 anos, vi se deteriorar a qualidade do aluno que chegava às minhas mãos nas universidades, mostrando, com isso, como, ano a ano – fiquei apenas 12 anos em sala de aula –, caía o nível do ensino médio no Brasil; eu, que sou mãe de duas jovens – uma, que passou pelo ensino médio, acabou de entrar na universidade; outra, que ingressou neste ano, está no 1º ano do ensino médio –, não posso deixar de me manifestar. Fui Prefeita, portanto tive que, por dois mandatos, trabalhar com a educação fundamental; fui Vice-Governadora, ao lado do Governador, procurando resolver os problemas do ensino médio; e cheguei a esta Casa.

Embora tenha menos de dois anos, e isso é importante aos jovens que estão aqui nos assistindo – quem é membro do conselho das entidades sabe disto melhor que eu –, sabemos que educação nunca foi pauta prioritária do Congresso Nacional, sabemos que educação nunca foi pauta de prioridade de governo nenhum, porque se entendia – e espero que se mude o mais rapidamente possível – que educação não dá voto.

Então, quando chega uma medida provisória como esta, polêmica sim – e também, porque o ideal seria que fosse por lei –, eu a agarro com todas as mãos, não para votar como ela chegou, não para aceitar, como alguns dizem, goela abaixo. Não. Para aprovar no que há consenso e unanimidade, para aperfeiçoar aquilo que não está bom e até rejeitar o que os jovens não querem, o que os professores não querem. Agora, não vou usar a forma como partidarização para dizer o seguinte: eu não vou avançar com a medida provisória, sabe por quê? Porque, quando se refere à educação, eu não tenho partido, eu não sou do PMDB. No que se refere à educação, minha bandeira é a bandeira da juventude, que é o futuro deste País. Clichê, mas é a verdade.

E é urgente, sim, que nós tratemos dessa matéria. A medida provisória pode não ser ideal, mas é constitucional. Isso para mim já basta. Como eu disse, não vou aprová-la como ela veio, mas basta para que eu discuta. Sabe por que ela basta? Porque, além da relevância, ela é urgente. A urgência onde está? Está nas ruas. Nós temos uma geração no Enem que subiu de 13%, em menos de dez anos, para quase 20%, jovens de 14 a 24 anos que nem estudam nem trabalham, que saíram do ensino médio. Onde está a urgência? Nas escolas. A evasão escolar no ensino médio chega a mais de 17%. Então, alguma coisa está errada com o nosso currículo! A urgência está onde? A urgência está no fato de que não dá mais para esperar. Nós tivemos da LDB até agora sete gerações de jovens que entraram e saíram, 20, 21 anos, três anos vezes sete, 21 anos. São jovens cujo futuro nós matamos, porque não demos um ensino de qualidade, porque não tivemos a capacidade de sermos ágeis.

Então, quando eu digo que, embora a forma não me agrada, eu estou disposta a discutir aqui, de coração aberto, sem partido, fazendo críticas ao meu Governo, se for necessário, mas avançando naquilo que seja necessário.

Não vou entrar no mérito em relação a todas as considerações. Eu anotei as considerações que foram feitas aqui, mas só uma informação é importante – acabaram de me falar que a votação agora está sendo nominal aqui no Senado, Senadora Fátima –, é importante apenas uma colocação de tudo que foi feito. No mérito, não vou entrar no mérito. O art. 36 da medida provisória é muito claro em relação à participação dos jovens e professores. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Curricular, a ser definido pelos sistemas de ensino lá nos Estados. Eu quero que os jovens ocupem o Senado Federal, mas que também, depois que essa medida provisória for aprovada, que lotem as assembleias legislativas, porque lá é que vai se discutir se artes, se sociologia, se educação física continuam obrigatórias ou não.

Eu não quero me estender muito, mas eu não poderia deixar de fazer mais um comentário em relação a tudo que foi colocado aqui. Falaram muito da questão dos prazos. Os prazos vão ser suspensos no que se refere ao recesso? Nós podemos prorrogar. A medida provisória é de 60 dias, mais 60 dias, ficamos 120 dias, fora o tempo suspenso. Mas não podemos perder a oportunidade de avançar, fazendo aqui o *mea culpa*. Eu quero ser pragmática, infelizmente, mas precisamos ser. Se nós não aproveitarmos essa agenda, não vamos aproveitar nos próximos dois anos deste Governo nem nos próximos quatro, porque não aproveitamos nos últimos anos.



A nossa conduta chegou a ser criminosa no que se refere à educação neste País.

E vou mais: acho que essa medida provisória precisa ser aprovada. Podemos até implantar novas medidas provisórias na educação. E sabem qual é a principal que vai resolver todos os problemas? Medida provisória da valorização dos professores, aí sim, com atualização gratuita, com pós-graduação para os professores, com modernização, com piso salarial digno.

Por que não uma medida provisória tratar daquilo que resolve o problema do País, que é a valorização dos professores? Porque a forma está errada, eu vou deixar de fazer aquilo que é mais fundamental para resolver o problema da educação no País, que é a valorização dos professores? Não!

Eu encerro, Sr. Presidente – ainda tenho 30 segundos e eu sou muito fiel ao tempo –, mas aqui só para dar um exemplo prático, e eu constatei isso, li uma reportagem e constatei isso *in loco*. Quando eu fui prefeita, disseram-me o seguinte: porque agora, creches, centros de educação infantil têm que ter sala de professor, sala de diretor, sala de reunião, recepção, almoxarifado, uma infraestrutura imensa, cada estrutura daquela custava R\$1,5 milhão...

(Soa a campanha.)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – ... para ter quatro salas, se não me engano, para atender no máximo 120 crianças de zero a cinco anos; R\$1,6 milhão! Com 600 mil nós faríamos uma escola no mesmo padrão, com menos estrutura administrativa, e colocaríamos o dobro de alunos.

Eu quero dizer que custa muito caro dar essa infraestrutura, e a eficácia dela não é tanta. Pague-se da forma que merece o professor, como qualquer profissional que tenha curso superior! Qualifique-se o professor, emancipe-se esse professor, a ponto de ele conseguir entender a linguagem hoje tecnológica do aluno, e nós vamos ter, sim, a educação dos nossos sonhos!

Que venha a medida provisória da valorização dos professores!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Peço desculpas, mas nós estamos em votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigada, Senadora.

O próximo inscrito é o Deputado Thiago Peixoto e, depois, a Professora Dorinha, mas eu indago se poderia passar para a Profª Maria Inês, para fazer primeiro a sua apresentação. (Pausa.)

Então, com a palavra a Profª Maria Inês.

A SRª MARIA INÊS FINI – Boa tarde a todos!

Muito obrigada, Deputado Izalci; Senador Pedro, que foi fazer o seu voto.

Lamento que a Senadora Fátima Bezerra tenha saído, porque eu gostaria de me dirigir especialmente a ela. Nós estamos fazendo no Inep, como os senhores sabem, encarregados de fazer o monitoramento da aplicação do desenvolvimento do Plano Nacional de Educação. E nós, então, de uma linha de base de 2014, fizemos agora em 2016 o primeiro monitoramento das metas. E uma das metas mais importantes que eu considero do Plano é exatamente o destaque para a reforma do ensino médio. Esta, sim, é uma grande aspiração da população brasileira, que já foi organizada e sedimentada no Plano Nacional de Educação, para a qual temos que dar uma resposta.

Eu confesso aos senhores, eu sou professora de professores. Durante 25 anos, fui professora da Faculdade de Educação da Unicamp e, no início da década de 90, acabei tendo que estudar muito para ajudar o Brasil a implantar as políticas nacionais de avaliação da educação básica. Estive envolvida no Saeb, na concepção do Saeb, da Prova Brasil, do Enem, do Encceja, que é o Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos, um pouco esquecido atualmente, e também um pouco do Provão, que hoje é o Enade. E eu confesso aos senhores que, nesses 18 anos de existência de sistemas estruturados de avaliação da educação básica, incomoda-me profundamente todos os anos verificar o nível de desempenho dos nossos alunos das nossas escolas de educação básica.

Eu não sou capaz nem de imaginar nem de acreditar que os nossos alunos sejam capazes de aprender tão pouco. Alguma coisa precisa ser feita em função disso.

Nós sabemos que as escolas organizadas dentro do sistema federativo que nós temos hoje no Brasil distribuem e dividem responsabilidades pelo tipo de oferta que fazemos na educação básica. O ensino médio, tradicionalmente, é de responsabilidade das gestões das secretarias estaduais de educação. Nós temos esse respeito pelo sistema, pela organização do sistema e, dentro dele, de todas as escolas.

Eu acho que a medida provisória vem nos mostrar aquilo que a LDB já disse há muito tempo. O Brasil não tem mais organização curricular por disciplina; nós temos componentes curriculares. Eles podem estar organizados por áreas de conhecimento, por temas, por eixos temáticos, mas nós não temos mais a rigidez das disciplinas tradicionais ou matérias, como nós tínhamos na Lei nº 4.024. Eu acredito que a medida provisória traz a



perspectiva, no seu princípio de flexibilidade, de que as trajetórias escolares possam ser democraticamente organizadas pelos sistemas numa compreensão um pouco mais moderna dessa arquitetura curricular. Há a linguagem da arte, a arte é considerada linguagem. A educação física é linguagem corporal, não é prática esportiva. A prática esportiva não está afastada da escola como tal, só não precisa ser componente curricular, mas pode fazer parte da vida escolar.

Então, acredito que nós estamos precisando olhar para uma perspectiva nova com olhos novos – nós estamos olhando com os olhos antigos – e acreditar que nós precisamos oportunizar para os nossos jovens experiências e trajetórias curriculares diversas, para eles poderem organizar os seus projetos de vida.

Foi mencionado aqui pela Senadora que nós tínhamos, no passado, uma divisão rígida de organização do ensino médio: a escola normal, o curso clássico e o curso científico. Naquela ocasião, nós acreditávamos que os nossos alunos podiam identificar já no ensino médio uma trajetória no ensino superior. Por que agora nós estamos considerando que é prematuro? Não o é, desde que os nossos jovens tenham dentro da escola a oportunidade de vivenciar, de participar de experiências curriculares em que eles vão viver essas trajetórias e esses caminhos diferenciados.

Eu acredito que, sob essa grande égide da flexibilização, os sistemas estaduais, que são os responsáveis por organizarem os seus currículos estaduais, e as escolas, com oportunidades de reestruturar esses currículos nos seus projetos pedagógicos, saberão medir, dosar, organizar as trajetórias dos seus alunos estudantes com base nas características próprias do seu corpo docente.

Acredito que essa flexibilização a medida provisória traz, não sem tempo, porque, há muitos anos, nós discutimos a necessária reforma do ensino médio. O que nós estamos tendo agora, com a adoção desses princípios que a medida provisória traz, é o exercício dessa liberdade de organização curricular dentro de alguns princípios mínimos de organização, para garantir a equidade e uma identidade nacional, que se expressam em torno do compromisso com as linguagens, com a matemática e com as estruturas mais básicas que permitem os nossos alunos aprenderem por outras experiências desses contextos históricos, geográficos, sociológicos etc..

Então, vejo, no âmago da medida provisória, uma grande oportunidade, que, há muitos anos, educadores vêm perseguindo: a chance de pensarmos os currículos escolares com bases mais reais. É verdade que temos de ter uma atenção especial para o nosso ensino noturno. Não é possível mais que nós imaginemos que no ensino noturno se faça a réplica da experiência e da organização que se faz no diurno. Definitivamente, nós temos de pensar os tempos escolares no ensino noturno tendo em vista os jovens que precisam trabalhar e ter acesso a essa escolaridade.

Enfim, espero que a medida provisória seja logo aprovada e possa desencadear uma grande discussão e uma grande reflexão no sistema de ensino, todas elas iluminadas e inspiradas pela terceira versão da Base Curricular Nacional. Eu acho que aí nós teremos não só a perspectiva do ajuste do currículo, mas, acima de tudo, a perspectiva do ajuste da formação de professores. Por quê? A base vai trazer para nós a perspectiva muito concreta, muito clara, muito transparente daquilo que minimamente os alunos brasileiros de todas as regiões têm o direito de aprender em cada série, em cada ciclo, em cada componente curricular. A partir daí, nós poderemos desenhar as nossas trajetórias para oferecê-las aos nossos alunos – sejam crianças ou jovens – e, mais do que isso, poderemos reestruturar o nosso Programa de Formação dos Professores.

Eu acho que realmente esse conjunto de medidas – a Base Curricular, a medida provisória e as políticas de formação de professores – vai permitir que nós aspiremos a níveis mais altos de aprendizagem e de desenvolvimento, aos quais as crianças e jovens brasileiros têm condições de ascender. Nós temos uma expectativa muito baixa. As nossas metas do Ideb são muito acanhadas. Mas tenho plena convicção de que, devidamente apoiados, devidamente estimulados, crianças e jovens podem ascender a patamares mais altos de aprendizagem.

Eu gostaria que o nosso Relator e o nosso Presidente da Comissão de Educação dessem celeridade a esse processo. A discussão está amadurecidíssima na comunidade educacional brasileira. Ela não se encerra com a edição da medida provisória. Pelo contrário, a edição da medida provisória é a grande oportunidade que todos os sistemas terão para fazer a sua reflexão própria, porque, dentro da flexibilização, nós poderemos atender à grande diversidade que o Brasil precisa ter para poder encarar essa reforma.

Eu espero que nós tenhamos mais discussões sobre o tema, mas que, acima de tudo, prevaleça a convicção de que os nossos jovens e as nossas crianças podem aprender mais. Nós é que precisamos organizar a nossa escola para favorecer esse desenvolvimento.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado.

Há mais dois Deputados inscritos: Deputado Thiago Peixoto e Professora Dorinha. Após o pronunciamento



deles...

Nós vamos, inclusive, solicitar aos nossos palestrantes, como foi dito pelo Relator, que mandem sugestões, para que nós possamos aperfeiçoar o relatório. Está começando a Ordem do Dia lá, e já está em votação.

Então, com a palavra o Deputado Thiago Peixoto.

O SR. THIAGO PEIXOTO (PSD - GO) – Presidente, Relator, eu queria iniciar aqui a minha fala usando um texto que chegou aqui, hoje, pelas mãos do Secretário Rossieli. Trata-se de um texto que, do meu ponto de vista, Dorinha, é um verdadeiro chamado para a ação.

Neste documento que o MEC trouxe aqui para todos nós hoje, há a seguinte frase: “O desempenho em Português e em Matemática é menor hoje do que em 1997.” No meu ponto de vista, se isso não justifica uma medida emergencial, urgente, nada no Brasil a justifica. A medida provisória é extremamente necessária, porque, a cada dia que passa, nós estamos condenando cada aluno nosso que está no ensino médio a ter acesso a uma educação que não é de boa qualidade e estamos condenando o seu futuro.

Há outra coisa importante: para mim, esse argumento de que não pode ser medida provisória, com todo o respeito, é uma falácia. A Dorinha falou isso aqui na última reunião, e eu queria me juntar a ela. Quantos projetos importantes nesta Casa foram tratados por medidas provisórias? Diversos. Por exemplo, o Fies foi tratado por medida provisória; o PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa) foi feito por medida provisória; o Prouni foi feito por medida provisória. Por quê? Porque tinham a urgência, a emergência necessária. Ou seja, esse argumento agora com relação ao ensino médio, para mim, não é um argumento verdadeiro, até porque o Relator já se colocou à disposição, o Presidente já se colocou à disposição. Durante esses dias que nós temos, nós vamos, se for necessário, trabalhar 24 horas por dia e fazer quantos encontros forem necessários para avançar nessa discussão, que é urgente, que é de emergência.

Também me chama a atenção como alguém pode ser contra essa medida provisória por alguns motivos. Como alguém pode ser contra a escola de tempo integral, que é um dos principais polos dessa medida provisória? Todos nós, em todos os níveis, queremos escola em tempo integral. Agora o Governo faz uma proposta – que pode ser discutida, em que se pode avançar, mas que é importante –, e aí todo mundo se levanta contra ela? Quem aqui pode ser contra o jovem do ensino médio ser protagonista do seu futuro? É disso que a medida provisória trata. Quem aqui pode ser contra termos ensino técnico compatível com ensino médio?

Há outra coisa importante: a medida provisória é, quase por exatidão, igual ao projeto discutido na Comissão Especial da Câmara que discutiu por quase três anos uma série de mudanças no ensino médio. Se você pegar o relatório final lá... Ele ainda não foi votado, se não me engano, não é, Dorinha?

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – Só no plenário é que não foi votado.

O SR. THIAGO PEIXOTO (PSD - GO) – Só no plenário, não foi votado.

Se você o compara com o texto da medida provisória, verá que ele é basicamente a mesma coisa. Ou seja, tudo que está aqui foi amplamente discutido por mais de três anos.

Eu queria fazer alguns questionamentos, mas, antes disso, eu queria só fazer aqui uma ressalva importante.

O Brasil hoje discute muitas reformas. Fico muito feliz em participar deste momento do Congresso Nacional, em que o Congresso, junto com o Presidente Temer, está disposto a fazer as mudanças de que o Brasil precisa.

(Soa a campanha.)

O SR. THIAGO PEIXOTO (PSD - GO) – Agora, fico triste em ver, por exemplo, que, numa audiência importante como esta, Izalci, não esteja aqui o Consed. O Consed foi convidado, confirmou presença e não está aqui.

O Consed, com todo o respeito ao ensino municipal, à Undime, deveria ser o primeiro a chegar aqui e deveria ficar aqui em todas as reuniões. Então, fica aqui esse apelo para que a Comissão tome as medidas necessárias para que o Consed, de fato, venha participar desta discussão.

Há outra coisa importante: fico também insatisfeito com a não presença da Secretária Executiva Maria Helena, por quem tenho todo o respeito. Eu a tenho como referência em educação, mas me desculpem: não há nada mais importante do que isso no Brasil, no ensino médio, para não estar aqui conosco hoje.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. THIAGO PEIXOTO (PSD - GO) – Desculpem-me. Se é isso, tudo bem!

Bom, quais são os questionamentos?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF. *Fazendo soar a campanha.*) – Deputado, no início, ela se justificou: foi por problema de saúde.

O SR. THIAGO PEIXOTO (PSD - GO) – Eu peço perdão. Só uma questão de saúde poderia justificar a não presença dela aqui. Fico satisfeito por saber que só isso a tiraria daqui.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Mas ela vai...



O SR. THIAGO PEIXOTO (PSD - GO) – Mas ela vai voltar aqui, não é?

Faço algumas perguntas.

A Profª Maria Inês colocou aqui a preocupação que ela tinha com os nossos alunos que estudam à noite no ensino médio, no ensino noturno. Eu acho que isso não está claro na medida provisória. Temos de aprofundar qual o apoio necessário para esses alunos que, por questões sociais, vão ter de permanecer estudando à noite e como vamos tratar isso. Fica aqui uma pergunta ao Secretário Rossieli.

Faço outro questionamento.

(Soa a campainha.)

O SR. THIAGO PEIXOTO (PSD - GO) – Há muitas cidades – há vários exemplos disso em Goiás, Presidente – que têm uma só escola de ensino médio. Como vamos oferecer e garantir opções de escolhas a essas escolas, a essas cidades?

Há outra preocupação sobre os critérios utilizados pelo MEC com relação à divisão do número de escolas em tempo integral em cada Estado. Chamou-me a atenção, por exemplo, o Estado de São Paulo, que é o maior Estado do nosso País e que tem o mesmo número de escolas que Goiás vai ter, que é o meu Estado, 30 escolas. Então, como é isso? Qual é o critério? Eu sei que foi um critério de vulnerabilidade, mas, ao olhar todas as escolas, todos os Estados, eu vi algumas divergências.

Outra preocupação eu tenho, só para finalizar, com relação ao financiamento. Não podemos aqui aprovar mais uma lei...

(Soa a campainha.)

O SR. THIAGO PEIXOTO (PSD - GO) – ...mais um projeto que não tenha o respaldo de financiamento e que vá ficar à custa de Estados, nesse caso do ensino médio. Então, é muito importante deixar de forma clara como vamos financiar isso.

Para terminar, faço só uma observação, porque acho que uma correção tem de ser feita: na medida provisória, está escrito que temos 1,4 mil horas por ano e que seriam sete horas por dia de aula. Na Portaria nº 1.145, isso está em minutos, mas, se você fizer a conta, serão 1,5 mil horas por ano, ou seja, passaria de 1,4 mil horas por ano para 1,5 mil horas por ano, o que daria sete horas e meia, e não sete horas. Parece detalhe, mas isso, na rotina da escola, muda muita coisa. O que está valendo, a portaria, a medida provisória? Como vamos corrigir isso?

É isso, Presidente.

Obrigado.

Mais uma vez, peço desculpas pela referência que fiz aqui à Secretária Executiva, por não estar aqui conosco hoje.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Deputado.

A próxima inscrita é a Professora Dorinha.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – Boa tarde a todos!

Eu gostaria de cumprimentar o Relator, o Presidente e todos os representantes que aqui estiveram para iniciar este processo de debate.

Eu gostaria de começar dizendo que participei desde o início, em 2012, e que acho isso muito interessante.

Eu gostaria de fazer uma pergunta em geral, não só para quem está aqui hoje: onde vocês estavam quando nós discutimos isso em 2012, em 2013, em 2014? *(Palmas.)*

O tema é importante, é relevante, acho que isso é superado. É consenso para todo mundo, os números mostram isso, a negativa de direito também mostra isso.

O texto nós debatemos em 2012. A Senadora Fátima colocou que o Plano Nacional de Educação tomou o nosso tempo, o que não é verdade. O plano foi finalizado e foi sancionado pela Presidente em junho de 2014. Esse projeto ficou pronto para ser votado em plenário em dezembro de 2014. Ele ficou de castigo o ano inteiro de 2015 e até agora em 2016, pronto para ser votado, para ser alterado e construído. Para quem quisesse mexer, sugerir, ele estava pronto. Ninguém se importou. Por várias vezes, nós procuramos, inclusive, o Ministro Mercadante para falar sobre esse trabalho. Eu gostaria de destacar que o Deputado Reginaldo e o Deputado Wilson Filho demonstraram total interesse, estiveram, inclusive, no Amazonas, ouvindo todos os secretários. Construíram um texto que é mais de 90% semelhante a este texto. Esse debate já aconteceu. Várias entidades estiveram presentes. O texto foi finalizado e estava pronto para votação.

Quero dizer também que falo com tranquilidade, porque acabei recentemente de votar contra a PEC 241. Eu mostrei que voto e que trabalho pela educação, independentemente de direção, de ser Governo ou não. Muitas vezes, votei contra o meu Partido quando o governo era do PT. Estou dizendo isso por quê? Medida



provisória não é o que nós gostaríamos, mas já foi usada muitas vezes em temas importantes. Eu não vou repetir isso, porque eu já disse isso da outra vez. Foram 20 medidas provisórias de programas, eu não estou dizendo de ações rápidas, que precisavam ser construídos com medida provisória. E não ouvi voz alguma dizendo que não podia ser tratado dessa forma um tema importante como o PNATE, como o Promed, como o Prouni, como o Fies, como o Brasil Carinhoso, como o Escola de Fábrica, como o ProJovem e tantos outros programas. Ficaram silenciosos.

Agora, nós temos uma medida provisória, e eu gostaria de falar da urgência com que temos em discutir o tema da medida provisória, os pontos que estão aqui, o que podemos melhorar. Eu mesma apresentei 17 emendas. Depois de passada a apresentação, acho que há temas em que eu poderia tentar ajudar no processo de construção. Eu os chamo para este momento, para que a gente possa melhorar o texto e votar. Nós vamos esperar mais quantos anos, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016? A quantas gerações nós vamos continuar negando o direito de redesenhar o ensino médio?

Se é disciplina A, B ou C, como foi colocado aqui pela Maria Inês... Nós não estamos falando de disciplina, nós estamos falando de áreas de conhecimento. Vamos lembrar que quem vai dizer o que vai ser trabalhado, 60%, é a Base Nacional. Quer um debate mais plural do que o que está sendo feito pela base? Isso começou com o Ministro Janine. Já estamos na terceira versão, e o Conselho Nacional vai se debruçar sobre isso. O que vamos trabalhar? O que interessa para os meninos do meu Estado do Tocantins ou para os meninos de São Paulo do ensino médio? Isso vai ser debatido com ampla participação. Só não participa se não quiser participar. Está aberto à participação. É lá que vamos construir essa questão do desenho curricular.

Quero dizer ainda que me preocupo, sim, com todo o desenho em relação ao financiamento.

Eu gostaria, Rossieli, que não só agora... A Maria Helena vai voltar aqui. Nós somos secretários de educação de Estado – o Thiago está aqui, e você também o foi – e sabemos que um Estado não se reorganiza para um financiamento de quatro anos só, que é o que está garantido na portaria, e muito menos com o finalzinho da portaria, que diz assim: “[...] podendo ser interrompido a qualquer tempo.” Eu queria dizer que nós precisamos reorganizar o sistema de ensino de acordo com a nossa possibilidade.

Quero discordar também do que foi dito aqui: que estamos mexendo no Fundeb. Salvo engano – eu gostaria que isto fosse esclarecido –, a alteração que existe no Fundeb é a introdução de uma figura que passa a, dentro do desenho das diferentes ênfases de escola, uma modalidade, o que é óbvio. Nós não temos alunos de primeira, segunda ou terceira categoria. À medida em que o ensino médio pode ser ofertado em uma determinada modalidade, tem de estar aqui, sim; tem de financiar. Então, nós não estamos mexendo em Fundeb. O Fundeb está preservado na sua lógica. Há hoje uma comissão para ser instalada na Câmara que vai tratar do Fundeb, mas aqui não. Aqui eu entendo que é uma organização.

A preocupação em relação a financiamento é legítima, sim. É legítima em relação à preocupação da Undime, nessa queda de braço que, naturalmente, pela falta de dinheiro, se estabelece entre dinheiro para educação infantil e ensino médio. Isso é notório. Nós precisamos encontrar alternativas de preservação e de cuidado.

Eu gostaria de dizer também que me sinto tranquila. Li a carta do Fórum, mas, quando o Fórum fala da formação de professores, para mim está tranquilo.

Quanto à questão da preservação das licenciaturas e do processo de formação, logicamente isso vai ter de ser adequado à nova base – isso é óbvio –, mas entendo que o notório saber, de longe, pretende mexer na questão do espaço do professor da licenciatura. Esse é um cuidado que temos de ter. Se há algum espaço para dúvida, ele tem de ser registrado aqui, porque é uma área em que não podemos ser negligentes.

As condições objetivas e infraestruturais que também estão na carta do Fórum são extremamente importantes e não se atêm à questão do ensino médio. Nós devemos parar de fazer de conta que fazemos educação. Nós não fazemos educação. Incomoda-me muito quando é dito que temos muito dinheiro para aplicar na educação básica e que os nossos resultados não correspondem ao recurso investido. Isso não é verdade. Nós temos muitos alunos, o *per capita* nosso é baixo, e, quando somos comparados com outros países, isso é feito de maneira inadequada. Acho que isso é pertinente, mas não à reforma do ensino médio.

Quero só, ainda finalizando, falar sobre a questão do ensino noturno. Essa foi uma das preocupações que permeou todo o nosso debate em 2012 e em 2013, e nós entendemos que é necessário esse enfrentamento.

(Soa a campanha.)

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – Não dá para dizer que isso vai ser olhado. Acho que isso é importante, mas a tentativa que os Estados fazem é a de encaixotar no mesmo modelo. Isso não funciona. E há muitos Estados em que o ensino médio é noturno, porque não há espaço físico no diurno. Não tenho nenhum receio quanto à questão do tempo integral, porque não vejo isso como obrigação. É uma meta. Essa meta foi colocada no Plano Nacional de Educação. Os sistemas vão se organizar, mas entendo que



há um projeto pronto para votar. Se não o votarmos, daqui a alguns dias vem uma medida provisória. Há uns dez anos, está pronta para ser votada no plenário uma que defina a educação integral, quantas horas, qual o tempo. É da Deputada Raquel, que já saiu. Há seis ou oito anos, está aqui. Também está prontinha para ser votada.

Os preocupados com as medidas provisórias temos de cutucar, para que, quem sabe, elas saiam do papel, assim como o dinheiro do Fust, que está guardado há muitos anos. Inclusive, era uma proposta de redistribuição do Ministro Mercadante, quando ele ainda não era Ministro. Quando ele virou Ministro, ele mudou de ideia...

(Soa a campanha.)

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – ...e não quis mais mexer no dinheiro do Fust, que é um “Frust”, que frustra a educação e que frustra o direito à informatização e todo o processo de educação tecnológica.

Quero finalizar, Presidente, dizendo que eu acho que nós estamos começando um grande debate.

Eu gostaria muito que quem pudesse contribuir parasse de brincar com esta parte do jogo: “Eu não queria medida provisória.” Eu também não a queria, eu também não queria medida provisória, embora isso seja legítimo, embora isso tenha sido feito em outros momentos, como eu disse aqui. Mas é medida provisória, vamos discutir, vamos debater. Vamos ajudar o Relator a construir um texto que dê oportunidade para que o Brasil tenha um ensino médio do qual a gente possa se orgulhar. E não o fazemos por nós, que estamos aqui representando entidades, instituições, mas pelos alunos, que, muitas vezes, não têm voz, que quase sempre não têm voz.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Encerradas as inscrições, vou pedir aos palestrantes que se manifestem ainda nas suas considerações finais da forma mais objetiva possível, até porque o nosso Relator se dispôs a acatar todas as sugestões.

Vou passar a palavra às pessoas da Mesa, para elas já fazerem suas considerações.

Com a palavra o Antônio.

O SR. ANTÔNIO LACERDA SOUTO – Em nome do Fórum Nacional de Educação – a gente veio aqui para representar o Fórum –, trouxemos, como falei, uma nota pública com 22 pontos que nós achamos importante que sejam incorporados no debate, na discussão, no intuito de que possamos melhorar a medida provisória. Então, a gente quer se colocar à disposição. O Fórum se coloca à disposição nessa perspectiva.

A gente queria agradecer a oportunidade de estar aqui debatendo e construindo, para que quem ganhe realmente sejam os estudantes e as estudantes que estão na ponta esperando, cada vez mais, por uma educação de qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradeço-lhe muito, Antônio.

Com a palavra o Sr. João Antônio, para fazer as considerações finais.

O SR. JOÃO ANTÔNIO CABRAL DE MONLEVADE – Da minha parte, é importante salientar que eu não sou representante de nenhuma entidade aqui, embora muitos me considerem da organização A, B ou C. Eu falei em nome de toda uma reflexão que eu tenho feito e de experiências de ex-alunos da Unicamp e da Maria Inês nos idos de 1970.

Eu gostaria de fazer, então, rapidamente duas colocações. Em primeiro lugar, o Fundeb é, no meu entendimento, dentro de uma República Federativa, um instrumento capaz de, ao mesmo tempo, com equidade e com volume, fazer chegar a educação pública à qualidade que ela merece. Entretanto, a gente está estranhando algumas coisas factuais. Por exemplo, havia, no começo do Fundeb, cinco milhões de alunos na EJA.

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO ANTÔNIO CABRAL DE MONLEVADE – Desculpe, isso se dava no tempo do Fundef. Mas eles foram excluídos naquele tempo. E, na hora em que eles foram incluídos no Fundeb, nosso número de matrículas foi baixando, baixando, baixando, e hoje temos menos de três milhões. Fico perguntando: os alunos do ensino médio do curso noturno são da modalidade EJA ou são alunos que não são da modalidade EJA? Então, a primeira discussão sobre o ensino médio noturno é feita para saber de que modalidade eles são.

Aí vem a segunda colocação, Deputado Izalci, que é a seguinte: o Fundeb comporta ao mesmo tempo uma soma de 80% dos 25% dos Estados e Municípios...

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO ANTÔNIO CABRAL DE MONLEVADE – ...e uma complementação da União.

Essa complementação da União sempre se ateve aos 10%, embora esteja dito lá que é no mínimo isso. E, diga-



se de passagem, isso foi um acréscimo feito no Senado pela nossa consultoria, porque nós quase sabíamos que, quando se trata de tetos de gasto do Legislativo, por exemplo, o pessoal chega ao teto, mas, quando é o mínimo para a educação, fica-se no mínimo. Então, eu faria um desafio aos Deputados e aos Senadores: vamos quantificar essas necessidades. Quanto se gasta em uma educação de qualidade na escola particular para chegar a um Ideb de 6,0, que, diga-se de passagem, estacionou também? Estacionou e até diminuiu; o público é que subiu um décimo agora, no último ano.

Vejam: se a gente não partir daquilo que é a necessidade para qualificar, se a gente ficar no limite agora, com essa nuvem pesada do limite de gastos, tudo isso que a gente está falando, que nos emocionou, que deu ibope de palavra para as pessoas todas que estão aqui, tudo isso vai ficar em vão, porque chega a hora de se dar o peso de recursos financeiros que vai propiciar, por exemplo, que um professor tenha um emprego só. Vocês acham que um professor de ensino médio que dá aula em três ou quatro escolas é professor? Não o é. Ele é só um palestrante, ele não tem compromisso com o aprendizado dos adolescentes e dos jovens. Professor não é aquele que ensina, é aquele que garante a aprendizagem.

Por último, eu preciso fazer uma colocação como ex-professor universitário. Eu fico muito preocupado, Ivan, porque parece que o Conselho Nacional de Educação está meio desprestigiado. Vocês lá têm de levantar a cabeça e de chamar o pessoal da universidade. Se as universidades não prepararem os futuros professores para áreas de conhecimento, se continuar a haver licenciatura de Geografia, de Biologia, de Matemática, de Física etc. e tal, elas reforçarão o corporativismo, o que vai inviabilizar completamente essa reforma. E, diga-se de passagem, elas sabem que Valnir Chagas, em 1972, fez um parecer, dizendo que a educação tem de partir de atividades para área de estudo e disciplina. E, na área de estudo, no antigo ginásio, que virou primeiro grau, haveria só quatro professores: um professor de Código e Linguagens, um professor de Ciências da Natureza, outro de Matemática e o professor de Educação Física, que era imprescindível. Até hoje, a gente não dobrou esse Cabo da Boa Esperança, e a universidade, infelizmente, ao invés de facilitar as reformas e o avanço, está impedindo-as.

Então, agradeço mais uma vez e prometo que vou transformar esses roteirinhos que foram distribuídos em um texto.

Estão convidados para ler meu próximo livro, que vou publicar no dia 16, chamado *Ensino Médio em Tempo Integral, Sim, Mas Para Todos*. Se ele for só para uma minoria, não vamos resolver absolutamente nada.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado.

Passo, imediatamente, a palavra à Profª Maria Inês.

A SRª MARIA INÊS FINI – Eu gostaria de dizer que, nesses quase 20 anos de militância nos sistemas de avaliação, em decorrência deles, tenho o compromisso de olhar para a avaliação sempre como reflexo do currículo. Eu costumo dizer – e as pessoas se espantam um pouco –, pela minha trajetória profissional nos últimos 20 anos, que a avaliação sozinha não vale nada. Ela tem sempre de estar atrelada ao currículo. Ela tem de sair de uma proposta curricular, para que seus resultados possam iluminar novamente as trajetórias curriculares e os percursos de aprendizagem dos nossos alunos.

Então, acredito que a clareza que uma medida como essa pode trazer para os sistemas estaduais poderem organizar de maneira mais eficiente, mais próxima, mais moderna a trajetória curricular dos alunos vai ter um impacto muito positivo nos seus resultados. Eu espero conseguir medir e verificar maior êxito de aprendizagem nos nossos alunos.

Então, acredito que essa vinculação entre o currículo e a avaliação, essa articulação que é necessária, um de fato refletindo o progresso do outro, mostra-nos a urgente necessidade dessa reformulação curricular. Nós não podemos mais conviver com os resultados insuficientes dos nossos alunos do ensino médio. Eles são capazes demais, mas nós precisamos favorecer as condições para eles terem outros níveis de aprendizagem. Eles são capazes. Nós é que precisamos apoiá-los.

Espero, de fato, que a medida provisória possa ser amplamente discutida, que possamos amadurecer e sintetizar as discussões que já vêm ocorrendo em muitos anos e que possamos, de fato, com muita clareza, apontar caminhos associados à Base Curricular Nacional, para que as trajetórias curriculares dos nossos jovens sejam muito mais eficientes do que são hoje.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Profª Maria Inês.

Passo a palavra para o Prof. Ivan.

O SR. IVAN CLÁUDIO PEREIRA SIQUEIRA – Eu só gostaria de agradecer o convite e de dizer que o Conselho Nacional de Educação está à disposição.

Essa questão das tecnologias digitais deve ser um pouco mais discutida, já que eu não percebi aqui nem



nas discussões que vêm sendo feitas a preocupação com esse elemento que me parece que pode ser um elemento de magnitude importante, até mesmo para se divisarem outras possibilidades de se chegar a isso que a gente está buscando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Prof. Ivan.

Com a palavra o Prof. Celso.

O SR. CELSO AUGUSTO SOUZA DE OLIVEIRA – Serei conciso, enxuto, exíguo, como o momento exige.

Primeiro, quero só colocar um ponto: embora as metas de avaliação externa sejam um pouco tímidas, os Municípios conseguiram ultrapassar essas metas. Segundo, uma sugestão fica não só para esse tema, mas também para todos, já que estamos no Congresso, no Senado: a cada demanda de recursos que surge em algum projeto, que venha com a rubrica orçamentária anexa, para que se consiga cumprir isso, porque senão vai comprometer o que já existe.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Prof. Celso.

Para finalizar, tem a palavra o nosso Secretário Rossieli.

A SRª ROSSIÉLI SOARES DA SILVA – Sr. Presidente, Deputado Izalci; Senador Pedro Chaves, mais uma vez, quero agradecer a oportunidade e dizer que, como este debate será longo e como teremos inúmeras audiências públicas, o Ministério da Educação, sempre que possível, sempre que for chamado, dele participará e ajudará a elucidar qualquer dúvida, debatendo qualquer ideia que possa ser apresentada por esta Casa. É o que nos cabe agora: apenas opinar. E as duas Casas irão definir.

Quero, mais uma vez, salientar também a disposição da Secretária Executiva Profª Maria Helena, que, realmente, não veio aqui porque estava doente, Thiago. Ela estava certa para vir aqui agora pela manhã, mas realmente não tinha condições. Mas ela já conversou com o Deputado e com o Senador sobre sua vinda futura. O próprio Ministro da Educação, em algum momento que a Comissão entender pertinente, estará presente também para debater o tema. Pela importância, certamente, todas as áreas do Ministério da Educação estarão à disposição. Presidente, prometo que serei o mais conciso e objetivo possível, mas anotei tanta coisa, que quero pelo menos responder a alguns pontos. Fui citado em alguns pontos. Foram ditas algumas coisas que acho que precisamos elucidar.

Quero me ater, primeiro, ao tema do financiamento. Acho que a Professora Dorinha, sempre muito competente, trouxe uma análise que é essa. Primeiro, quando falamos de ponderação do Fundeb – Celso, desse debate a Undime participa sempre –, é exatamente isso que se fala na primeira parte da MP, é preciso colocar a possibilidade. Se tenho uma nova modalidade, tenho a possibilidade de financiá-la, e ela pode ou não ter um fator de ponderação diferente ou não. Quem define a ponderação – se vai ser mais, se vai ser menos, se vai ser igual – não é a lei. Isso se dá no âmbito justamente do Conselho, de que participa a Undime, o Consed e o Ministério da Educação. É o mesmo bolo, mas, se você botar a mesma ponderação do ensino médio regular, você não trará novos recursos, por exemplo. Então, a lei não está retirando. Quem vai retirar, quem vai mexer ou não vai mexer é a própria comissão, esse Conselho de que a Undime faz parte. Agora, se você não tiver a possibilidade de uma ponderação, você não trará, eventualmente, uma possibilidade de correção.

Então, isto é o que a lei diz: “Olha, está aqui. Agora, as pessoas que são as responsáveis por fazer a discussão, no próximo ano, somente no ano que vem – o do próximo ano já está definido –, vão poder fazer debate com a nova ponderação.” Acho que esse é um ponto importante.

Sobre o financiamento da parte do programa de escola em tempo integral, esse é o orçamento do Ministério da Educação, que já está previsto pelo MEC, inclusive, para o próximo ano e meio.

Aqui, Deputada Dorinha, a parte da continuação do programa não está vinculada ao orçamento, mas, sim, novas turmas, caso não haja recurso, por exemplo... Há a obrigatoriedade de o Governo, por exemplo... Seja quem for que assumir o Brasil em 2019, por exemplo, terá o poder de continuar ou não essa política com uma nova turma. Agora, terá de concluir as turmas iniciadas dos quatro anos. A discussão dos quatro anos, no caso do tempo integral – estou tentando ser superconciso e fico à disposição para depois esclarecer melhor, se for o caso –, dá-se justamente porque é um financiamento para o início. No próprio plano de implementação que os Estados devem apresentar – isso está na portaria, na resolução, e foi discutido com os Estados, inclusive –, eles precisam gerar uma melhor gestão para conseguirem manter isso com os recursos próprios dos Estados. Este é o grande debate que se busca impulsionar: além de se aumentar a escola em tempo integral, que também busquemos uma gestão mais eficiente, em que se gaste melhor. Sempre sabemos que há potencial de melhoria no gasto, na qualidade do gasto. Nós sempre falamos de mais dinheiro para a educação, o que é fundamental, mas também é fundamental que tratemos da qualidade do gasto na educação. Nesse sentido é que se busca que, durante quatro anos, iniciemos com um apoio maior, e, depois, o Estado precisa conseguir fazer a gestão. Inclusive, foi calculado o prazo de quatro anos. Até lá, justamente, vai ter sido discutido um novo



Fundeb, um novo modelo de financiamento, Custo Aluno Qualidade, uma série de iniciativas que precisam ser discutidas e que estão postas aí na agenda dos próximos anos, o que se dará justamente a partir disso.

Saliento de novo que a matrícula de tempo integral do ensino médio é a menor de todas as etapas. Há apenas 386 mil alunos em tempo integral hoje no Brasil. E, para aqueles que questionam a política de tempo integral, digo que eu gostaria de ter visto eles questionarem quando os governos anteriores, por exemplo, lançaram o Mais Educação, que é uma política de tempo integral. Está lá: aumento da jornada para sete horas diárias para os alunos que participarem. Era o ensino médio inovador. E saliento que esses programas estão mantidos. Foram lançados pelo Ministério da Educação, bem como a portaria do novo Mais Educação no ensino médio. Está tudo na rua. Continuamos por entendermos que há coisas boas. Melhoramos o programa, discutindo, inclusive.

Foi feita uma pergunta: “Como a gente faz educação em tempo integral sem discutir infraestrutura?” Muito mais irresponsável é se colocar um programa como o Mais Educação sem ter absolutamente nenhum controle, nenhum controle, e não se falar de infraestrutura, com muito menos dinheiro.

Sobre o *per capita* por aluno do Mais Educação, o Celso está aqui, conhece muito bem e pode dizer. É irresponsável?

(Soa a campanha.)

O SR. ROSSIeli SOARES DA SILVA – Infraestrutura é fundamental, independentemente do modelo da reforma do ensino médio. A gente tem de parar de misturar as coisas. Se a gente continuar com 13 disciplinas, com os três anos, a gente tem de resolver infraestrutura. A infraestrutura não é problema da reforma do ensino médio! Este modelo atual é problema para a infraestrutura. Os alunos estão falando isso, independentemente da reforma. A gente tem de se ater ao que a reforma está falando. Ela está falando de algumas coisas da arquitetura, da arquitetura do modelo do ensino médio.

A infraestrutura continua sendo um desafio para os Estados, para a União, para os Municípios, não só nas escolas do ensino médio. O Celso também sabe muito bem dessa realidade. A infraestrutura escolar precisa ser atacada, assim como a formação, que também, como foi muito bem dito aqui pelo Prof. João, não é um problema exclusivo do ensino médio. É outra prioridade do Ministério, para que trabalhem e melhorem a formação dos professores. Tem de se discutir isso.

Sobre o fato de ser medida provisória, as pessoas falam do Fies: “Ah, mas o Fies foi só um programa.”

(Soa a campanha.)

O SR. ROSSIeli SOARES DA SILVA – Isso é verdade, mas as pessoas que hoje falam da possibilidade de privatização na educação esquecem que foi privatizada neste País – e não estou falando que sou contra –, com um programa que teve muito mais força, que foi o Fies e a junção do Prouni, em número muito maior, a formação dos professores para as universidades privadas. Isso pode. Isso afeta muito mais a educação do que o que a gente está falando agora. Mas isso pode, porque, no governo anterior podia; no outro, não podia.

Não é essa a questão. Saliento de novo para quem gosta e para quem não gosta de medida provisória que não é esse o maior problema. A gente tem de focar aquele que é o maior problema: nossos meninos não aprendem Matemática; nossos meninos não aprendem Português. Vamos continuar tapando o sol com a peneira? Não, vamos jogar, vamos discutir isso por mais dez anos? Está bom! Serão mais milhões de jovens jogados na rua, novamente.

Então, vamos discutir, porque é importante discutir se é MP ou se não é, é claro! Está bom. Reclamem, mas vamos virar a página e falar sobre o que é preciso. Estamos abertos e estamos aqui para debater, fazendo parte do debate. A proposta está feita, está apresentada. Este Congresso precisa dizer agora qual é o caminho que o Brasil precisa seguir na formação dos nossos jovens.

Eu queria salientar aqui alguns pontos que foram falados. A Base Nacional Comum vai tratar de todos os componentes curriculares, de todas as discussões que já foram feitas. Dentro dela, está Filosofia, Sociologia, Educação Física, Artes. Não foram eliminadas Artes, Sociologia, Filosofia e tudo mais, porque, se for por esse mesmo conceito, não existe Geografia, não existe História, não existe Física, não existe Química. É o mesmo conceito. É a própria LDB que está lá.

Então, se é só obrigatoriedade o que está na lei, é o seguinte: os Estados podem acabar com História, com Geografia, não precisa haver isso nem no ensino médio nem no ensino fundamental. Não é isso que está sendo dito lá. O que está sendo dito é que aquilo que é obrigatório para a formação dos nossos alunos tem de estar na Base Nacional Comum.

(Soa a campanha.)



A SRª ROSSIeli SOARES DA SILVA – Quem é que vai dar a palavra final sobre a Base Nacional Comum? O Conselho Nacional de Educação. Se não é isso, Dr. João, que vai fortalecer o nosso Conselho... É dele que será a última palavra, é dele que será justamente a participação. Então, é a valorização, sim, do Conselho Nacional com essa participação.

Eu acho isso fundamental, porque, depois, as trajetórias, os itinerários... Nós, de novo, estamos pegando o mesmo espírito que aqui foi dito por algum dos oradores – agora, já me perdi aqui com tanta anotação – de que a própria LDB tem esse caráter de descentralização. Nós estamos apenas aprimorando essa descentralização. O sistema de ensino, que é composto pela rede de ensino, pelo Conselho Estadual, vai ter de normatizar uma série de regras, vai ter de dizer, dentro do seu contexto local, como já foi dito aqui, quais são suas peculiaridades. A gente precisa entender que o Amazonas nunca será igual a São Paulo. Dentro do Amazonas, que tem uma das maiores disparidades internamente, quando você olha a capital e o interior do Estado – conheço muito bem essa realidade –, você vê que há contextos locais totalmente diferentes. Não adianta a gente ficar tratando de forma igual.

A gente fala esse mantra no Brasil para tudo, isso serve para um monte de coisas, mas para o ensino médio não vale a regra. Continuamos tratando todo mundo igual. Realmente, mais do que nunca, é hora da mudança. Eu acho que nós temos... Como disse a Senadora Simone, não interessa se é MP, esta é uma grande oportunidade, e vamos agarrá-la com unhas e dentes e com tudo o que for possível. Vamos trabalhar na mudança.

Eu queria só concluir. Já falei da Base Nacional Comum, do financiamento.

O Thiago fez uma provocação – o Deputado Thiago tem grande experiência, fez um grande trabalho no Estado de Goiás, assim como a Dorinha fez em Tocantins; certamente, eles estão aqui muito por esse trabalho – e falou sobre o Consed faltar. O Consed é basilar. Eu acho que é fato: os secretários, que são os responsáveis, participaram de todo esse debate. A Deputada Dorinha já participou de cerca de dez audiências públicas sobre esse debate nos últimos anos aqui.

Em 2007, Gastão Vieira era Presidente da Comissão de Educação, fez um grande seminário internacional sobre educação, sobre ensino médio, sobre reforma, com publicação de um livro pela Câmara dos Deputados sobre a reforma do ensino médio. Aí, não há debate, não há nada! Mas todos os nossos caminhos têm sido tratados nisso, e o Consed, certamente, por ser... Quando a gente trata de educação infantil, é a Undime o nosso principal parceiro. A educação, concordo, tem de ser tratada de forma global. A gente está trabalhando com a apresentação de outras propostas. Celso, a gente já conversou um pouco sobre isso.

Foi dito sobre o ensino médio noturno, isso foi perguntado por várias pessoas. Quem acompanha o histórico dos debates, inclusive do PL 6.840, lembra que, na legislação, no PL 6.840, chegou, em algum momento, a ser discutido o fim do ensino médio noturno, coisa a que prontamente nós, inclusive, em audiência pública neste Congresso, fomos contrários, porque essa ainda é uma necessidade. Não deveria existir, mas há a lógica de que nós temos uma necessidade ainda premente de atender esse público.

Precisamos atender esse público. Nós temos uma jabuticaba, que é a escola em tempo integral, sob o aspecto de que, nos outros países, por exemplo, a educação integral, como disse o Dr. João, é para todos. Ainda não temos essa condição, temos de dar passos gradativos. Mas o ensino médio noturno é extremamente atendido pela medida provisória. Há alguns parágrafos, inclusive... Quando você olha o PL 6.840, originalmente, você verá que ele tratava algumas situações exclusivamente para o ensino médio noturno. O que se fez foi dizer o seguinte: o ensino médio noturno pode ser...

(Soa a campanha.)

O SR. ROSSIeli SOARES DA SILVA – ...melhorado com o enquadramento, com essa legislação. É a forma de organização do sistema que vai dizer isso. Inclusive, há um parágrafo que diz se pode ser por módulo, se pode ser por semestre. Aquilo é muito aplicável. Aquele parágrafo era, por exemplo, para o ensino médio noturno. Ele serve para o noturno e serve para o diurno, mas é a organização do sistema.

Quero só esclarecer a dúvida do Dr. João. O ensino médio noturno no Fundeb é colocado como ensino médio regular. Na verdade, é dito como ensino regular, é enquadrado na mesma categoria, Dr. João.

Enfim, eu teria um milhão de coisas a mais a dizer, mas, em virtude do tempo e das buzinas que já recebi...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Não vai faltar oportunidade. Eu convido V. Exª a estar presente em todas as audiências.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – O ensino médio noturno não convenceu, não.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Há o Proeja, que trata do noturno. Há a perspectiva de se acatar aqui a questão do Proeja.

Concedo-lhe mais um minuto, para concluir, Rossieli.

O SR. ROSSIeli SOARES DA SILVA – Nobre Presidente, concluo aqui. Mais uma vez, fico à disposição tanto



coletivamente, quanto individualmente para qualquer esclarecimento, para o debate. A ordem do Ministro é estar à disposição...

(Soa a campainha.)

O SR. ROSSIeli SOARES DA SILVA – ...de todos aqui para contribuir no debate.

Mais uma vez, agradeço a oportunidade ao Senador Pedro Chaves e ao Deputado Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu agradeço a presença de todos.

No dia 8, terça-feira, haverá a próxima audiência pública, para a qual convido todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 3 minutos.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746, DE 2016, PUBLICADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2016, QUE “INSTITUI A POLÍTICA DE FOMENTO À IMPLEMENTAÇÃO DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL, ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, E A LEI Nº 11.494 DE 20 DE JUNHO 2007, QUE REGULAMENTA O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2016.

Às catorze horas e trinta e cinco minutos do dia oito de novembro de dois mil e dezesseis, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Deputado Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 746, de 2016, com a presença dos Senadores Simone Tebet, Fátima Bezerra, Pedro Chaves e Angela Portela; e dos Deputados Wilson Filho, Celso Jacob, Lelo Coimbra, Reginaldo Lopes, Maria do Rosário, Soraya Santos, Thiago Peixoto, Professora Dorinha Seabra Rezende, Josi Nunes, Aelton Freitas, Luizianne Lins, Átila Lira e Odorico Monteiro. Registra-se a presença de parlamentar não membro da Comissão, o Deputado Pedro Fernandes. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e convida para assento à Primeira Mesa os seguintes participantes: Ronaldo Mota - Reitor da Universidade Estácio de Sá; Wilson de Matos Silva - Reitor da Unicesumar e Ex-Senador da República; Maria Alice Setubal - Socióloga e Presidente do Conselho de Administração do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – Cenpec. A deputada Soraya Santos assume a Presidência. A Presidência convida para assento à Segunda Mesa os seguintes participantes: Danival Roberto Alves - Diretor do Colégio Cenecista Dr. José Ferreira – MG; Mariza Abreu - Consultora Legislativa na área de educação na Câmara dos Deputados; e Ricardo Henriques - Superintendente Executivo do Instituto Unibanco. Reassume a Presidência dos trabalhos o Deputado Izalci Lucas. Usam da palavra os seguintes Parlamentares: Senadora Fátima Bezerra, Senadora Simone Tebet, Deputada Maria do Rosário, Deputado Reginaldo Lopes, Deputado Celso Jacob, Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, Deputado Wilson Filho e Senador Pedro Chaves. A Presidência concede a palavra aos expositores para suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Izalci Lucas, e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado IZALCI LUCAS
Presidente



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 746, de 2016.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a matéria.

Convido para a primeira Mesa os seguintes convidados: Ronaldo Mota, Reitor da Universidade Estácio de Sá; Wilson de Matos Silva, Reitor da Unicesumar, ex-Senador da República; e Maria Alice Setubal, socióloga e representante do Conselho de Administração do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).

Sejam bem-vindos!

A Presidência adotará as seguintes normas. Serão realizadas duas Mesas de debates. O convidado fará sua exposição por 15 minutos, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação para os Srs. Parlamentares inscritos. A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida pela ordem de inscrição.

Concedo a palavra ao Sr. Ronaldo Mota, Reitor da Universidade Estácio de Sá.

O SR. RONALDO MOTA – Ex^{mo} Sr. Deputado Izalci, Presidente desta Comissão; Ex^{mo} Sr. Senador Pedro Chaves, Relator desta Comissão; colegas de Mesa; todos os presentes, é um prazer enorme estar aqui. Agradeço o convite. Vou diretamente ao tema.

Eu começaria destacando um item para o qual, em geral, não se tem dado o devido peso. Eu diria que é uma quase boa notícia. Essa quase boa notícia é a de que nós podemos ter a falsa impressão de que o ensino médio no Brasil é um problema localizado. Primeiro, devo deixar claro que, se há um problema educacional hoje no mundo – e há –, esse problema nos demais países parece estar bastante concentrado no ensino médio também. É claro que a má notícia é a de que, no nosso caso, além de termos um problema de natureza global contemporânea, o nosso ensino médio, provavelmente, é um dos piores do mundo. Então, temos agravado o problema de que o ensino médio é um problema no mundo todo, o ensino secundário em geral, e no Brasil, em particular, é agravado duas vezes.

Só para acompanharmos o que pode estar acontecendo. Nós temos um País e o mundo em grandes mudanças. Nenhuma outra geração, provavelmente, viveu mudanças tão profundas e tão rápidas como nós estamos vivendo; mudanças que transcendem a educação, mas que incluem a educação. E isso se reflete, do ponto de vista educacional, da seguinte forma: se nós dividíssemos a educação em três blocos – é só uma liberalidade –, que seria dividi-la em um primeiro bloco que envolve educação infantil e ensino fundamental, em um outro que constituiria o ensino médio, bem no meio, e em um terceiro em que estaria incluído o ensino superior *latu sensu*, é exatamente esse miolo que, neste momento, mundialmente, contemporaneamente, sofre o maior impacto. É como se nós disséssemos: há um grave problema, porque a educação tem que se adaptar a novos contextos.

Quanto ao ensino fundamental, é como se ele tivesse um *script* previamente elaborado, porque todo mundo sabe que temos que ensinar às nossas crianças letramento, seja letramento *stricto sensu*, seja letramento matemático. É como se nós disséssemos: por mais que o mundo esteja – e está – mudando rapidamente, essa primeira fase da educação segue alguns ritos que podem, até ingenuamente, passar-nos a impressão de que as coisas estão razoavelmente arranjadas.

O ensino superior, seja pela sua tradição, pelo papel que teve no desenvolvimento tecnológico, científico, ele se resguarda e, relativamente, se protege. Onde fica um buraco enorme e as coisas ficam mais evidentes no que diz respeito a compatibilizar educação ao tempo contemporâneo? No ensino médio.

O ensino médio tem duas vertentes principais, e essas duas vertentes nos levam a grave crise. Uma vertente do ensino médio é pensar o mundo do trabalho. Uma hipótese é que eu faça o ensino médio moldado para que ele forme cidadãos que vão diretamente para o mercado de trabalho. E a outra é que o ensino médio é uma etapa anterior, que prepara para a etapa subsequente, a do ensino superior. Qualquer dos dois caminhos que assumamos, ambos geram graves crises, e nós nos depararemos com elas.

Quando falamos de preparar para o mundo do trabalho, nenhuma outra geração teve alterações tão substantivas e tão radicais no que diz respeito ao que significa o mundo do trabalho. Provavelmente, estamos caminhando aceleradamente para um mundo em que o melhor trabalho ou a maior possibilidade de arranjar trabalho no futuro será criar o seu próprio trabalho. É como se eu dissesse: caminhamos para um cenário em que o mais provável emprego seja a pessoa ter a capacidade e a competência de criar o seu próprio emprego. Isso é muito distinto de tudo o que nós vimos antes.

Ora, se o ensino médio, no que diz respeito à sua parte profissional, técnica, depara-se com uma realidade progressiva, na qual o mundo o trabalho dirá “esqueçam os trabalhos e as ocupações do passado”, gradativamente e em alta velocidade caminhamos para “próximo emprego: a capacidade de criar o seu próprio emprego”. Isso nós, seres humanos, nunca vivemos.

Vamos pegar outra vertente: ensino superior. Isso passa também pela principal característica do mundo



contemporâneo, e que nós, seres humanos, nunca imaginávamos, que é viver em uma sociedade em que a informação estará totalmente acessível, instantaneamente acessível e gratuita. Por mais que se diga que não é exatamente assim, muito brevemente ela será totalmente acessível, instantaneamente acessível e gratuita. Isso faz com que nós tenhamos que reformular, de forma radical, o que significa ensinar, o que significa educação no sentido mais amplo. Quanto mais ensinar ou educação estiverem associados à ideia de transferir informação, a informação será rapidamente o produto mais barato, mais vulgar, mais disponível. Portanto, quando nós falamos que preparamos para o ensino superior, nós estamos preparando para a entrada, o ingresso em um mundo que tem sua própria crise, seus próprios dilemas. Como lidar com isso?

Com relação à nossa medida provisória, que tem muitos pontos corretos e muitos pontos altamente positivos, eu teria um questionamento de primeira ordem sobre a questão de que há uma ultrapreocupação com a questão de conteúdos. É correto haver a preocupação, mas ela não pode se sobrepor à questão metodológica. O que eu chamo de questão metodológica? Se nós caminhamos progressivamente para um mundo em que a informação estará totalmente acessível, instantaneamente, e gratuita, a questão é muito menos conteúdo e muito mais repensar como nós educamos para esse novo cenário. E educar para esse novo cenário é como se eu dissesse, inclusive e especialmente no ensino médio, que é menos relevante o que o aluno aprendeu, e é muito mais relevante se, no processo de aprendizagem, ele conseguiu amadurecer, crescer a sua capacidade de conhecer como ele aprende.

É como se nós dividíssemos dois conceitos bastante difíceis e complexos, que eu não vou tentar detalhar aqui, mas é como se nós disséssemos: nós vivíamos o mundo da cognição, associada aos estados mentais, aos processos de aprendizagem, àquilo que eu aprendo ou àquilo que eu ensino; a metacognição, que é aquilo que transcende a cognição, diz respeito aos níveis, estados de consciência do educando sobre como ele aprende. É como se eu dissesse – uma palavra que não me agrada muito, mas é pertinente – que aprender está ficando menos relevante do que aprender a aprender. E como eu aprendo a aprender? Aprendendo. Mas, quando eu signo essa lógica, a questão é muito menos de conteúdo e muito mais de metodologia.

Darei um exemplo, de que eu acabei participando circunstancialmente, mas que me fez muito bem para entender algumas coisas sobre ensino médio. Em 2006, eu estava no Reino Unido e acabei ficando próximo, amigo de uma Ministra da Educação na época. Ruth Kelly era Ministra da Educação do Tony Blair, e a Inglaterra e o País de Gales viviam uma grave crise. O PISA – só para dar uma referência –, que mede os alunos aos 15 anos, começa no ano 2000. E, no primeiro ano, a Inglaterra se sai muito bem; ficou em quarto, quinto ou sexto lugar, a depender de cada uma das três áreas. Quando chegam os anos subsequentes, 2003, 2006, há uma enorme crise. A Inglaterra vai lá para trás, a ponto de chegar a 2009 estar próxima do Brasil.

O que era, nessa grave crise, o ponto mais em crise? O ensino de ciências. O ensino de ciências era um absoluto desastre: as crianças, os jovens não só não estavam aprendendo como saíam odiando física, odiando química e odiando biologia. Qual foi a proposta que ela levou? E ela pediu a um conjunto de estrangeiros, nos quais eu me incluía, que acompanhasse e opinasse sobre o processo. O que se adotou na Inglaterra, na chamada *high school* ou ensino médio, foi que o aluno, no início do ensino médio, pudesse escolher entre química, física e biologia, podendo fazer as três disciplinas, podendo fazer duas ou podendo fazer uma só. Aconteceu mais ou menos o aguardado: três quartos dos alunos, originalmente, escolheram biologia, porque não gostavam, supostamente, de física e não gostavam, supostamente, de química.

Qual foi a bela estratégia que Inglaterra e País de Gales adotaram? Deixemos que eles escolham, que eles sintam a participação de definir que eles querem fazer biologia. E, dentro do conteúdo de biologia, foram inseridos os elementos mais importantes, conceituais e não conceituais, tanto de física como de química. Por exemplo: ao estudar o comportamento de uma planta, eu pego o fluxo da seiva ao longo do ramo e transformo aquilo em um alibi interessante para estudar movimento retilíneo uniforme, movimento retilíneo uniformemente acelerado; eu posso estudar pressão, eu posso estudar empuxo, eu posso estudar um conjunto de elementos de física. Eu pego a química que ocorre na superfície de uma folha e introduzo os principais elementos de química.

Ou seja, o fato de um aluno do Reino Unido poder escolher, entre física, química e biologia, uma, duas ou três, não fez com que eles deixassem, em alguma medida, de estudar física, química e biologia. Mas o fizeram de uma forma transversal, em que se percebia que mais relevante do que inserir na cabeça de alguém, à força, um conjunto de leis, regras e decorar alguns elementos, era que eles gostassem de ciência, percebessem o que é o raciocínio científico, o que é o método científico, o que é o apreço pela ciência.

Bem, a pergunta mais simples que vocês têm direito a fazer é a seguinte: e deu resultado? Resposta: eu teria argumentos. Vou usar o argumento que usei inicialmente: o PISA. A Inglaterra e o País de Gales, que estavam lá no final no PISA, rapidamente, hoje, estão em sexto lugar – em segundo lugar na Europa, atrás somente da Finlândia –, sendo que, em 2009, eles ficaram praticamente no último local, atrás da Polônia, atrás da Noruega



e de vários outros países.

O que eu quero dizer com esse exemplo muito claro? Não estou querendo que nós adotemos o mesmo. Cada país vai seguir seu caminho, cada país tem sua realidade. O que está em comum é que nós temos que dar uma ênfase muito mais relevante à questão metodológica. O método, a abordagem, a flexibilidade de poder escolher diferentes perspectivas entre o educando e o educador é mais ou tão relevante quanto nós gastarmos uma porção de discussão em torno de diferentes conteúdos.

Em que eu acho que nós estamos preparados para entrar? Em uma nova realidade educacional, que vai se refletir particularmente no ensino médio. Eu acho que nós temos, em uma sociedade de informação totalmente disponível, três requisitos que nós não conhecíamos antes. Em outras palavras, há três paradigmas educacionais absolutamente revolucionários, por mais simples que eles pareçam.

O primeiro deles: todos aprendem. Alguns diriam com razão: “Mas eu já sabia que todos aprendem.” Talvez alguém soubesse, mas nós não sabíamos. Eu me lembro de que – sou não jovem o suficiente para falar em primário – quando eu fazia primário, era comum ouvir, em se tratando de crianças de uma mesma classe social, até em uma mesma família: “Ah, dois dão para o estudo, dois não para estudo.” Em geral, eram os dois meninos que davam para o estudo, e as duas meninas que não davam para o estudo. Mas nós dividimos as pessoas em “dar para o estudo” e “não dar”. O que nós sabemos hoje no mundo das tecnologias digitais? Todos aprendem.

O segundo paradigma, tão relevante quanto o primeiro: todos aprendem o tempo todo. Nós não sabíamos disso. Nós tínhamos uma concepção de que o processo ensino-aprendizagem se dava exclusivamente na escola. A minha mãe estava convencida de que eu só aprendia quando eu ia para a escola. E não valia o recreio; valia a hora em que o professor ou a professora entrava na sala de aula. De novo, hoje nós aprendemos em vários lugares, inclusive na escola. Transcendemos os muros e transcendemos os tempos.

E o terceiro e último paradigma, tão ou mais relevante que os dois primeiros: cada educando aprende de uma maneira única e personalizada. Nós não sabíamos que existia o DNA biológico; hoje nós não sabemos que há um DNA educacional; ninguém aprende igual ao outro. Portanto, nós temos que contemplar um modelo cuja entrega do mesmo conteúdo – que estamos gastando há tanto tempo – tenha abordagens, metodologias, estratégias que contemplem uma enorme variedade que as pessoas têm. Portanto, esses elementos, eu acho que, em parte, estão contidos.

Eu acho que a MP tem o grande mérito – e talvez esse seja o ponto a ser ressaltado – de ampliar ao máximo a flexibilidade e de permitir que, a partir dessa flexibilidade, contextos específicos possam ser explorados, e cheguemos a um quadro bem melhor do que nós temos hoje.

Meu tempo é limitado, mas essa é a minha primeira contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Pode se estender.

O SR. RONALDO MOTA – Posso continuar, então?

Bem, isso é plenamente razoável. Eu me referi ao caso da Inglaterra, mas alguns diriam: “Vamos supor que fizéssemos, seja em história e geografia, seja em física, química e biologia...” O Brasil tem uma experiência muito interessante – é uma das maiores experiências do mundo, na escala em que ocorre no Brasil – que é o PNLD (Plano Nacional do Livro Didático). Ele até aqui funcionou – e funciona bem –, mas, como tudo na vida, tem que ser relido à luz de uma nova fase, à luz de um conjunto de tecnologias digitais que nós desconhecíamos. Portanto, é plenamente razoável que você tenha itinerários formativos em que possamos, mesmo a partir da escolha de cada educando – ou, se quisermos, de cada escola –, contemplar com conteúdos que consigam dar conta da especificidade. Ou seja, eu posso ter um cardápio, um leque suficientemente amplo de abordagens, ancorado em um conjunto de materiais disponíveis em portais eletrônicos, que já existem e que podem ser aprimorados, e que nós hoje usamos menos do que poderíamos.

O MEC tem um portal sobre objetos de aprendizagens espetacular. Por que ele é menos usado do que poderia ser? Não é por deficiência do portal. Todo portal de recursos abertos é limitado, porque está constantemente sendo ampliado. Mas é por nós não termos, do ponto de vista de formação de professores, docentes suficientemente capacitados a lidar com isso. E, vejam, nós vamos entrar em uma seara muito difícil. Pedir para um docente, especialmente para um docente de ensino médio, para que ele comece a trabalhar em ambientes virtuais com seus alunos, é um desafio gigantesco.

É como se nós falássemos a um professor, que tem todo conjunto de dificuldades que nós sabemos – mal remunerado, condições de trabalho inadequadas –, para ir para a sala de aula e desenvolver atividades junto aos seus alunos num ambiente que, seguramente – não há menor hipótese do contrário – ele domina muito menos. Então, a primeira etapa não é tanto fazer gigantescos cursos de formação; é um trabalho de convencimento muito interessante dos nossos professores do ensino médio. Não há a menor chance, não há esforço humano capaz de colocá-los, no que diz respeito a domínio de ambientes virtuais, em pé de igualdade



com seus alunos. Não é isso que caracteriza ou que vai diferenciar o professor. É muito mais a capacidade que ele tem do conhecimento da matéria, da sua experiência, do seu conjunto de atividades anteriores, e ele tem que estar preparado para conhecer esse aluno. E o conhecimento desse aluno passa por uma das principais características, e a esta, sim, talvez, do ponto de vista da formação de docentes, eu daria prioridade: empatia. Empatia é algo que pode, à primeira vista, ser desconectado de conteúdo, mas é totalmente conectado com metodologia. Nós só conseguiremos ter uma relação mais efetiva, mais produtiva com os nossos educandos, se os nossos professores souberem, desenvolverem e forem estimulados a ter empatia. Por um descuido, a palavra lembra simpatia, e não é simpatia. Eu gosto até de brincar...

Há um seriado, que é a maior coisa que podemos explicar, que é seriado do Dr. House. O Dr. House é um sujeito inescrupuloso, é tudo que não serve, mas é um médico empático. Ao ser empático, ele resolve o problema, porque consegue transportar-se para o paciente. Empatia significa entender o outro por se colocar na posição do outro. Não é por ser misericordioso, não é por ser bonzinho, não é por ser simpático. É porque ao me colocar na posição do outro, e entender o outro, eu acho os itinerários, as trajetórias corretas. É absolutamente crucial que os nossos professores sejam fortemente estimulados e que possamos traçar esse caminho. E o elemento básico para isso – que eu acho que o Congresso pode propiciar – é criar elementos de flexibilidades. E boa parte deles, creio, estão contidos na medida provisória.

Muito obrigado pela parte que me toca.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradeço ao Prof. Ronaldo.

Passo imediatamente a palavra ao Prof. Wilson de Matos Silva, nosso ex-Senador da República e reitor da Unicesumar.

O SR. WILSON DE MATOS SILVA – Quero cumprimentar os coordenadores desta Mesa, Senador Pedro Chaves, Deputado Izalci, demais Parlamentares aqui presentes.

Quero dizer que é um prazer poder voltar a esta Casa. Estive aqui não por muito tempo, mas por dois momentos na legislatura passada. Deixei 15 projetos de lei na área de educação aqui. Alguns estão ainda tramitando, e alguns são solucionadores da crise que a educação brasileira vive, conforme Prof. Ronaldo – tenho grande respeito pelo seu trabalho, conheço de longa data sua excelência naquilo que o senhor produz e na sua gestão na educação – disse no início. Concorro plenamente com ele. Nós temos um dos piores ensinos médios do mundo. E eu acrescento: uma das piores educações básicas do mundo.

Eu conheço escolas em mais de 30 países. Todos os anos, eu faço visitas técnicas para entender esse processo educacional, porque realmente alguns países têm um desenvolvimento muito significativo, e nós não conseguimos avançar. A premissa básica para o desenvolvimento de um país, sem dúvida nenhuma, é a educação de tempo integral.

Eu vou trabalhar um pouco de cada item da Medida Provisória nº 746. Por que medida provisória? Porque as mudanças no ensino médio são urgentes. Vejamos se fosse tramitar como uma lei normal aqui, no Congresso Nacional. Eu tomei como base duas mudanças significativas da educação brasileira, uma delas foi a LDB 9.394, de 1996, e ela ficou oito anos no Congresso Nacional. Essas mudanças urgem, nós não podemos demorar tanto tempo.

Também um exemplo mais recente foi o próprio Plano Nacional de Educação, que era para estar vigendo de 2011 a 2020. Ele só foi aprovado em 3 de junho de 2014. Ele foi apresentado pelo governo, depois de debate na Conae em 2010, e ficou quatro anos e pouco – o Plano Nacional. Se dependesse dele, nós ficaríamos à deriva nesse período de quatro anos e pouco. Essas são as dificuldades de um trâmite de lei normal, por isso eu faço a defesa da medida provisória, dada a urgência das mudanças.

Vejamos alguns problemas da educação brasileira: 50% dos alunos que ingressam no ciclo médio não completam seus estudos; 1,7 milhão de jovens de 15 a 17 anos estão fora da sala de aula – a sala de aula brasileira da escola básica não é prazerosa, por isso eles abandonam fácil; R\$3,7 bilhões é o custo do abandono da sala de aula, e assim por diante. Além disso, vejamos uma análise feita no Núcleo Regional de Educação da minha cidade, da minha região, que mostra que 12% dos alunos reprovam, 7,5% abandonam e 80% são aprovados. Isso é um custo muito alto para a Nação brasileira.

No quadro seguinte, essa que é uma análise da minha cidade. Ela mostra que 42% dos alunos do ensino médio, pesquisado no ano passado na base de dados do Núcleo Regional de Educação da minha cidade e região, desistem ou passam sem notas; 25% dos alunos do ensino médio da minha região – eu sou do Sul do País, uma região bem desenvolvida – são promovidos pelo conselho de classe; 12% reprovam; 7% abandonam e 58% passam de ano. Eu tenho feito muitas pesquisas sobre a cola, uma questão de que pouco se trata no Brasil, e 90% dos alunos brasileiros colam no ensino médio. Fiz muitas pesquisas sobre isso, e sempre o índice é maior. Então, dos 58% que passaram por nota, 90% deles colaram para passar. Não acumulamos competências, domínio de proficiências e, por isso, não conseguimos avançar.



E o custo da reprovação? Nós temos quase dez milhões de alunos no ensino médio brasileiro. Se 12% reprovam, são 1,1 milhão alunos, são 30 mil salas de aulas a mais todos os anos para manter a reprovação. Mas o maior custo mesmo está no abandono, porque esses nunca vão poder ter acesso ao ensino superior, e o ensino profissionalizante brasileiro é muito incipiente.

Os resultados do Ideb sobre o ensino médio todos conhecem. Nas últimas três avaliações – porque é bianual –, não saímos da nota 3,7. Na escola pública de 2015, o Ideb foi de 3,5; e, na escola privada, 5,3. A média ponderada foi de 3,7. Os alunos estão aprendendo um terço do que tinham de aprender.

A gravidade aparece nesse gráfico que é sobre o domínio de proficiências. Vou me ater somente ao gráfico final. Só 4,9% dos alunos, ao terminarem o ensino médio brasileiro da escola pública, têm proficiência em Matemática; em Língua Portuguesa, 21%; e 80% a 90% do tempo foi perdido. Os bilhões e bilhões de investimentos ali não surtiram efeito nenhum na qualidade da aprendizagem dessas pessoas, no desenvolvimento mental e intelectual, no raciocínio lógico, na capacidade de desenvolver uma tarefa mais elevada na vida e no mercado. A média brasileira – essas duas torres aqui são do ensino público – é de 27% de domínio de proficiência em Língua Portuguesa e 9,3% em Matemática.

Eu fiz um exame de Matemática para os meus alunos de Engenharia do primeiro ano neste ano. O nível de conhecimento deles foi de alunos de sétima à oitava série. E isso porque gostam de Matemática e porque escolheram a área de exatas. Vocês imaginem os demais. Essa é a situação calamitosa da educação brasileira, para a qual urge mudanças.

Bem, se fossem falar do PISA, eu trouxe dados, e todo mundo conhece. O Brasil sempre está entre os dez últimos. Então, dispensa qualquer comentário. Os números estão aí gritando.

O art. 1º da medida provisória.... Um grande ganho dessa proposta de mudança é a implantação do tempo integral, de forma gradativa, para o ensino médio, gente. Eu não conheço um país no mundo que tenha encontrado a sua autodeterminação, o seu caminho no rumo da ciência, da pesquisa e da inovação, o desenvolvimento de mentes que possam transformar, primeiro, a si próprios, o meio em que vivem e o país com escola de tempo parcial. O pressuposto mínimo, básico para o desenvolvimento de um país está no tempo integral. E, agora, pela primeira vez, está vindo a proposta do tempo integral para o ciclo médio aqui em nosso País. Inclusive, o parágrafo único trata da carga horária mínima anual saindo de 800 para 1400 horas, em implantação gradativa.

Outro passo muito importante é desmembrar por área de saberes a segunda parte do ensino médio. Dividem-se os três anos em um ano e meio, que continua sendo, de certa forma, o básico; depois, dividem em áreas de linguagem e matemática, obrigatórias em todas as três séries; e, após isso, dividem em três grandes áreas: ciência e natureza, ciências humanas, e formação técnica profissional.

O sucesso de uma pessoa está em aprender aquilo de que ele gosta, aquilo em que a sua natureza ajuda, aquilo em que tenha a vocação. Nós temos a tal da síndrome da segunda-feira, que é a dor de cabeça do domingo à noite. Normalmente, quem faz o que não gosta, no domingo à noite, tem dor de cabeça. E são milhares de profissionais deste País que sofrem dessa síndrome, porque não tiveram oportunidade de fazer uma escolha um pouco antes, de se aprofundarem realmente naquilo que os satisfazem naturalmente. É claro que o País também deve muito à sua juventude por não ter projetos de orientação vocacional institucionalizado. Esse é um trabalho que, pelo rendimento e retorno que dá, custaria muito pouco; um processo, um projeto institucionalizado para que os jovens possam ter a oportunidade de identificar a sua vocação.

Conheço países, como a Dinamarca, em que o jovem, na sétima, oitava ou nona série, já está viajando. O governo o desloca para centros maiores, se ele for do interior, para conviver – depois de vários testes vocacionais e identificada a sua tendência de forma um pouco teórica – e ter a oportunidade do vivenciamento, por uma ou duas semanas, dentro das organizações em que ele, teoricamente, está definindo a sua vocação. Aí a sociedade toda se torna muito mais produtiva.

O ensino técnico profissional é urgente também. Na Alemanha, as pessoas não estão muito preocupadas em fazer um bacharelado. A maior parte dos profissionais lá fazem um ensino técnico muito bom, de alta qualidade. Ele vai ao mercado e terá um salário muito próximo do que fez um bacharelado.

Nos Estados Unidos, a maior parte das *high schools* tem três áreas com toda a parte teórica, e, se o aluno tem dificuldade de avançar na área teórica, no anexo, quase sempre só dividido por um traço no piso do prédio, há uma excelente escola técnica, porque nem todos têm vocação para as coisas teóricas. Quando pensamos em um bacharelado, estamos pensando em um solucionador de problemas. Mais historicamente, são os auxiliares do rei do passado. Então, um bacharel é uma pessoa que tem de gostar muito das coisas teóricas e, claro, também de colocar a mão na massa, mas nem todos têm prazer em fazer isso. Assim, precisamos ter bons cursos profissionalizantes para definir o futuro da nossa juventude.

Dos poucos que concluem o ensino médio e entram no ensino superior, metade desiste. Metade dos que



entram não terminam o ensino superior. E, dessa metade que termina, quantos terão sucesso na vida? Metade deles também? O que sobra disso? Não conseguimos competir em desenvolvimento na área da ciência e tecnologia, dada essa situação grave em que vivemos na educação brasileira.

Bem, um artigo que pareceu muito polêmico na imprensa é a história do notório saber. Esse notório saber está na LDB, no art. 61. Universidades que tenham doutorado podem dar títulos de notório saber a alguém, mas o notório saber ficou um pouco mais claro e mais simplificado quando uma nota do próprio Enem dá o título de notório saber a alguém. Hoje, a pessoa, necessariamente, não precisa fazer o ensino médio. Se ele tirar 450 pontos no Enem, nas áreas de conhecimentos, e 500 pontos na área de redação, é dado a ele um título de notório saber dos conhecimentos dessa fase. Então, eu creio que também, dado o fato de não termos os profissionais suficientes para atender as demandas de um ensino técnico, que, certamente, será forte em nosso País.... Por exemplo: quem vai dar mecânica de automóveis? Vamos achar um licenciado para isso? Vamos contratar um engenheiro para dar aula no ensino médio? Então, temos de criar uma facilidade para o exame de notório saber para que ele possa ministrar essas disciplinas exclusivamente técnicas, pelo menos numa fase transitória, até que possamos realmente formar profissionais para ensinar efetivamente essas disciplinas.

Quando vem a obrigatoriedade de Português e Matemática, é muito bom. Por quê? Português é para as habilidades em comunicação e compreensão, análise de texto, ser capaz de entender um texto que está escrevendo. Quem não tem as proficiências – que são mais de 70% no ensino médio – não é capaz de ler e ter compreensão daquilo que está lendo. Eu fico até preocupado quando vejo esse movimento de invasão de escolas. Será que aqueles jovens de primeiro, segundo ou terceiro ano de ensino médio leram a medida provisória, analisaram profundamente, tiveram a compreensão, foram capazes de debater entre eles para poder invadir escolas? Participar do debate? É certo que podem. É justo, é importante porque vivemos em um país democrático. E a Matemática tem uma função muito importante, assim como a Filosofia, mas ela é melhor estruturada para o desenvolvimento do raciocínio lógico e os fundamentos das ciências exatas, que se abrem em várias carreiras a partir do ensino médio.

A medida provisória também traz uma previsão de apoio financeiro para a implantação desse projeto em todo o País por um tempo limitado, mas creio que todo o esforço deve ser feito por todos os entes no sentido de podermos investir na qualidade da educação. O investimento em educação é o projeto que maior retorno, inclusive econômico, dá para uma nação, porque uma pessoa culta produz muito mais, é feliz, encontra-se no seu caminho. E, ao produzir para ele em alto nível, produz para a nação como um todo.

Aí vem a formação do docente, que deverá ser fundamentada na Base. Quanto à Base Nacional Comum Curricular, essa é uma discussão que tem que ser feita, realmente, de uma forma um pouco mais ampla em uma segunda etapa. Conforme já disse, o fomento também está previsto aí.

Mas, aproveitando os rápidos minutos que me restam, quero dizer que deixei, em 2014, no Senado, um projeto de lei muito semelhante a esse para o ensino fundamental. Eu procurei trabalhar do primeiro ao nono ano. Propus que se implantasse o tempo integral do primeiro ao nono ano, dadas as dificuldades econômicas do País, também de forma gradativa. Aprovada a lei, no ano seguinte seria implantado o primeiro ano de tempo integral, e assim, ano a ano, sucessivamente, seria implantada a série seguinte, de forma que em nove anos haveria o tempo integral. Essa lei está aqui nesta Casa, no Senado. Nós poderemos ter também do primeiro ao nono ano de tempo integral.

Propus também que se saísse de 800 horas para 1,4 mil horas, exatamente 600 horas a mais. Propus que pelo menos metade dessas 600 horas a mais que estão no PLS nº 255 seja dedicada ao ensino de Matemática e Língua Portuguesa, pensando nessa premissa, porque já acredito nisso há muito tempo.

Ainda criei um novo modelo de um profissional para esse segundo turno, que é o mediador do conhecimento, do ensino-aprendizagem. Porque nós já temos o profissional titular da cadeira...

(Soa a campainha.)

O SR. WILSON DE MATOS SILVA – ... e esse seria um aprofundador do conhecimento. Nós já temos o dono da cadeira hoje instalado em todas as salas de aula, em todas as áreas. Esse seria um aprofundador do conhecimento.

Também deixei outro projeto – só mais esse – que julgo também de grande importância, o Projeto nº 293, que reduz o índice de falta do aluno de 25% para 15%.

Gente, não existe país no mundo em que a falta pode ser 25%. O aluno fica quatro horas na escola em média; para a merenda escolar há meia hora de intervalo. Segundo a OCDE, nós temos um desperdício de 33% dentro de cada sala de aula – 18% com indisciplina, 14% com atividades burocráticas. Então, sobram 2,5 horas de aprendizagem dentro da aula. Ainda, dessas aulas, ele pode faltar 25%, voluntariamente, sem nenhum



problema para ele. O que resta disso?

E a nossa criança é indisciplinada? Não é. É o modelo educacional que gera a indisciplina dentro da sala de aula. Ele não aprende a aprender. Ele passa para o segundo ano, a promoção é automática, passa para o terceiro ano sem ter adquirido as proficiências do primeiro ano para embasar o segundo ano. E, assim, sucessivamente, ele vai sendo promovido. Depois, quando há reprovação, ele é aprovado por conselho, por cola, vai abandonando, e vira essa situação. Lá pelos 10, 11, 12 anos ele não aguenta mais a sala de aula, porque não consegue entender mais o que está sendo ensinado ali. O que resta para esse pré-adolescente? Fazer indisciplina. O modelo educacional nosso é o gerador da indisciplina. Além do mais, nós temos sete milhões de jovens que desistem só nessa faixa do primeiro ao nono ano. Esses eu não sei para onde vão, não são abraçados para as melhores práticas aí pela cidade nessa faixa de idade certamente; pelo contrário. E dizem as estatísticas que 68% dos crimes brasileiros são praticados por jovens de 18 a 28 anos com o ensino fundamental incompleto.

Quero parabenizar a elaboração desse trabalho, porque é o caminho. Não só esse. Eu gostaria que o Senado verificasse com carinho o meu projeto de lei do tempo integral. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PMDB - RJ) – Quero agradecer ao ex-Senador Wilson de Matos Silva. Nós teremos tempo depois para as perguntas.

Passo a palavra, neste momento, para Maria Alice Setubal, socióloga e Presidente do Conselho de Administração do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – Cenpec.

A SRª MARIA ALICE SETUBAL – Boa tarde a todos e a todas. Eu cumprimento a Deputada Soraya Santos, o Senador Pedro Chaves e demais participantes da Mesa aqui hoje.

Eu queria agradecer o convite para participar desta audiência pública porque acredito muito no diálogo. E é por isso que estou aqui hoje, acredito no debate, no diálogo e na importância da articulação para que a gente possa avançar em temas tão importantes para a educação no País.

O primeiro ponto que eu gostaria de enfatizar – já tenho feito pronunciamentos públicos nessa direção – é que eu acho que não havia necessidade de que essa reforma do ensino médio fosse através de uma medida provisória. Eu já debati isso em outras ocasiões, em outros fóruns; acho que existe uma incongruência em fazermos uma medida provisória com a implementação dessa reforma apoiada na Base Nacional Comum Curricular, que ainda não foi debatida. E não sabemos quando será debatida, apresentada à sociedade e ainda aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, que é o órgão que deverá aprovar a Base Nacional Comum Curricular.

Antes de entrar nas minhas ponderações em relação à reforma do ensino médio, eu gostaria de dar um passo para trás e colocar a importância de olharmos também os anos finais do ensino fundamental II. Claro, o ensino médio – os dados já foram apresentados aqui – tem problemas muito graves, e temos que enfrentá-los. Mas, se não olharmos para o ensino fundamental II, vamos continuar enxugando gelo de alunos que não chegam até o ensino médio.

Só para dar para os senhores um dado, no perfil dos jovens de 15 a 17 anos que estão fora da escola, 52% desses jovens não concluíram o ensino fundamental II. Então, nós temos questões fundamentais relativas a trabalhar para que esse jovem permaneça no ensino fundamental II, programas de aprendizagem, de correção de fluxo, programas de formação de professores. Isso é fundamental para que a gente possa fazer com que esses alunos terminem o ensino fundamental II e que a gente alcance maior qualidade no ensino fundamental II, para que esses alunos cheguem ao ensino médio – primeiro ponto – e cheguem mais bem preparados. Assim, podemos realmente avançar em termos de qualidade da educação e em termos de qualidade do próprio ensino médio.

Entrando especificamente na reforma do ensino médio, eu gostaria de colocar alguns pontos de atenção que me parecem muito importantes. Eu também já pronunciei em alguns momentos que acredito que a reforma está na direção correta. Acredito na importância da flexibilização curricular, acho que isso tem a ver com a sociedade contemporânea, tem a ver com o que os jovens estão expressando, tem a ver com uma necessidade de autoria e protagonismo que a sociedade contemporânea tem apresentado para nós.

Agora, acho que é importante discutirmos que os percursos educativos devem ser garantidos a todos os alunos. A escolha é fundamental, e é disso que estamos falando quando propomos diferentes percursos educativos – a garantia da escolha desses percursos pelos alunos. Então, é dentro disso que eu gostaria de fazer algumas colocações que me parecem importantes.

A primeira delas é que nós temos quase um milhão de alunos que fazem parte de Municípios que têm até 20 mil habitantes ou menos. São Municípios pequenos, que têm poucas articulações, poucas empresas, poucas organizações da sociedade civil que possam colaborar com as escolas. Então, eu acho que é fundamental pensarmos que, para que esses Municípios tenham condições de implementar esses percursos educativos,



deve haver uma legislação que apoie a articulação entre os Municípios para que esses percursos possam ser viabilizados.

Nós não temos uma legislação específica que possa dar conta disso, ou consórcios, ou qualquer articulação que seja entre os pequenos Municípios. Então, acho que esse seria o meu primeiro ponto de atenção.

O segundo ponto de atenção, como já coloquei inicialmente, é a questão da Base Nacional Comum Curricular. Acho que a proposta, a reforma está apoiada na Base, e nós não temos ainda qual será essa Base, ela não está ainda em discussão na sociedade.

Já houve uma primeira versão. O Ministério achou melhor segurar essa versão, aprovar até o ensino fundamental II, para que a Base relativa ao ensino médio tenha correlação e articulação com a reforma, o que é bastante importante. Mas a reforma, por outro lado, só vai ser implementada quando a Base estiver aprovada.

Então, acho que é fundamental que essa Base seja discutida amplamente com a sociedade, especialmente com os educadores e com as escolas, que são quem vai implementar a Base Comum Curricular.

Um terceiro ponto de atenção que vejo é a questão da formação técnica. Acho que, de novo, pensando nos pequenos Municípios, pensando na diversidade brasileira de regiões, do Norte, do Nordeste, enfim, as diferenças regionais tão grandes que temos, é importante pensar uma formação técnica que, de um lado, tenha a ver com a realidade daqueles Municípios em que a escola está inserida ou daquela cidade, se for uma grande cidade, da região em que a escola está inserida, com a realidade do mercado de trabalho, e, de outro lado, tem a ver com a contemporaneidade, com profissões que nós estamos pensando para o futuro, olhando para frente.

Um quarto ponto de atenção que me parece fundamental é a questão da formação dos professores. Nós temos, hoje, 42% dos nossos professores que não têm formação adequada na disciplina que eles ministram. Se nós estamos pensando em aprofundar percursos educativos, para que esses jovens tenham um conhecimento mais consistente da área que foi escolhida, como é que professores que não foram formados naquela disciplina vão poder aprofundar essas disciplinas e esses percursos educativos? Então, isso, para mim, é um divisor de águas para que essa reforma consiga ter um maior sucesso e nós consigamos ter melhores resultados.

Um último ponto, em relação à flexibilização do currículo, que eu gostaria de destacar é a questão do ensino noturno. No caso de São Paulo, acho que temos 33% dos alunos que frequentam o ensino noturno. Não é pouco, não é uma estatística marginal do conjunto dos alunos, no caso do Estado de São Paulo. Em outros Estados isso vai variar, mas são em torno de 20 a 30%. Então, o que é que nós vamos fazer com os alunos do ensino noturno? Eles vão ter essa possibilidade da flexibilização do currículo? Como é que isso será gerido? Quais são as condições que as escolas têm, hoje, para que esse ensino seja ministrado e para que esses alunos também tenham a garantia de escolha de percursos educativos? Na medida provisória, existe a especificidade do noturno, mas não se diz como é que isso vai acontecer.

Bom, agora eu vou entrar em outro ponto, que está dentro da medida provisória, que é a questão da educação integral. No Cenpec nós temos defendido a educação integral sempre, porque vemos, pelos estudos e pelas pesquisas, uma correlação grande e importante entre educação integral e melhores resultados de aprendizagem. No entanto, nós também fizemos um estudo no Cenpec, em quatro Estados brasileiros – São Paulo, Goiás, Pernambuco e Ceará –, em que constatamos e confirmamos essa correlação positiva entre o ensino integral e melhores resultados, mas também uma correlação consistente entre alunos que frequentam o ensino integral e um maior nível socioeconômico.

Então, a minha preocupação neste momento é pensar: primeiro, o ensino de tempo integral vem numa escala muito reduzida. Esses números têm sido colocados entre 300 mil a 900 mil. Não importa qual seja a diferença entre esses números, que é muito grande, mas a escala é reduzida. Então, a preocupação primeira é: nós vamos aumentar as desigualdades? Pergunto isso pelo seguinte: alunos que vão estar em escola de tempo integral vão ter um ensino tipo A, e os demais vão ter ensino tipo B, e o noturno, ensino tipo C? Quer dizer, nós vamos continuar reforçando essa lógica, que é uma lógica da desigualdade? Essa é uma preocupação muito grande. Então, por que, num momento de crise, o MEC faz uma opção por transferir recursos para uma educação integral, e por que não opta por ampliar a jornada escolar de todos os alunos do ensino médio para cinco horas, em que você teria uma maior igualdade de condições de todos os alunos e a possibilidade de uma implementação muito melhor de uma reforma que é complexa, interessante, mas que vai exigir mais tempo de sala de aula do que o que nós temos hoje, que são quatro horas de ensino?

O segundo ponto que eu queria levantar, em relação ao tempo integral, é a importância de nós evitarmos as redes paralelas. Então, seria evitar o que eu falei num primeiro momento, que é aumentar as desigualdades. Para isso, o que é importante? É importante trabalharmos muito com os gestores, com os diretores das escolas, nas suas competências articuladoras. É importante que possamos garantir para aqueles alunos que são a maioria, que não vão estar em escolas de tempo integral, que eles tenham uma educação de qualidade. Então,



essa formação dos diretores e dos professores será fundamental. O que é positivo na questão da educação de tempo integral é que a medida coloca a importância de se priorizar áreas de alta vulnerabilidade social.

Terceiro ponto, ainda em relação ao tempo integral: dizem que vai ser um repasse em duas parcelas, segundo disponibilidade do FNDE. Eu acho que nós precisamos ter muito cuidado, de novo, aqui, para que esses repasses aconteçam. Uma vez que vai se implementar a educação integral, então, que esses repasses não sofram, pois temos visto acontecer que, com relação aos repasses, por exemplo, do Mais Educação e de outros programas – não só agora, deste Governo, mas de governos anteriores –, eles acabam atrasando a parcela, o que inviabiliza o projeto para as escolas que optaram por esse modelo.

Um último ponto que eu quero destacar, em relação à educação integral ainda, é a questão do monitoramento e avaliação. Então, é importante, sim, que nós façamos o monitoramento e a avaliação, mas a forma como aparecem esse monitoramento e essa avaliação é um foco em que, se não houver uma redução do abandono, se não houver uma redução da reprovação, se a quantidade de alunos que prestarem o Enem for menor que 75% e se esses alunos não tiverem 15 pontos acima dos demais, vai haver punição para a escola. Então, eu acho que monitoramento e avaliação são fundamentais, mas o foco, aqui, é um foco de exclusão. E as escolas que tiverem problemas? Como é que nós vamos lidar com isso? Quer dizer, nós vamos trabalhar com alta vulnerabilidade social? Será que vamos dar todas as condições necessárias? E esse monitoramento e essa avaliação vão vir apenas de uma lógica absolutamente excludente, sem um entendimento do que está acontecendo com cada uma dessas escolas?

Então, eu fico muito preocupada, pois realmente não entendo por que, num momento de crise, existe uma opção em direção a se privilegiar uma parcela pequena, minoritária de alunos que vão poder frequentar escolas de tempo integral.

Eu não sei como é que está o meu tempo.... É aquele ali, dos seis minutos? Ótimo.

Então, eu acho que temos que nos preocupar, quando pensamos na questão da igualdade dos direitos.... Eu acho que foram citados aqui, antes, resultados do PISA, resultados da Inglaterra, do Reino Unido. Se olharmos para países como Finlândia, Canadá, mesmo Coreia do Sul, Xangai – dentro da China –, os países que têm tido boas avaliações no PISA, todos, desde os seus ministros, passando por secretários, passando por diretores de escolas, professores e alunos, todos eles têm muito claro que a importância fundamental da educação e o sucesso dessa educação está na garantia da igualdade de uma educação de qualidade para todos, está na garantia dos direitos de todos os alunos. Então, eu me preocupo bastante, ao pensar que nós temos, sim, que fazer e é urgente fazer uma reforma no ensino médio, mas como garantir...

Até agora, eu não vi do MEC e não está na medida provisória.... Ela está detalhada em relação ao tempo integral, e não está detalhada em relação aos percursos educativos. Tudo que está detalhado na educação integral – como vai ser, como é que é a transferência de recursos, como é que vai ser monitorado, a avaliação, o que se espera – não aparece nos percursos educativos, que são para a maioria dos nossos alunos. Então, quais são as condições que essas escolas vão ter, para que possa ser implementada uma reforma... que está na direção correta, mas quais são as condições? Que recursos essas escolas, essas secretarias vão ter, para que elas possam superar tantos obstáculos – como eu coloquei aqui – em relação a professores, em relação às escolhas, em relação ao ensino técnico? Enfim, não vou me repetir aqui.

Então, quais são as condições reais que nós vamos poder oferecer para essas secretarias dos diferentes Estados, para a implementação da reforma do ensino médio? Eu acho que isso é uma questão que tem de ser respondida. E como nós vamos definir um padrão básico de qualidade para todos os nossos alunos nesse primeiro ano e meio, antes dos percursos educativos em que nós estamos? Quer dizer, qual é a garantia que nós vamos ter de que esses alunos terão uma educação de qualidade? Pergunto isso porque não adianta nós reformularmos e reorganizarmos o que está ruim. Vai ficar ruim com outra cara. Então, nós temos que reorganizar dando condições para que haja um salto. E as condições do que estou vendo – e posso estar enganada – e do que aparece nessa medida provisória são as condições para a educação integral.

Então, quais são as condições que vão possibilitar que essas escolas implementem a Base Nacional Comum Curricular? Que condições os professores vão ter para ser formados, para que eles possam implementar essa Base nas suas escolas? Qual é a política de formação de professores? De novo: se nós temos 42% dos professores que não são formados nas disciplinas cujas aulas eles ministram, como é que ele vai ser formado? Como é que esses alunos vão poder se aprofundar com professores que não são formados naquela disciplina? Outro ponto fundamental: a infraestrutura das escolas. Eu não tenho os números aqui, mas nós todos sabemos: um percentual grande de escolas que não têm laboratórios, que não têm biblioteca, que não têm *wi-fi*.... Quer dizer, estamos falando de percursos educativos.

Quer dizer, nós estamos falando de percursos educativos e sociedade contemporânea, para os alunos terem maior interesse, e as escolas não têm *wi-fi*. Como é que nós vamos ter? Como é que vamos trabalhar com



esses alunos de uma forma mais contemporânea? Quais são as condições que o Ministério vai dar para se incrementar uma infraestrutura adequada para que essa reforma possa ser implementada?

Finalmente, de novo, reforço a importância dessa formação técnica. Eu concordo que ela é fundamental. Nós temos alunos que ainda infelizmente.... Acho que em torno de 17% dos alunos entre 18 e 24 anos estão no ensino superior. É um índice muito baixo ainda, menor do que em muitos países da América Latina. Então, é importante que esses alunos, primeiro, vão para a universidade, mas que os que não foram tenham uma formação técnica. Essa formação técnica tem que estar adequada ao mercado de trabalho...

(Soa a campanha.)

A SRª MARIA ALICE SETUBAL – ... à sociedade contemporânea e aos anseios dos jovens, porque, senão, eles também não vão fazer. Nós não vamos ter só formação de cabeleireiro, de marcenaria, porque eles não vão querer, ou só de administração de empresa, porque não precisa de laboratório, não precisa de nada, é mais fácil.

Finalmente, reforço ainda a questão do ensino noturno. Eu acho que é preciso que a gente tenha consciência de que um contingente muito grande dos nossos alunos está no ensino noturno. Ele tem que ter flexibilidade, ele tem que se adequar a uma realidade de um aluno que trabalha, de um aluno que, muitas vezes, é um jovem mais velho. É fundamental que esse aluno que está no ensino noturno e que, muitas vezes, não vai ter condições de entrar no tempo regular diurno tenha condições de um padrão básico de qualidade para que ele possa fazer o ensino médio de qualidade, qualificando-se para o mercado de trabalho e se qualificando para participar, como cidadão, na nossa sociedade.

O meu tempo se esgotou. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PMDB - RJ) – Agradeço à Prof. Maria Alice Setubal, ao mesmo tempo em que encerro essa primeira rodada, pedindo que os palestrantes possam desocupar...

Convido automaticamente os próximos palestrantes: Ricardo Henriques, Danival Roberto Alves e Marisa Abreu para que possam fazer parte da segunda rodada da Mesa.

Quero lembrar, enquanto a Mesa vai sendo recomposta, que esta audiência pública está sendo gravada e, no momento das perguntas, também terá um caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar podem enviar comentários pelo senado.leg.br/ecidadania ou pelo 0800 61 2211.

Também quero solicitar tanto aos Senadores quanto aos Deputados que já queiram fazer inscrição para a fala que já está aberta.

Dando início à segunda rodada, convido o Prof. Ricardo Henriques, Superintendente Executivo do Instituto Unibanco, para que possa falar.

Seu tempo está assegurado. São, na verdade, 15h42.

O SR. RICARDO HENRIQUES – Boa tarde.

Eu queria cumprimentar a Deputada Soraya Santos, o Senador Pedro Chaves, o Deputado Izalci, todos os demais Deputados presentes e agradecer esse convite não só a mim, mas a sequência de debates que estão programados desde a semana passada até as próximas duas semanas, eu entendo, mobilizando um conjunto variado de visões sobre os desafios do ensino médio brasileiro.

Eu acho que várias coisas... Evidentemente vou secundar algumas opiniões e não vou entrar muito em detalhes sobre os indicadores, mas, além de concordar que a medida provisória tem elementos muito importantes para a reestruturação necessária do ensino médio, eu queria só sublinhar o que me parece que gera um certo estranhamento pelo modo de construção da agenda – acho que, nesta Casa e sobretudo na Comissão Mista, é importante –, a dificuldade que é, diante da urgência da reforma que nós necessitamos no ensino médio, o instrumento da medida provisória.

Eu acho que se gerou uma contradição na origem, porque a urgência solicita uma legitimidade do ponto de vista da construção do processo – eu vejo um esforço fantástico desta Comissão Mista do ponto de vista da sua oitiva ampla, de ir ao encontro dessa direção –, mas me parece, diante do gargalo que nós temos e que o mundo tem, insuficiente, sobretudo, se nós só recuperarmos uma ideia geral do Prof. Fernando Limongi, de uma cultura de certa hipertrofia do Executivo, de todos os Executivos que passaram no Governo Federal, de várias visões que legislam muito a partir de medida provisória. Isso, do ponto de vista de quem já viveu muita implementação de políticas públicas, torna muito mais difícil a capacidade de aderência no campo concreto da sua implementação. Não podemos esquecer que estamos, sobretudo, lidando com um tema que é afeto, estrita e diretamente, a outro ente federado, que são os Estados.

Parece-me desnecessário e abre mão da potência de algo que, volto a sublinhar, não é específico à realidade brasileira, é um desafio mundial – o Prof. Ronaldo mencionou isto: a agenda nacional e internacional –, que



tem tanto a ver com a universalização do atendimento dessa fase juvenil do ensino médio, mas sobretudo com organizar a estrutura e a identidade deste momento. Para a constituição da identidade do ensino médio, parece-me que são fundamentais outros procedimentos. Estou vendo aqui o Secretário do MEC, Prof. Rossieli – nós já conversamos sobre isso –, que tem longa experiência no ensino médio, como secretário. Então, acho que é importante talvez as Casas voltem a discutir, voltem ao Executivo, e criem condições dessa mudança. A urgência solicita um processo de adensamento da identidade para viabilizar uma implementação de política pública, que será difícil – vou tentar comentar aqui –, mas que precisa da máxima adesão possível. Acho que o diagnóstico é conhecido de todos, mas a imagem que me parece mais importante do diagnóstico hoje, que solicita essa reforma ou uma reforma importante, uma medida provisória a direção correta, é que a expansão do ensino médio, no Brasil, dá-se na base de um modelo para poucos. É assim que se constitui o ensino médio brasileiro. Então, essa expansão é forçada e não tende a nenhuma convergência. Basicamente o que a gente está dizendo é que muitos não entram.

Lembro que, se a gente pegar só a geração de 15 a 17 anos que está efetivamente cursando os três anos do ensino médio, o que tecnicamente chamaria taxa líquida de matrícula, são só 63% desses jovens que lá estão. Dos outros, nós temos 21% que ainda estão no ensino fundamental, e provavelmente os que entrarem no médio entraram com uma grande defasagem. E 16% – e é assim nos últimos 15 anos – estão fora da escola. Parte grande deles são os chamados nem-nem, 10%. O que eu estou dizendo é que imediatamente muitos não entram. Fase seguinte: dos que entram, muitos não ficam. A maior taxa de evasão de todo o nosso ciclo educacional é o final do ensino médio. E, aqueles que lá ficam, que já são muito poucos, pouco aprendem. Então, o desafio estrutural dessa fase é radical, porque não estamos dando conta, como projeto de sociedade, de fazer com que os meninos acessem, fiquem e aprendam o que é esperado.

Só para pegarmos um indicador de aprendizagem, vamos lembrar só um indicador de aprendizagem, de proficiência – vários foram dados – em língua portuguesa basicamente se divide, como se fosse dividir o aprendizado esperado, em nove faixas: um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove. As três últimas são muito boas, as três subsequentes seriam adequadas e as três últimas muito frágeis. O Brasil está no meio da segunda faixa, com um valor de 260. Se se seguir a mesma velocidade com que ele tem chegado às últimas décadas, se se projetar para a próxima década a mesma velocidade da última década, chegará, ao final de uma década, ainda nessa segunda faixa, que é muito vulnerável, é muito abaixo de qualquer coisa que seria desejada, que é o início da quarta faixa. Então, nós estamos com esse impasse gigantesco.

O que é fundamental do ponto de vista da medida provisória? Que ela tenta dialogar com duas dimensões. Uma dimensão do ponto de vista da oferta é a situação esdrúxula que produzimos, que é haver 13 disciplinas, no mínimo, obrigatórias para todos os estudantes. Haver 13 disciplinas não é o problema – em vários lugares do mundo há 14 disciplinas, 15 disciplinas, 16 disciplinas –, mas são as 13 obrigatórias para todos, de forma conteudista e enciclopédica, evidentemente de modo superficial.

Dialoga-se com mais outra dimensão: a baixíssima articulação e progressão no interior de cada disciplina, dialoga-se via base curricular, que eu já comento. Não há nenhuma sequência de progressão entre aquilo que é esperado que seja aprendido, de forma minimamente razoável no interior de cada disciplina e um desalinhamento radical entre as disciplinas. Estou olhando aqui o Prof. Ronaldo e vou cometer uma blasfêmia, porque vou falar de uma área dele. Basicamente o que a gente vê, no ensino médio brasileiro hoje, inclusive nas escolas de ensino privado, é que você trata alguns fenômenos... O fenômeno quântico, por exemplo, a gente trabalha, em química, no segundo semestre do primeiro ano; em física, no primeiro semestre do segundo ano; e o que tem a ver com isso na biologia, no outro semestre do terceiro ano. Evidentemente não há nenhuma possibilidade da compreensão do fenômeno quântico. Você induz a quê? À coreba.

Como o nosso desafio, como projeto de sociedade, é o desenvolvimento do raciocínio lógico, tanto matemático, vamos dizer, como discursivo, nós temos a intenção de fazer com que as pessoas passem da fase da memorização para a fase da análise e para a fase da síntese.

A nossa estrutura é feita para barrar todo o processo de aprendizagem, inclusive da nossa elite, que faz mobilidade social no pós-médio, quando entra na universidade. A mobilidade que nos coloca na fronteira do mundo está na universidade e não está no ensino médio, porque nos coloca nessa fase da memorização. É isso que é incentivado, é isso que é praticado. E a questão de fundo – vou fazer uma blasfêmia aqui – se a gente pensasse a educação como uma grande função de produção, em que a tecnologia é a pedagogia e o principal ativo são os professores, a questão específica de como ensinar não está em jogo, e o que fazer nesse processo. Então, o que me parece fundamental na medida provisória, que acho que é necessidade e está em jogo? A agenda de flexibilização. Por que ela é chave? Porque lida com duas dimensões. Essa primeira, que eu estava listando agora, a partir da Base Nacional Curricular Comum, e a segunda, que é a baixíssima conectividade que existe entre esse ensino médio e a cultura, as expectativas e as identidades da juventude. Não há nenhum



vínculo preestabelecido e nenhum vínculo construído ao longo desse percurso de três anos entre os jovens. Isso é um problema mundial, um desafio mundial, essa fase do ensino.

O que a flexibilização permite, evidentemente? Dá conta de uma coisa, como o Professor Ronaldo disse: que pessoas, que todos nós, diferentes, estudemos com profundidade diferente e aprendamos de formas distintas. Isso que é absolutamente incontornável, do ponto de vista do reconhecimento da ciência contemporânea, e tem que ser traduzido nesta fase da aprendizagem. E a flexibilidade permite constituir um núcleo comum, que esse, sim, é obrigatório para todos. Ele tem que ser universal, tem que ser o mesmo para todos, tem que criar um caminho de trajetórias, novamente, corretas, ter um conjunto de trajetórias propedêuticas, e convencionar na mesma parametrização que temos no Enem, que é razoável, e um conjunto de trajetórias técnico profissionalizantes.

O que acontece com essas duas, antes de eu entrar na Base Nacional Curricular Comum? Acho que, na agenda da medida provisória ou na agenda do projeto de lei – está aqui a Lei nº 8.640, que estava colocada ali – seria tímido, do ponto de vista do projeto de sociedade, não avançarmos no que seria a mínima conectividade em termos de parâmetros de horas que estão colocadas no mundo. Ou seja, nós deveríamos ir na direção de três mil horas nesta fase. Não há nada que diga por que não termos cinco horas por dia. Isso é totalmente razoável, viável de ser financiado e administrado. Isso permitiria aqui o comum, que é universal para todos, se desse 1.800 horas e o específico se desse 1.200 horas.

Por que esse número? Por que 1.800 horas? Se alinharmos a Base Nacional Curricular Comum para o Ensino Fundamental II, sobretudo de forma consequente, é mais do que suficiente darmos o que é comum no médio em 1.800 horas. E 1.200 é uma referência, quase mais de 85%, das ofertas dos ensinos técnico e profissionalizante de que dispomos hoje na realidade brasileira. E você poderia fazer essa trajetória relativamente fácil.

Agora, é óbvio que o técnico profissionalizante tem que ser entendido como um técnico profissionalizante inicial, que abre caminhos. Em si, a grande vantagem é que você certifica no ensino regular com possibilidade técnico profissionalizante, o que tenderá a enfrentar o problema da evasão. Vários jovens deverão reduzir a evasão diante da possibilidade do técnico profissionalizante, mas, ao entender o inicial, traz para as redes de ensino os desafios do pós-médio, do tecnólogo, que alguma hora esta Casa deve discutir mais e até a possibilidade do universitário, tanto diretamente como nessa sequência.

Bem, isso abre o segundo ponto-chave, antes de falar na Base Nacional Curricular Comum, que é o problema da certificação. Isso não está sendo discutido e será um dos grandes gargalos neste processo, porque temos que ser capazes de certificar aquilo que é comum, o que é relativamente fácil com o Enem, e temos que certificar aquilo que é específico. Isso deixa de ser tão fácil na estrutura do Enem que temos hoje, mas é possível, fazendo-se uma segunda prova temática ou dando-se um sistema de pesos dentro do banco de itens que estão colocados para cada área.

É possível fazer isso. No entanto, o que muda completamente, como não teremos mais nem o sequencial nem o concomitante e o diploma terá que ser do ensino médio regular, é como certificar o ensino técnico. Como as escolas farão esse processo? Há que se pensar na regulação desse sistema. Obviamente há uma possibilidade de abertura de uma quantidade de muitos cursos de uma qualidade questionável, e quem é que vai aferir isto? Então, eu tenho que dar conta, pelo menos os Estados, de regular esse processo.

Isso abre uma discussão fundamental, que é a discussão do Sistema S e a sua responsabilidade frente ao ensino médio regular. É uma área importante, vai ter que ser discutida, e pode ressignificar, nessa contemporaneidade, parte da identidade também do Sistema S.

A outra questão que está associada à flexibilização é que a Base Nacional Curricular Comum permite fazer um pêndulo em direção a quatro dimensões-chaves. Uma, rediscutir a formação inicial dos professores tanto das universidades públicas como das privadas, porque você passa a alinhar o direito de aprendizagem em termos das expectativas de aprendizagem ano a ano, série a ano, isso passa a ser fundamental. Mais do que isso, você passa a deixar o rabo abanar o cachorro, porque, hoje, o rabo abanar o cachorro, ...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO HENRIQUES – ...porque hoje a avaliação define qual é o currículo.

Eu tenho depois mais cinco, não é isso?

Se você passar a ter uma Base Nacional Curricular Comum com aquilo que é comum e universal para todos e trajetórias flexíveis, passa a ser o currículo que organiza a avaliação. Mais do que isso, a terceira dimensão disso, é que o currículo passar a organizar os materiais e as tecnologias didáticas.

Além disso, dá a sinalização possível, a quarta dimensão, de qual é a infraestrutura necessária para operar esse processo.

Percebam o que a gente está dizendo que, com a medida provisória, com a discussão que está em jogo,



eles são simplesmente gestos em direção a arrumar a casa, dar condições de que tenhamos uma referência comum, trajetórias flexíveis que permitam as escolhas, como foi dito aqui na Mesa anterior, sejam asseguradas e que, além das escolhas serem asseguradas, o sistema funcione na regra que seria esperada.

Quais são as outras questões que se abrem além do enorme desafio da certificação, que seria muito importante os Senadores e Deputados estarem atentos e discutindo isto? Não precisa estar legislado na lei, medida provisória ou projeto de lei, no entanto, a potência de geração de desigualdade é enorme se nós não estivermos atentos a como implementar o processo de flexibilização.

O que traz de positivo a flexibilização também neste campo? Passarmos a ter uma visão de gestão do sistema, da rede, que hoje não é trivial e é pouquíssimo exercido. Por quê? Porque se estabelece uma tensão, e tensão não é algo negativo. Pode ser uma tensão produtiva entre a autonomia das escolas e aquele que regula o sistema.

Quais são os dois casos típicos que a flexibilização traz como riscos? Áreas de baixíssima densidade demográfica, como a Profª Maria Alice Setubal trouxe aqui. Em áreas de baixíssima densidade demográfica é importante que os Deputados, os Senadores, e o Ministério reconheçam que terá que haver mais investimento do ponto de vista do sistema. O sistema custará mais. É incontornável. Nas áreas de baixíssima densidade demográfica, terá que ser garantida a provisão das quatro trajetórias acadêmicas propedêuticas e de algum conjunto finito, evidentemente, de trajetórias técnico profissionalizantes.

Para haver a viabilização disso, não só temos que fazer um arranjo legislativo, criar condições de consórcios efetivos, algum arranjo local efetivo entre pequenos Municípios, mas dar conta de que o Estado terá de investir mais na situação, porque, se não o fizer, necessariamente, você produzirá uma desigualdade estrutural nesse sistema.

Por outro lado, as regiões de alta densidade demográfica passam a ter possibilidade de uma regulação muito mais criativa por parte das Secretárias e Secretários de Educação, que permitiriam o quê? Uma certa especialização entre as escolas. Você poderia ter não uma única especialização, mas você poderia ter, em uma região com alta densidade, quatro, cinco escolas. A Escola A com uma especialização na área 1, 2 e 3; mas não necessariamente na 4. A Escola B com especialização em 4 e 2; e assim sucessivamente. E a oferta do ensino técnico profissionalizante também.

Agora, percebam que isso vai ao encontro de uma nova cultura da gestão pública; uma gestão pública que traz o território como referência à responsabilização do gestor para regular isso, em uma tradição em que a autonomia da escola é vista como algo sagrado e muito difícil de ser negociado. Então, você vai ter que dar conta disso.

Se não fizer isso – estou tentando só explicitar –, se não for nessa direção, as desigualdades serão absolutamente radicais, porque os bons professores ficarão numa escola e você gerará processo de seleção adversa: aquela escola catalisará todos os melhores alunos daquela região e as outras escolas tenderão a ter os piores alunos, que não vão ter capacidade de circular. Você não vai conseguir aferir especializações e, portanto, a ideia da escolha deixará de existir. Para que a escolha exista, é fundamental que a regulação do território se dê de forma muito intensa.

Dois últimos pontos para ficar como ressalva para discussão.

A questão da flexibilização com uma base e a possibilidade de escolha de trajetórias dá um sinal importante para repensar a formação inicial – não é a formação continuada; é a formação inicial – dos professores, em que cerca de 85% da provisão dos professores vêm das escolas privadas neste País. E isso é vital porque eu não só posso tentar equalizar esta oferta, como posso colocar, na pauta, aquilo que é sempre esquecido e que é o fenômeno – termino como o Ronaldo estava dizendo – sobre o como ensinar.

O desafio...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO HENRIQUES – ...em última instância é este: é como eu vou dar conta de colocar na formação inicial práticas didáticas e metodológicas como instrumentos possíveis de serem organizadores do ensino médio. Se essa ponte não for feita, também não estaremos indo em direção à contemporaneidade.

Por fim, a questão do financiamento, evidentemente. Dado que temos um modelo federativo, esta reestruturação em direção à flexibilização não só necessitará de uma reflexão sobre um redesenho do Fundeb – ele precisa ser adaptado como isso –, como ele vai ter que ser pensado naquilo que é garantia do universal. Portanto, é pré-escola em tempo integral.

Essa agenda, eu vou aqui nos meus últimos dez segundos usar para isso, se não for vista na sua completude, poderá gerar um enorme efeito perverso, que são sinais em direção à contemporaneidade que, uma vez colocados em marcha, se não forem efetivamente criadas as condições da sua implementação, poderá nos



colocar, no estágio em que estamos, mais engessados.

Portanto, há quase um paradoxo: nós que estamos hoje colocando a juventude brasileira em uma situação virtualmente de limbo, fora da contemporaneidade e da competitividade da sociedade contemporânea, podemos, se não criarmos essa visão completa do processo de reforma, bloquear o ensino médio de uma forma que seja ainda mais de retrocesso.

Então, a frase final, Deputado Izalci, como o senhor chegou, é: dar conta de beber de todos os elementos muito positivos que estão na medida provisória e dar o salto em direção à essa contemporaneidade, que requererá uma reflexão sobre vários outros – evidentemente eu só destaquei – elementos de implementação, e todos eles estão discutindo como será o ato de ensinar e como será o ato de ensinar para todos. Como uma agenda de equidade poderá parametrizar essa nova educação de qualidade para todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradeço o Dr. Ricardo Henriques.

Passo imediatamente ao Sr. Danival Roberto Alves, Diretor do Colégio Cenecista Dr. José Ferreira – MG.

O SR. DANIVAL ROBERTO ALVES – Cumprimento a todos da Mesa e a todos que aqui se encontram, meio heterodoxo, não falando daquilo que já foi dito, mas ressaltando alguns pontos com que a medida provisória pelo menos acena.

Nós trabalhamos na Rede Cenec com mais de cinquenta mil alunos na educação básica e com seis mil professores. As estatísticas são similares às que foram mencionadas aqui. A primeira constatação que temos é que o nosso ensino médio deixou de ter apetite para alunos. Isso tem de ser um ato bem confesso, porque aqueles que ainda têm apetite no ensino médio são aqueles que são vocacionados para um ensino superior. É interessante que o nosso ensino médio foi sempre um reboque atrás de um cavalo mecânico chamado ensino superior. O nosso ensino médio sempre esteve como instituição que pretensamente era pré-universitária; aos poucos migrou para o conceito de pré-vestibulanda; e hoje, nos dias atuais, pré-Enem. O fator chave de sucesso de qualquer escola pública ou privada é o seu desempenho no Enem. E se fizer uma análise específica dos instrumentos de medição que o Enem tem fornecido, são resgates, de um certo modo, dos vestibulares clássicos.

Então, o que estamos vivenciando naquele ensino médio que ainda tem apetite para o aprender? A preparação para o Enem, uma preparação que é focada nas velhas gavetinhas com as quais o ensino médio sempre trabalhou: a Física, a Química, a Matemática, a Biologia, a História, a Geografia; e agora a Sociologia e a Filosofia. E o que fazer na Física ou na Matemática, por exemplo?

Até hoje, o nosso Ensino Médio trabalha com a Matemática, por exemplo, quando apresenta progressão aritmética e progressão geométrica. Esse ensino médio nem trabalha com o conceito de sequência. Simplesmente trabalha com formulários, adentra os alunos para a resolução de questões, e o aluno não dá conta, em hipótese alguma, no ensino médio, na 2ª série do ensino médio, em educação matemática, de perceber a organização sequencial das coisas, sem o que sequências ou PA e PG deixam de ter sentido.

Então, de certo modo, hoje, nossos alunos que ainda mantêm apetite para o ensino médio são aqueles que estão, de certo modo, robotizados, preparados para os remanescentes vestibulares ou para as provas do Enem. Quem é esse educador matemático que trabalha com esse aluno que perdeu o apetite para o saber matemático? É uma pergunta que precisa ser respondida, e que, de certo modo, a medida provisória menciona quando fala da capacitação de professores, da formação de professores com foco na Base Nacional Comum Curricular.

Interessante: nossos professores de Matemática se iniciam na educação infantil, quando começam a receber os seus alunos... E nós temos um professor de Matemática nas séries iniciais do Ensino Fundamental que não tem nenhuma formação sobre o que é educação matemática, sobre o que é educação geográfica, educação científica, educação histórica e aquisição de linguagem e leitura. Se pensarmos bem, nosso educador matemático que atua do 1º ao 5º ano nenhuma formação tem para ser o iniciante na educação matemática. O educador matemático que atua nas séries finais do Ensino Fundamental também não tem formação em educação matemática para fazer a renovação do que seria uma educação matemática da contemporaneidade. É provável que todos aqui, independentemente da faixa etária, tenham trabalhado numa educação matemática em que o foco central no Ensino Fundamental 2, por exemplo, para me restringir só à educação matemática, com “decoreba” sobre resolução de equações de 1º e 2º graus e alguns pontos notáveis a partir do conceito de equação matemática.

Interessante: a grande resistência dos professores de educação matemática do ensino fundamental II é a implementação de observar a equação de 1º e 2º graus como um caso notável da função de 1º e 2º graus. Ou seja, nosso educador matemático de ensino fundamental II não tem a pertinente educação matemática para introduzir as necessárias mudanças até mesmo para introduzir contemporaneidade na educação matemática. Quando entramos no ensino médio, as coisas se barbarizam, porque entramos, então, no capítulo do



geometrismo e do algebrismo próprio daquilo que constituiu, até agora, os nossos processos de avaliação seriada, os nossos vestibulares, incluindo as avaliações do Inep. Ou seja, a questão central que, de certo modo, seria fundamental discutir seria como formar nossos professores. Ainda estamos discutindo uma educação que trabalha por gavetas. O Prof. Ronaldo falou da Biologia, mas, até hoje, nosso professor de Física da 1ª série do ensino médio sabe que, na verdade, o primeiro capítulo que tem que estudar na 1ª série do ensino médio é Mecânica, Cinemática, um capítulo da Mecânica, o estudo dos movimentos. Mas ele não trabalha com o professor de Matemática ou como matemático para tentar entender que os movimentos nada mais são que a análise do comportamento das funções de 1º e 2º graus quando se fala em movimentos. Ou seja, ainda operamos no modelo de gaveta e, por mais que tenha validade, e é indispensável que as bases curriculares nacionais estejam em discussão e se ofertem, ainda assim é preciso que nós saibamos que nós não temos o recurso humano docente preparado para esse enfrentamento.

Eu fico a me perguntar, ainda que seja, no mínimo, o desejável e o indispensável aqui e agora a proposta da escolha possível para aluno, o que vai fazer um coitado professor de Física, Química ou Biologia se, por acaso, seus alunos se destinarem a essa área de Ciências da Natureza. Da mesma maneira, eu perguntaria, como egresso de um curso de graduação de Filosofia, o que faria um coitado de um professor de Filosofia, de Sociologia, de História ou de Geografia se tivesse à sua frente alunos que tivessem escolhido – e isto é indispensável, essa proposta que a medida provisória oferta –, alunos vocacionados para a área de Humanas, e com um agravante pior: aumentado o tempo destinado a isso. Ou seja, ele não tem o que fazer porque, de certo modo, saibamos todos nós, nossos alunos estão absolutamente sem apetite para aprender não porque não tenham apetite, mas porque não foram trabalhados, não foram educados numa rota que conduza a ter o apetite. Qual é a grande dificuldade que nós temos hoje numa escola de educação básica que inicia lá desde a educação infantil? Até hoje, nosso professor de Matemática, só para me centrar, para focar na educação matemática, não tem a menor noção do que deve ser feito. Ele simplesmente se reduz a trabalhar, no caso da Matemática, com cálculo numérico.

Ele dá conta de ter uma atitude nominalista, descritiva. Ele sabe descrever sequência dos números pares e sequência dos números ímpares, mas ele não dá conta, por exemplo, de trabalhar que, talvez, ao longo de um percurso, o aluno deveria ter condições de apreensão de uma ordenação lógica dessa sequência. Os números pares têm uma lei de formação; assim também os números ímpares.

Quem sabe disso? Não o nosso educador matemático, não o educador matemático que está sendo formado e que estamos formando até hoje. Então, uma questão que precisa ser discutida fundamentalmente, em qualquer proposta de renovação não só do ensino médio, mas também do ensino fundamental 1 e 2 é: quem é esse educador que estamos entregando e que, de um certo modo, está sendo negligenciado em quaisquer propostas de renovação da educação básica?

Ao lado disso, ainda permanece nesse processo a compartimentalização. Ainda que apeteça, atraia a proposta de criar distintas rotas, distintos percursos, distintas trilhas para a escolha do aluno, ainda assim, nós estamos centrando o fogo em cima das gavetas. Nós não temos cultura pedagógica para trabalhar com ciências da natureza. Damos conta de fazer isso que o Prof. Ronaldo, ao falar da Biologia, mencionou, mas nós não damos conta ainda e precisamos dar conta de integrar essas gavetas. “Ah, bom, é impossível que a Física vá pegar alguma coisa da Biologia.” Ao contrário: nossa formação não tem permitido que formemos um professor que seja educador científico. “Ah, bom, ele precisa saber toda a Biologia, toda a Química, toda a Física?” Não, ele precisa dar conta de fazer com que o seu aluno possa acompanhar a intersecção dessa interdisciplina.

Ao lado disso também, é bom que nós entendamos que há vários experimentos vivenciados fora do Brasil, mas também iniciando de alguma maneira, ainda que na base do voluntarismo de algumas unidades de educação básica, de repente, nós fazemos o discurso pedagógico da interdisciplina, mas nós não trabalhamos com interdisciplina desde os anos iniciais. Ciências, Tecnologia, Engenharia, Matemática e, hoje, Artes, isso é algo, de certo modo, divorciado. No entanto, os experimentos que existem permitem dizer o seguinte: desde a mais tenra idade, os alunos do ensino fundamental podem, sim, trabalhar com esse conceito de interdisciplina, desde que tenhamos, sim, um educador que esteja formado nesse processo.

Com a experiência que possamos ter em relação à educação básica, acho difícil que qualquer mudança prospere se o primeiro trabalho não for feito no processo de formação de professores. Ele não é o culpado. Como diretor de uma unidade de educação básica, que tem 2.800 alunos, eu não tenho tempo para levar para a sala de aula, com 50 minutos de hora/aula, aquilo que o professor leva: a ética, a ótica, a estética e a epistemologia de uma escola. Ou seja, por mais que eu possa me esforçar como gestor de uma casa de educação básica, é preciso que eu entenda que aquele que está à frente, não da sala de aula, mas conduzindo o processo no corpo a corpo com o aluno, o coordenador pedagógico, o supervisor escolar, o orientador educacional ou todos os gestores que estão trabalhando na educação básica..., se eles não tiverem a compreensão do que fazer, vai ser



difícil que nós consigamos algum êxito na educação básica.

Bom, isso significa o seguinte: está bom, e o que nós vamos fazer com a nossa educação básica? Esperar a formação docente para a sua prontidão? No limite mínimo, o aprofundamento da discussão dessas bases curriculares nacionais e, sobretudo com enfoque fundamental. Ainda que aumentemos para 1400 horas anuais, ainda assim nós não conseguiremos nenhuma proficiência na Matemática dos nossos alunos se não houver uma renovação do que fazemos com a educação matemática a partir da docência.

Não se trata de dar a estrita responsabilidade ao professor, mas ele é a peça central para que se trabalhe. Ainda que tenhamos, sim, no nível de educação a distância, e a medida provisória incentivada e faz prosperar a tese de aprendizagem mediada por tecnologia, hoje, nós já sabemos de uma coisa: nós não temos uma Medicina que dê conta de ter uma ressonância magnética ou um tomógrafo em todos os Municípios com 20 mil habitantes. Talvez não precisemos de um laboratório presencial e possamos fazer um apelo para um laboratório virtual, em um país que não recursos para investir em ambiente presencial. Podemos fazê-lo, sim, a distância.

Como um dos expositores anteriores mencionou, o MEC tem um banco de dados de objetos de aprendizagem significativa, não usado. Se nós mudássemos o modo de ver o mundo da escola e entendêssemos que podemos, sim, ainda que não tenhamos a capacidade de colocar um tomógrafo em cada escola, ou seja, um laboratório de Química, nós temos, sim, pernas para fazer a construção de um laboratório de Química virtual. Para isso, nós precisamos ter foco.

Então, olhem. Tentando não ser heterodoxo, nem verborrágico, com toda certeza, e não do alto dos meus 50 anos de docência numa escola de educação básica, vou-lhes dizer que qualquer mudança na educação passa necessariamente por uma mudança do discurso da formação universitária de professores. Eu preciso, sim, conhecer os grandes teóricos da Pedagogia, mas eu preciso saber o que o meu professor, formado em Pedagogia, lá no 1º ano do ensino fundamental, vai fazer com o letramento cartográfico, por exemplo. Ah, por mais renovado e contemporâneo que eu seja, eu posso propor, sim, no ementário da proposta de habilidades e competências da educação em geografia no primeiro ano, é introduzir isso na sala de aula, mas já sabemos que não teremos um educador geográfico preparado para isso. E nem precisamos de um educador geográfico ao lado de um educador matemático, um educador em letramento científico, histórico e geográfico numa sala de aula de primeiro ano, mas precisamos...

(Soa a campanha.)

O SR. DANIVAL ROBERTO ALVES – ...de um pedagogo que tenha formação para cuidar da coisa mais séria do mundo, que é a iniciação à educação geográfica, à educação matemática, científica, do que, nas séries iniciais do Ensino Fundamental, não dispomos. Não dispomos porque temos ainda uma visão equivocada de que formar um pedagogo é formar um generalista, um especialista em generalidades, e não aquele que não sabe o que fazer quando entra para trabalhar com produção textual desde os anos iniciais do Ensino Fundamental, e, para não dizer pior, na Educação Infantil.

Era o que tinha a dizer. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradeço ao Dr. Danival e passo imediatamente à Mariza Abreu, Consultora Legislativa na Área de Educação na Câmara dos Deputados.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Pela ordem a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Deputado Izalci, quero cumprimentar V. Exª, assim como os demais Parlamentares, os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, convidados e convidadas, e um cumprimento especial aos nossos convidados de hoje, que aqui vieram para contribuir com a reflexão.

Um esclarecimento, Deputado Izalci. Primeiro, não pude estar aqui desde o início, uma vez que estava participando de uma audiência pública sobre a PEC 241/55, que está tramitando agora no Senado. Aliás, um tema vinculado diretamente à educação, pelo quanto de proposta tem naquilo que pode afetar duramente a agenda da educação.

Refro-me ao fato de a PEC 55 propor um novo regime fiscal com vinte anos de congelamento, de redução drástica dos recursos nas áreas sociais, anulando, inclusive, por igual período, a vinculação constitucional. Faço apenas esse registro para dizer que, ao estar na audiência pública da PEC 55, Deputado Izalci, estou também zelando pelo debate acerca da educação, porque entendo que essa proposta, se for aprovada, vai afetar duramente toda a agenda do novo Plano Nacional de Educação.

Por fim, peço licença aos senhores e às senhoras para me retirar agora porque está sendo realizado o 1º Seminário de Monitoramento das Metas do PNE 2015/2016, aqui no Conselho Nacional de Educação. Estou indo para lá, representando a Comissão de Educação do Senado, da qual sou Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradeço a V. Exª e passo imediatamente à Srª Mariza Abreu,



Consultora Legislativa da Câmara dos Deputados.

A SRª MARIZA ABREU – Boa tarde. Quero agradecer o convite, cumprimentar o Deputado Izalci, o Senador Pedro Chaves, todos os que foram convidados para este debate, os demais Parlamentares presentes.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que essa medida provisória tem dois conteúdos bastante distintos e que não necessariamente precisavam – e isso é também uma conclusão de um colega da Consultoria da Câmara – participar do mesmo diploma legal.

A primeira parte da medida provisória trata do que a gente convencionou chamar de reforma do ensino médio que, sinteticamente, é a flexibilização do currículo, é substituir esse currículo único, engessado, de treze disciplinas iguais para todos os alunos do ensino médio brasileiro, por um currículo flexível. A segunda parte é o que a própria medida chama de políticas de fomento ao tempo integral nas escolas estaduais de ensino médio. Além de serem dois temas diferentes, que podem estar juntos, mas não necessariamente precisavam estar juntos, o que entra imediatamente em vigência é a política de fomento ao tempo integral, inclusive com documentos legais já editados pelo Governo Federal.

Nós já temos uma portaria do Ministério da Educação, que saiu no dia 10 de outubro, e uma resolução do FDE, publicada na última sexta-feira, que, confesso aos senhores, ainda não consegui tomar pé do que significa. Na parte da reforma, o próprio texto da medida provisória prevê que ela entrará em vigência no segundo ano letivo após a publicação da Base Nacional Curricular, para a qual não se tem prazo para acontecer. O único prazo que o PNE previa era o do envio pelo MEC ao Conselho Nacional de Educação, o que já não foi cumprido, com toda a turbulência que o País passou a viver, do ponto de vista econômico e político.

A partir de janeiro de 2015, os prazos do PNE foram todos descumpridos. Os que tinham de ser cumpridos no primeiro e segundo ano já não foram. Depois que a base for para o Conselho Nacional de Educação, não há prazo estabelecido na legislação federal para o Conselho concluir esse trabalho.

Portanto, é importante que a gente analise a medida provisória considerando estes dois conteúdos: a política de fomento ao tempo integral e a proposta de flexibilização de reforma do currículo com flexibilização do currículo.

A política de tempo integral prevê um repasse de recursos do Governo Federal para os Estados por meio da adesão dos Estados, e é na portaria do MEC que se encontram esses dados, o número máximo de escolas que poderão integrar essa política, com um número máximo de escolas por unidade federada que poderão ser inscritas e o número máximo de alunos. Ora, para que a gente tenha isso presente, o número máximo de escolas que poderão ser contempladas é de 572. No censo escolar de 2015, o Brasil tinha 19.113 escolas estaduais com oferta de ensino médio. Quinhentas e setenta e duas para 19 mil. Um máximo de 257 mil alunos, o que corresponderia, na matrícula que a gente trabalha hoje, a 3,8% dos alunos em tempo integral. Hoje o Ensino Médio tem 5,6% de matrículas em tempo integral.

Além disso, a meta do Plano Nacional de Educação é geral para a Educação Básica. Ela propõe que, até 2024, no mínimo 50% das escolas e no mínimo 25% dos alunos da Educação Básica, incluindo todas as suas etapas, tenham o direito ao tempo integral. Em 2014, tínhamos 42% das escolas e 15,7% dos alunos, considerando as metas de 2024.

A Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira do Senado Federal fez um estudo sobre a PEC, em que afirma que não há, nem no texto da medida provisória nem na justificativa, o custo de implementação, disso, quanto isso custará.

Há uma notícia do MEC – fui conferir, achei, há inclusive um gráfico no site do Ministério da Educação – que diz que essa política custará R\$1,5 bilhão em dois anos. Aí a Consultoria de Orçamento aqui vai buscar onde é que está esse dinheiro na LOA. Diz que conseguiu uma informação de técnicos do MEC dizendo que está num item do orçamento chamado Ação e Desenvolvimento da Educação Básica que, em 2016, tinha R\$70 milhões previstos; em 2017, tem R\$837 milhões, portanto, conclui a Consultoria de Orçamento que, para o ano de 2016, estaria previsto dentro dessa rubrica. E conclui também que o maior impacto será para os Estados e para o Distrito Federal, que são os responsáveis pela oferta de Ensino Médio.

Olha, em relação a isso, eu particularmente tenho a seguinte preocupação: acho que existe hoje, no País, uma enorme insegurança na relação dos Entes Federados, Municípios e Estados, com o Governo Federal quando se trata de financiamento de políticas.

Aconteceu aqui também, Senadora Fátima Bezerra. Os senhores sabem que o Brasil Carinhoso é um repasse de recursos para manter o custeio de creche, uma lei de 2012, que também foi resultado de conversão de medida provisória, e, pelos dados de uma nota técnica do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, por esse programa, foram repassados para os Municípios brasileiros R\$529 milhões em 2013; R\$765 milhões em 2014; R\$896 milhões em 2015. Entretanto, uma medida provisória do Governo Federal, de 23 de dezembro de 2015, regulamentada por um decreto da Presidência da República, de 29 de dezembro, e por uma resolução



do FNDE, de 29 de dezembro, mudou as regras para o dia 1º de janeiro, e os Municípios brasileiros estão recebendo, por esse Programa, este ano, R\$405 milhões e deixaram de receber R\$490 milhões pela regra anterior à modificação dessa medida provisória.

Essa medida provisória não chegou a ser votada no prazo de 120 dias, em função da turbulência do *impeachment*. Foi reeditada pelo Governo atual, foi votada no Congresso Nacional, foi sancionada no dia 10 de outubro e ainda com veto da Presidência da República. Então, a lei, que tinha um valor de transferência igual a 50% do valor mínimo nacional do Fundeb era para ser “até 50%”, porque “até 50%” pode significar zero – desculpem-me a franqueza. O Congresso votou com, no mínimo, 50%, e a Presidência da República vetou. Ou seja, hoje não há nenhum referencial na legislação para esse repasse de recursos.

Ora, isso aconteceu agora. Tiramos os R\$490 milhões da creche conveniada e pública brasileira. Eu acho que a primeira pergunta que o Congresso precisava fazer é: de onde, neste momento de crise, de contenção de gastos, está saindo esse recurso para o Ensino Médio em tempo integral? E qual é a garantia que os Estados e o Distrito Federal podem ter de que esse dinheiro vai ser mantido no processo da implementação dessa política?

De qualquer jeito, isso significa Ensino Médio em tempo integral para mais 3,8% dos alunos, chegando a 9% do total, e caberá aos Estados e Municípios manter isso depois que esse recurso deixar de ser repassado e, principalmente, caberá a eles a continuidade da expansão. Então, realmente, é uma questão bastante complicada do ponto de vista da relação federativa. As políticas criadas no Governo Federal se interrompem no financiamento e quem assume a continuidade são os entes federados efetivamente responsáveis, pela Constituição do Brasil e pela Lei de Diretrizes e Bases, pela oferta à Educação Básica.

Em relação à reforma do Ensino Médio em particular, eu não tenho dúvida, acho que todos aqui falaram nesse sentido, que o Ensino Médio no Brasil tem que ser modificado. Não é possível esse currículo único, engessado, com o único objetivo de acesso ao Ensino Superior, deixando a grande maioria dos jovens ou os que nem chegam ao Ensino Médio, mas aqueles que chegam, sem nada, porque não entram no Ensino Superior e ficam sem nenhuma formação.

A grande pergunta para nós – desculpem-me o viés de professora de história e de quem trabalhou muitos anos na Consultoria Legislativa da Câmara – é até que ponto é a LDO que impede essa flexibilização ou é a cultura arraigada na sociedade brasileira e uma concepção de nobreza portuguesa que predomina na sociedade deste País?

Para os senhores terem uma ideia, eu vou voltar atrás, no histórico da educação brasileira, a Lei nº 5.692, que foi a reforma do ensino de 1º e 2º graus, de 11 de agosto 1971, era muito mais prescritiva, a Lei de Diretrizes e Bases de 1971 e os pareceres do Conselho Federal de Educação que lhe sucederam. Lá estava dito o seguinte: as matérias do currículo de 1º e 2º graus têm que ser trabalhadas na forma de atividades, nas quatro primeiras séries do 1º grau; na forma de áreas de estudo, de 5ª a 8ª série do primeiro grau; e na forma de disciplinas no ensino de 2º grau.

A nossa LDB, que levou oito anos tramitando para construir o consenso em torno de uma lei que efetivamente permitisse o avanço na educação no Brasil, é propositadamente flexível, não determina como é que o currículo escolar tem que ser trabalhado. As expressões que a LDB usa são “o estudo de Língua Portuguesa e Matemática” e “componente curricular obrigatório”, sem dizer que tem que ser disciplina a área de estudo, etc. Sem dizer inclusive, naqueles dois parágrafos tão problemáticos da Arte e da Educação Física, que esse componente curricular obrigatório tem que ser oferecido na forma de disciplina em todos os anos letivos. A LDB não diz isso. O texto original de 1996 só usa a palavra “disciplina” num dispositivo do título Ensino Médio e quem efetivamente engessa um pouco essa flexibilidade é a lei de 2008, que introduz a Filosofia e a Sociologia, como disciplinas – aí com a palavra “disciplina” – obrigatórias nos três anos do Ensino Médio, que é um contraponto à flexibilidade do texto original da LDB.

Olha, na minha percepção, o que tem dificultado uma flexibilização do currículo do Ensino Médio, que ninguém que discute a educação brasileira se contrapõe, é uma cultura arraigada na nossa sociedade. Nós somos uma sociedade que despreza o trabalho manual, nós somos uma sociedade que valoriza o doutor em geral. Desculpem-me, inclusive, usar uma expressão que pode não ser entendida por todo mundo, mas no Brasil qualquer cidadão negro ou pardo, de setores populares, se dirige para qualquer branco de classe média e chama de doutor. Eu gostaria de saber em que outro país do mundo existe cela na cadeia diferenciada para quem tem nível superior? Como é que a gente vai mostrar para os jovens do Brasil que essa concepção de que o único objetivo do Ensino Médio é preparar todo mundo para o Ensino Superior, metade cai antes, metade que chega lá não termina e parte dos que terminam nem conseguem emprego com o diploma de ensino superior, sem fazer este debate, sem mostrar para eles que nós estamos com uma concepção errada na sociedade brasileira. Senão não adianta, a gente vai mudar a lei e a coisa não vai mudar lá embaixo.



E vejam que muitos aqui, antes de mim, falaram sobre o risco de uma mudança desse tipo significar mais desigualdade – percebem? Foi um pouco do que aconteceu com a reforma de 71, quando se obrigou a profissionalização no nível do Ensino Médio para todo mundo. O que aconteceu? As escolas privadas da elite continuaram com o seu currículo geral e introduziram disciplinas de profissionalização em fotografia, *hobby* da classe média alta, e a escola pública teve que se adequar à profissionalização obrigatória. Com isso, a distância de qualidade das duas redes de ensino aumentou.

Então, como é que a gente faz uma flexibilidade do currículo garantindo que isso não aumente a desigualdade? E, ao mesmo tempo, como é que a gente enfrenta o debate de que ser democrático e justo não é tratar desiguais como iguais? Nós temos que ter tratamento diferenciado para quem é desigual para que todos tenham chance.

Eu tive a oportunidade histórica de visitar — fomos juntas, não é Dorinha? — a Finlândia. A Finlândia, que é a primeira em qualidade de educação no PISA, tem um currículo absolutamente diversificado. Nós fomos levadas a visitar uma escola técnica, que corresponde a um Senac aqui, de formação de profissionais como cabeleireiros para institutos de beleza, pessoal para restaurantes, com um nível de qualidade de laboratórios incrível. E existem escolas técnicas propedêuticas, escolas de Ensino Médio propedêuticas, com ênfases curriculares. A que nós visitamos tinha ênfase em artes visuais, não eram artes em geral. E o que tinha de laboratório aquela escola.... Eu saí da escola deprimida, porque nem as nossas escolas técnicas têm os laboratórios que aquela escola tem.

Eu tive a oportunidade de visitar também o sistema de educação do Canadá. O Canadá, eu já disse aqui também, não tem nem Ministério da Educação, é uma federação em que cada província tem o seu gestor da educação.

Na Província de Ontário, a mais rica do Canadá, o currículo de Ensino Médio tem três caminhos, três terminalidades, *work, college e university*.

A escola que eu visitei, juntamente com o Sinepe, com o sindicato das escolas privadas do Rio Grande do Sul, é uma escola rica, de elite, que só forma para a universidade. Os currículos dessa escola eram: engenharias, ciência da computação, matemática e negócios (*Math and Business*), ciências da natureza, ciências humanas e artes.

A segunda coisa que eu quero dizer é o seguinte: um debate pode estar sendo feito há muito tempo e ainda não estar maduro. Por exemplo, eu não tenho clareza de que os itinerários formativos devam corresponder às áreas do conhecimento. Nesses exemplos que eu dei para os senhores não é assim. Existem inclusive emendas nesse sentido. Há duas emendas apresentadas aqui. Uma propõe que os itinerários formativos sejam: ciências físicas, engenharia e computação. O outro: ciências biológicas e da saúde. O outro: linguagem e literatura. O quarto: ciências sociais e econômicas. E o quinto: formação técnica profissional artística e desportiva. E, ainda, a outra emenda propõe: ciências biológicas, ciências exatas e da terra, ciências humanas e sociais, letras, artes e formação técnica e profissional.

Eu acho que nem nisso há uma maturidade suficiente para que a gente consiga implementar.

E uma última questão, encaminhando-me para o final: o art. 2º da medida provisória faz uma proposta de mudança na Lei do Fundeb. Em relação a essa eu quero me posicionar contra, propondo aos senhores que, por favor, suprimam-na da medida provisória.

Os senhores sabem que os recursos do Fundeb são distribuídos entre a rede estadual e as redes municipais de cada Estado brasileiro por dezessete ponderações. O que a medida provisória está fazendo é propor a inclusão de duas outras ponderações. Bom; a primeira ponderação incluída se chama “formação técnico profissional, de acordo com o inciso V, do *caput* do art. 36”. Só que já existe, e a medida provisória não está suprimindo, uma outra ponderação que é “Ensino Médio integrado à educação profissional”. Então, são a mesma coisa. É redundância, é sobreposição de financiamento.

Segunda proposta da medida provisória como ponderação nova: que se remunere aquele jovem que faz o segundo itinerário formativo depois de ter concluído o Ensino Médio com o primeiro. Só que lá no dispositivo onde isso está previsto diz: “desde que haja vaga para isso”.

Então, primeiro: esse jovem já concluiu o Ensino Médio? Ele não pode ser financiado com recursos do Fundeb! Segundo, a própria medida provisória está considerando que isso só pode ser oferecido se houver vaga, ou seja, não tem um custo adicional, só o da folha de ofício, porque não é da carga horária de professor ou dos dias que o professor vai usar.

Olha, gente, o Fundeb – e me desculpem a sinceridade – é uma disputa federativa entre Estados e Municípios. Toda vez que a gente aumentar o recurso do Ensino Médio, por mecanismos desse tipo, a gente está proporcionalmente retirando do Ensino Fundamental e da Educação Infantil. A gente está colocando nas mãos dos governos estaduais e retirando dos seus respectivos municípios.



Além do que – e eu inclusive participei de uma audiência na Comissão de Educação do Senado sobre isso no início do ano passado –, o Fundeb tem vigência até 2020. O grande assunto dos anos de 2019 e de 2020 deste País, do Governo eleito em 2018, na área da educação, será a substituição do Fundeb. Então é lá que isso tem que ser discutido, e não aqui. Além do que, se isso só vai entrar em vigência no segundo ano depois da promulgação da base, qual é a necessidade de fazer isso agora?

Então, em relação a essa mudança do Fundeb, a minha posição, clara para os senhores, é que tem que ser suprimido da medida provisória.

(Soa a campanha.)

A SRª MARIZA ABREU – Em relação ao tempo integral no Ensino Médio, o meu pedido aos Srs. Parlamentares que compõem esta comissão é que é preciso que tenhamos mais informações sobre o financiamento, a origem desses recursos, e que a priorização da expansão do tempo integral no Ensino Médio não venha em prejuízo de políticas correspondentes no Ensino Fundamental.

Não tem como resolver o problema do Ensino Médio, ele precisa de uma atenção especial, com reforma de currículo, se a gente não tratar da educação básica no seu conjunto.

E em relação às mudanças feitas na Lei de Diretrizes e Bases que apontam em direção à reforma do currículo, na minha opinião, algumas delas são desnecessárias, por exemplo, não é preciso mudar aqueles parágrafos relativos ao ensino da arte e ao ensino da educação física. Ali se fala em componente curricular obrigatório sem dizer que é em todas as séries, sem dizer que é na forma de disciplina. Gerou-se um debate bobo em relação a isso, porque a educação física e a arte estão incluídas na área de linguagens, só que a medida provisória, diferentemente do que faz o projeto, não descreve isso.

Então, quem não acompanha esse debate ficou achando que tinha tirado. Não tirou coisa nenhuma. Está lá na área de linguagens, mas não ficou claro. Então, não precisa mudar isso. Agora, acho que é uma discussão importante a questão da língua estrangeira, porque a mudança não é feita só para o Ensino Médio. Já é feita para o ensino fundamental também, tornando obrigatória a oferta de inglês a partir da 6ª série. Eu, em particular, concordo com isso, mas acho que isso tem que ser consensual na sociedade brasileira.

E acho que os senhores têm uma grande tarefa: fazer uma mudança enxuta na LDB que permita a continuidade do debate em relação a essa reforma, que só vai se concretizar mesmo com a proposta da base e da definição de itinerários formativos que correspondam às necessidades da sociedade brasileira e às necessidades, em especial, dos jovens brasileiros.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradeço à Profª Mariza.

Concedo a palavra, agora, aos Parlamentares, de acordo com a ordem de inscrição.

A primeira inscrita é a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente. Ao cumprimentá-lo, cumprimento todos os Deputados e Deputadas que se fazem presentes. Cumprimentando o Relator, Senador Pedro Chaves, cumprimento as Senadoras, os Senadores e os nossos convidados desta audiência pública, que acresceram muito a essa discussão. Fiz algumas anotações que vão embasar, obviamente, o meu juízo de valor para a votação dessa medida provisória. Eu tenho muito pouco tempo. Diferente dos senhores, são apenas cinco minutos.

Acho que, de tudo o que foi colocado aqui, é importante dizer que nós já avançamos da primeira para a segunda audiência. Na primeira, ficamos muito afcionados à forma como estamos tratando a educação, o Ensino Médio, através da medida provisória, e discutimos muito pouco o mérito, as questões de conteúdo dessa medida provisória. Aqui nós já avançamos.

A Drª Maria Alice, embora não concorde que seja por medida provisória, não se refutou, em nenhum momento, em apontar avanços, erros, questionamentos. Isso é muito significativo e muito importante. A Deputada Maria do Rosário, na primeira intervenção que fez, foi muito precisa. Eu posso não concordar, mas, como educadora, não posso deixar de discutir, de dialogar. Então, estou aqui aberta a ouvir, por mais que ela tenha uma propensão a votar contra a medida provisória. E não tiro, de forma alguma, a justificativa que ela tenha. Mas acho importante, neste momento, entendermos a medida provisória como ela é. E eu aponte algumas coisas aqui.

Primeiro, ela é polêmica. Ela é polêmica na forma. Não deveria vir na forma de medida provisória – eu já disse isso –, mas os pressupostos constitucionais estão ali. A relevância e urgência ninguém discute. É relevante, porque a educação é a cura para todos os males – e o País está doente –, é a solução para transformar os nossos jovens e cidadãos, que são os futuros governantes deste País. Eles vão desenvolver o País se for através da educação unicamente. E a urgência também está presente. Ela está presente nos números que vemos nas



ruas, na geração nem-nem. Em cinco anos, subiu de 13% para 20% o número de jovens que nem estudam nem trabalham, como foram apontados os índices aqui: 20% não chegam ao Ensino Médio, fora aqueles que não estudam; dos que chegam, a evasão escolar chega a 17%. Então, o que sobra e que chega ao ensino universitário chega com uma defasagem pedagógica sem tamanho. Então, a forma é polêmica? É. Mas há preceitos constitucionais garantidos. Isso é o suficiente para que eu debata, sim, a medida provisória e vote favoravelmente a ela naquilo que entender que haja consenso.

Da mesma forma, ela é polêmica no conteúdo, como aqui foi colocado. Mas é importante lembrar que, mais do que polêmica, essa medida provisória é limitada. Ela é medida provisória do Ensino Médio. Ela não é medida provisória do ensino brasileiro. E, na medida provisória do Ensino Médio, é importante entendermos que a responsabilidade das competências constitucionais é do Estado, não é da União.

E concordo com a Profª Marisa quando diz: “Mas de onde vamos ter as fontes? Será que os Estados terão a segurança de que a União vai repassar esse recurso?” Não, não terá, Profª Marisa, mas, de qualquer forma, já é um *plus* diante da responsabilidade exclusiva pelo Ensino Médio, que é do Estado. Não estou dizendo com isso que não tenhamos – e concordo com a senhora – de fiscalizar e ter, talvez, mecanismos dentro da medida provisória para garantir que, pelo menos, nesses quatro anos iniciais, o Governo Federal vá, sim, aportar esse recurso para todas as escolas que passarão, a partir da medida provisória, o aluno de quatro horas para período integral, que é a questão do fomento.

Por fim, vou deixar para discutir o mérito... Como eu disse, o tempo é muito curto. Os colegas vão querer falar. Em relação ao mérito ainda na questão do limite, concordo. Nós realmente estamos limitados, no que se refere ao currículo e à flexibilização, à Base Nacional Curricular, que ainda não foi aprovada. Só que esta discussão que estamos fazendo aqui já vai compelir os movimentos, os conselhos e todos nós Parlamentares a pressionar para que a Base Nacional Curricular, sem açodamento, saia do papel e seja aprovada.

Por fim, uma palavra que foi dita aqui pelo Dr. Ricardo. Ele disse alguma coisa sobre um gesto para arrumar a casa. Eu, talvez, não colocaria assim, mas vejo a medida provisória como um gesto para discutir o sistema educacional do Ensino Médio no Brasil. E finalizo com essa colocação. Eu sei que os alunos podem não entender o que estamos fazendo aqui – por que por medida provisória? –, embora o sistema de ensino vá ser discutido em cada Estado, nas assembleias legislativas, junto a todos os alunos, que vão discutir, nas 200 horas flexíveis, o que eles querem e o que não querem para si.

(Soa a campanha.)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Mas eu falo em gesto, utilizo a sua colocação, porque, infelizmente, nós temos que agarrar com as duas mãos essa medida provisória para que, nas mãos competentes do Prof. Pedro Chaves, possamos aperfeiçoá-la, ouvindo a comunidade acadêmica, ouvindo os especialistas, que são os senhores, para avançar de algum modo, porque, do contrário, nesses dois anos deste Governo e nos governos que virão, não avançaremos, porque a agenda educacional nunca foi prioridade do Congresso Nacional. Não é em momento de crise como este, momento de crise política, momento de crise econômica, quando estamos discutindo PECs e outras questões, e não é quando não há crise, quando há uma alta taxa de emprego, quando todos estão felizes, com dinheiro no bolso. Aí é que não se discute mesmo educação. Fica resumido àqueles abnegados, àqueles heroicos professores, professoras, estudiosos da educação, que ficam anos... E foram oito anos para se discutir e aprovar a LDB e, depois, mais oito anos para discutir e aprovar o Plano Nacional de Educação.

Por isso, de todos os aspectos negativos, eu fico com o positivo. Pelo menos estamos em uma audiência pública, de inúmeras que teremos – Presidente, já estou encerrando –, para podermos aprovar aquilo em que há unanimidade, repito o que disse na reunião passada, aperfeiçoar aquilo que pode ser aperfeiçoado, com as contribuições dos senhores e das senhoras, e refutar, ou seja, eliminar do texto aquilo que os alunos e professores na comunidade acadêmica porventura entendam que não é o momento de ser aprovado.

Eu olho pelo lado do copo cheio e não pelo lado do copo vazio no que se refere à educação, sem partidarização, mas tendo o objetivo final, que é nós avançarmos. Tenho duas filhas: uma acabou de sair do Ensino Médio e a outra, acabou de entrar. Treze disciplinas em quatro horas – e elas estudam em período integral – é humanamente impossível. É uma insanidade pedagógica; é um crime que nós fazemos com os nossos alunos, ainda que demore mais algum tempo, que a Base Nacional Curricular venha, que nós possamos avançar, que demoremos mais três, quatro ou cinco anos, mas é preciso dar o pontapé inicial, sair do diagnóstico e passar para a ação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Senadora.

Próxima inscrita, Deputada Maria do Rosário.



A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu o cumprimento, cumprimento também o Senador Pedro Chaves, Relator, e todos os convidados. Uma audiência bastante importante para os trabalhos desta Comissão, com pronunciamentos realmente relevantes e significativos.

Agradeço à Senadora Simone Tebet a referência de valorização do debate que estamos realizando. Nós devemos fazer este debate. Aliás, os estudantes, que estão participando dos movimentos estudantis neste momento – e os educadores também –, reivindicam exatamente participar deste debate. E, quando nós produzimos aqui uma crítica sobre a metodologia que o Governo utilizou, nós não o fazemos por outro motivo que não compreendermos que, ainda que o Congresso Nacional chegue a uma conclusão sobre essa medida provisória, essa conclusão poderá estar sem uma sintonia adequada com o pronunciamento que os educadores brasileiros, que os estudantes brasileiros, que a sociedade o tenham, e em educação isso pode significar não ser implementado.

Quando resistências se movem dentro das escolas, quando resistências se movem na sociedade, é muito mais difícil implementar mudanças em estruturas necessariamente capilarizadas, descentralizadas, múltiplas, complexas como é um sistema educacional.

Criticamente eu vejo, diante da medida provisória sobre a reforma, alguns aspectos. O primeiro é de não perceber o impacto sistêmico das medidas que são aqui propostas, tanto no Ensino Fundamental, no Ensino Superior, quanto particularmente na questão das licenciaturas.

Não é ao acaso que levantamos o tema do notório saber. Mesmo que ele esteja direcionado aqui às questões tecnológicas, à educação tecnológica e técnica no plano do Ensino Médio, sem dúvida que nós, ao longo dos últimos anos, constituímos um consenso, Independentemente da posição que tenhamos aqui, de que tínhamos que trabalhar mais qualidade, e nós não estamos trabalhando, com esta medida, o desafio da qualidade.

Eu fiquei muito sensibilizada pelo pronunciamento do Professor, Diretor Danival Roberto Alves, porque, quando o Professor Danival disse aqui que aumentar para 1,4 mil horas sem mudar pedagogicamente a escola não vai garantir a educação matemática. Ele utilizou o exemplo do conhecimento matemático, mas nós podemos buscar, nas expressões trazidas pelo Professor Danival, exemplos para todas as outras áreas. Certamente que o Brasil precisa dedicar-se à formação de professores. Certamente que nós não podemos ter obstrução de investimentos que iniciamos a fazer para resolvermos a realidade perversa de 42% dos professores sem formação na área em que ministram as aulas, como lembrou aqui, de forma muito significativa, a Drª Maria Alice Setubal.

Então, nós temos problemas concretos na educação, que, em meio à LDB, que está aqui produzida...

(Soa a campanha.)

... a de 1996, e ao Plano Nacional de Educação, tinham metas e diretrizes. A própria Base Nacional Comum Curricular.

Como nós vamos decidir sobre essa reforma sem concluirmos um processo em andamento e sem analisarmos as medidas que tramitam no próprio Legislativo?

Eu volto a fazer um apelo, sobretudo diante do pronunciamento da Consultora, minha professora, Professora do Instituto de Educação General Flores da Cunha, em Porto Alegre, no início das suas funções como educadora, Profª Mariza Abreu: sem também tratarmos do financiamento e sem observarmos as decisões que estão sendo tomadas na PEC nº 55, como nós vamos decidir aqui sem Estados e Municípios?

Portanto, senhores e senhoras, eu concluo dizendo que nós estamos ouvindo, e faria, Sr. Presidente, uma última observação como pergunta: na educação noturna, como foi trazido também pela Maria Alice Setubal, como ficarão os alunos dos cursos noturnos, os alunos do EJA Ensino Médio? Qual é a base que será formada para garantia da sua certificação?

Eu não concordo que o Enem não certifique, Prof. Danival. Eu acho que nós temos que continuar, mas, sinceramente, associe-me àqueles movimentos que são críticos. Acho que os invisíveis aqui não estão sendo vistos.

Mais uma vez, os alunos da noite, os alunos que estão dentro das instituições, que estão cumprindo medidas socioeducativas, aqueles que estão fora de um sistema, para eles isso não significa mais qualidade, e para os alunos em geral também não, porque não trata da questão essencial, que é a formação de professores.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Professora funcionamento.

Próximo inscrito, Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Presidente, Relator, convidados, primeiramente, é importante dizer que, de fato – e eu trabalhei essa matéria durante uns quatro anos –, nós buscamos uma convergência entre o



que propõe o Conselho Nacional de Educação e a Câmara Temática de Ensino Médio, que são as diretrizes do Ensino Médio inovador. Isso é fato. Não há muita diferença. Isso ocorreu, praticamente, há 20 anos, quando, em 1998, o Conselho Nacional de Educação propôs algumas diretrizes. De fato, na prática, nós não tivemos, o Estado brasileiro, capacidade de implementar essas diretrizes.

Quando a Comissão de Estudo da reforma do Ensino Médio propôs transformar essas diretrizes em um projeto de lei tinha interesse, evidente, em fortalecer a LDB e não enfraquecê-la, na perspectiva, de fato, de que os entes federados, em regime de colaboração, pudessem buscar uma saída objetiva, prática para melhorar o Ensino Médio no Brasil. É sobre isso que se trata. No entanto, isso não é simples, porque estamos tratando do tema da educação.

É evidente que o tema tem relevância, mas não tem essa urgência, até porque o próprio texto da medida provisória se contrapõe à questão da urgência, já que diz que é para 2018. Então, é muito contraditório. E essa ação de editar medida provisória colocou dinamite em todas as pontes. Assim, continuo com essa tese porque fui a Diamantina e em todos os lugares que passo eu tenho que ir nas escolas ocupadas, falar nas universidades. Ou seja, um diálogo de quatro anos foi colocado por água abaixo por conta da precipitação em editar uma medida provisória. E quem me conhece sabe que eu faço a política do diálogo, buscando consensos progressivos para que possamos encontrar uma forma

Portanto, eu acho que a única saída que teríamos, de fato, se há o desejo de unificar todos os entes federados e toda a comunidade acadêmica neste debate e envolver mais os governadores e os secretários estaduais de educação, seria retirar a medida provisória e o Governo editar um PL. Não teria problema algum. Coloca urgência e vamos debater. Esta seria uma forma de unificar o País nessa temática.

Houve muita desinformação quando a medida provisória foi editada. A Consultora Mariza Abreu colocou muito bem: de fato não retiraram as disciplinas, mas também não deixaram explícito. E chegaram na entrevista dizendo que iam retirar. Isso criou incertezas e muitas dúvidas nesse processo.

Nós estávamos construindo - e vou entregar para os senhores, está quase pronto - um quadro comparativo. Está aqui: o que é hoje a LDB, o que a medida provisória propõe, o que o projeto original estava propondo, o nosso substitutivo, o que o Conselho Nacional de Educação entregou para nós da Comissão como devolutivo, o que o próprio Consed entregou está aqui. E ainda vou fazer outro quadro, que é a ideia dos acordos que estabelecemos, acordos que eu, conduzindo o processo pessoalmente, estabeleci e assumi de compromisso. Portanto, quero aqui apresentar uma proposta de substitutivo global e quero ir na direção do que muitos falaram aqui. Por exemplo, não podemos ter duas escolas: uma que tem tudo e outra que não tem nada. A política de fomento do Estado, que o Governo está propondo, é para ter 99% das escolas que não têm nada e 1% de escolas que têm tudo. Em Minas Gerais será isto: são 3.350 escolas e vamos atender somente 30 escolas - e no máximo até quatro anos, isso porque pode abandonar -, depois vamos entregar as contas para os governadores.

Isso está errado, porque quem opera o Ensino Médio são os governadores, são os Estados. Então, precisamos estabelecer um diálogo maior com eles. Nessa perspectiva, o Ricardo Henrique coloca muito bem isso, nós estávamos construindo para o substitutivo global uma perspectiva de Ensino Médio real, aquele possível de implementar pela realidade do País. E concordo plenamente tanto com o Ricardo Henrique quanto com a Prof. Maria Alice Setubal que não precisa ser mais de três mil horas. Um ensino de mil horas é suficiente.

E quero aqui repudiar também parte da medida provisória...

(Soa a campanha.)

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Só para concluir, Presidente.

Quero aqui repudiar também parte da medida provisória que não deixa com muito transparente – e é o que na prática vai ocorrer – que, na falta do financiamento, a medida provisória abre uma possibilidade de termos um Ensino Médio, no Brasil, de formação geral, com apenas 400 horas. Isso é um absurdo! Quando a medida provisória coloca que não poderá ser superior a 1.200 horas, estamos dizendo que os governos, na ausência de ampliar a carga horária, vão partir para o pragmatismo e estabelecer um Ensino Médio de 400 horas/ano de formação propedêutica, de conhecimentos gerais. É muito pouco para um aluno do Ensino Médio que já vem com dificuldade de formação em conhecimentos gerais do Ensino Fundamental nas séries finais.

Então, é importante encontrarmos um tamanho. Qual a carga horária ideal para a reforma do Ensino Médio que estamos propondo? Quero ressaltar isto. Mas quero também dizer que em outra oportunidade vamos pontuar, mas é importante construirmos essas convergências e acho que a melhor convergência que temos condições de construir seria a de retirar a medida provisória e o Governo editar um projeto de lei, colocando urgência e emergência. Assim, teríamos mais tempo e a sociedade brasileira poderia também ser envolvida nesse debate de maneira mais democrática.



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – O próximo inscrito é o Deputado Celso Jacob.

O SR. CELSO JACOB (Bloco/PMDB - RJ) – Sr. Presidente, Deputado Izalci; Senador Pedro Chaves, Relator; nossos convidados debatedores, a quem parabeno pela alta qualidade do debate e pelo envolvimento com os assuntos; demais colegas Deputados, Senadores, Senadoras, alguns pontos ficaram bem claros para mim e sobre eles temos que mergulhar.

Sobre o financiamento do Ensino Médio integral, vamos ter que mergulhar nisso e saber quem paga essa conta de maneira clara, de maneira eficiente, sem fugir desse debate. A questão da estrutura das escolas - informática, laboratório, biblioteca e outros - é uma questão grave porque sabemos que Brasil afora as escolas têm uma estrutura muito pouco recomendável, tanto é que funcionam mal, na maioria dos casos, em função dessa estrutura que não existe. Mas isso não quer dizer que não tenhamos que debater agora e que tenhamos que protelar. Esse é um assunto que na própria Câmara já vem longos anos. Não é uma coisa inovadora, de repente, que está um corre-corre.

Nós temos uma realidade ruim no Ensino Médio, a qual precisamos combater e enfrentar. Acho que agora é o momento, sim, levando em conta algumas variáveis que são importantes de serem lembradas.

Em relação à questão do Ensino Médio noturno com o Ensino Médio integral, em horário integral, isso não pode passar em branco. Temos que saber como lidar com isso. De um lado vamos ter condição de expandir mais, mas, de outro, vamos ser prejudicados pelo próprio horário, porque noturno é noturno, só tem aquele ensino dentro daquele horário. E temos que tentar combater com todas essas medidas a evasão escolar que existe, que é gradual e grave. Os dados foram mostrados aqui, ninguém desconhece. Aliás, os conteúdos dos debates foram de alto nível. Os assuntos que estou falando aqui foram todos abordados pelos senhores, uns mais destacados pela Profª Maria Alice Setubal, principalmente sobre essa parte de estrutura, ela deu um destaque bom. Mas todos vocês falaram de modo geral...

Na realidade, nós sabemos que a educação tem um problema grave no Brasil. Então, vamos sair do discurso para tentar fazer na prática alguma coisa inovadora e clara.

Como pergunta, vou deixar destaques: a questão da estrutura e a questão do Ensino Médio integral e do Ensino Médio noturno, ou seja, como combater isso.

Aliás, essa foi uma questão que nós levantamos na minha região. Nós estamos debatendo isso com os professores, nós tivemos já várias reuniões e vamos agora ter uma audiência, lá na minha cidade, chamando todo o pessoal da região para discutir e trazer um documento de contribuição para a nossa Comissão, dando sugestões e abrindo temas para discussão.

Então, esses assuntos foram batidos na semana passada na minha cidade e alguns assuntos foram bem amplamente debatidos. Então, estão bem claros os problemas, e vamos ter que achar soluções na relatoria, com o Presidente, com a nossa Comissão na votação. Não quer dizer com isso que, se a gente não enfrentar, está resolvido o problema. Mas nós vamos enfrentar.

Há dificuldades? Há. Eu acho que, para pontuar mesmo, é isso. A questão da infraestrutura, e a questão do ensino integral e do ensino noturno.

É isso o que eu queria deixar como pergunta a ser respondida.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Deputado.

A última inscrita é a Deputada Professora Dorinha.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – Boa tarde a todos os Deputados, ao Presidente e ao nosso Relator.

Eu queria começar lembrando que o termo que é abordado hoje na medida provisória “Ensino Médio integral” nasce no PL. O PL já nasceu com esse nome esdrúxulo, fazendo uma marcação de posição. Então, não caiu agora, de modo repentino, na medida provisória. Já estava tratado.

Eu queria lembrar que essa discussão entre esperar a Base Curricular Nacional Comum terminar e a reforma do Ensino Médico tem fomentado o debate, inclusive, de alguns Deputados que defendem que a base deveria passar pelo Congresso, que deveria uma terminar e aguardar a outra, sendo que, na verdade, o desenho precisa trabalhar de maneira paralela, eu entendo, porque existem muitas políticas decorrentes. Por isso, eu discordo em parte quando algumas pessoas mencionam que não tem essa urgência, uma vez que vai ser só daqui há dois anos.

Só que tem material didático, livro didático que vai ser construído, reorganizar toda a parte da formação de professores. Eu queria concordar de maneira muito especial com o que foi colocado aqui pelo Prof. Danival sobre a questão da formação. Mas eu queria ir além: na verdade, o problema de formação de professores não se limita ao Ensino Médio. Nós temos um problema gravíssimo na formação de professores do primeiro ao quinto ano, do sexto ao nono e no Ensino Médio.

Do primeiro ao quinto, eu tive a oportunidade de acompanhar de perto o início da pesquisa da Bernadete



Gatti, que todos conhecem bem, em que ela mostra que professores que trabalham do primeiro ao quinto ano não são preparados para trabalhar com os conteúdos que vão tem que ensinar aos seus alunos: língua portuguesa, matemática.... Nem alfabetização. Menos de 16% dos cursos avaliados trabalhavam com a disciplina de alfabetização, como se isso viesse naturalmente, ou por osmose para os professores.

Então, o problema de formação – e aí há um grande desafio da chamada “autonomia universitária”, o papel do Conselho Nacional de Educação, que define as diretrizes nacionais de formação dos professores –, ou seja, formar o professor que a escola requer.

Eu já fui secretária e a Marisa também. Quantas vezes a gente tinha que contratar uma universidade para formar os professores do jeito que a escola precisava, para melhorar a sua formação? Então, concordo plenamente que esse exercício em relação à formação de professores precisa ser enfrentado de maneira geral na educação, e, no caso do próprio desenho do Ensino Médio, que não é de disciplina, nós estamos trabalhando com uma ideia de área de conhecimento, muito mais ampla. E isso quando, hoje, os nossos professores são formados, com grande deficiência, por disciplina, no caso do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Então, eu acho que esse, talvez, seja o maior desafio, que não é só da reforma do Ensino Médio, mas da educação básica, isto é, o nosso desafio da qualidade.

Eu queria fazer uma colocação e uma pergunta até, pois o Ricardo Henriques trabalhou, tendo sido Secretário do Ministério da Educação nessa área.

Eu tenho ouvido de algumas pessoas essa preocupação com Ensino Médio noturno – e essa foi uma das que eu levei para comissão. Nós chegamos a um determinado momento – e o Deputado Reginaldo deve se lembrar – a trabalhar com o Ensino Médio noturno com uma duração maior, com quatro anos de duração se não me engano, já que a gente ia ampliar o Ensino Médio diurno, para que a desigualdade não se ampliasse em alguns Estados, e isso é muito significativo, porque o Ensino Médio é noturno. E muita gente tem dito: “por que não trabalhar com Educação de Jovens e Adultos remodelada, nessa lógica do Ensino Médio?” E isso para o público que deveria fazer o Ensino Médio, uma vez que já são jovens, na grande maioria das vezes, que estão em situação de idade/série em atraso.

O que você pensa disso?

E peço a contribuição da Maria Alice também, haja vista que o Cenpec lida com essa questão de aceleração, inclusive, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Uma outra situação que me preocupa é quando o Ricardo faz menção...

(Soa a campanha.)

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – ... e isso tem a ver com financiamento – sobre os diferentes trajetos.

O Brasil que eu enxergo vai colocar, na grande maioria das nossas cidades, que são pequenas cidades com uma escola de Ensino Médio.... Eu acho que a escolha vai ficar muito limitada, e o risco que nós corremos é de o sistema definir o trajeto de acordo com os professores e com a estrutura que tem.

Na verdade, isso é uma “flexibilidade” de faz de conta, uma vez que muitas cidades têm uma escola de Ensino Médio, quem sabe duas, pelo tamanho das cidades e pela questão da oferta. Então, essa é uma preocupação que também tenho.

Para finalizar, sobre um comentário que a Marisa fez, eu quero dizer que concordo quanto à questão do não financiamento para a segunda formação. Ele já teve e, obviamente, só vai fazer se houver vaga; e, se houver vaga, não há custo adicional.

Quanto à questão do ensino técnico e profissional, acho que ele tenta colocar, na medida em que abre...

(Soa a campanha.)

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – ... o desenho de uma escola formativa, essa preocupação. Eu gostaria que você falasse sobre isso.

E gostaria de lembrar, quando você disse que os Estados não foram chamados, que esse projeto – 90% dele – foi entregue pelo Consed ao Ministério da Educação.

Eu concordo a questão do financiamento. Acho que nós estamos longe de conseguir dar conta desse desafio, não só do Ensino Médio, mas da Educação Básica com a questão do financiamento. E não acho que o desenho que temos hoje, que apresenta, no edital de adesão dos Estados, um número pequeno de escolas e a questão do financiamento.... Acho que é muito mais um provocativo para os Estados se mexerem e se reorganizaram do que pensar que esse financiamento aqui anunciado pelo MEC vai motivar que Estados façam uma adesão ou implantem um maior número de escolas. Acho que é muito mais como uma provocação e um apoio para os sistemas desenvolverem esses diferentes trajetos.



No mais, eu acho que é muito interessante para o nosso Relator, pois são olhares diferentes com o mesmo foco no nosso desafio em relação à questão do Ensino Médio.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Ainda o Deputado Wilson Filho.

O SR. WILSON FILHO (Bloco/PTB - PB) – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais convidados, todos que estão presentes, na verdade, eu gostaria de agradecer, Presidente, pois eu recebi o quadro comparativo do substitutivo da Câmara com o texto da medida provisória, e gostaria de, inclusive, pedir à Secretaria da Comissão que o enviasse a todos os membros deste Colegiado.

Trata-se de um quadro comparativo, avaliando aquilo que foi debatido na Câmara exaustivamente e aquilo que foi apresentado na medida provisória. Creio eu que todos aqui, independentemente de opinião partidária ou de segmento partidário, todos aqui temos o mesmo objetivo porque pensamos que o maior gargalo da educação brasileira é a fase escolar chamada “ensino médio”.

A Senadora Simone Tebet vai concordar comigo que a sua filha, que acabou de concluir o Ensino Médio, tem 99% de achar o Ensino Médio atual uma verdadeira perda de tempo, porque não cumpre as missões que própria LDB coloca, que é formar o estudante para a vida e não anteriormente para um vestibular ou, hoje, essencialmente para um Enem, transformando um meio e uma fase escolar que deveria ser de aprendizado e de transferência de conhecimento para um mero decoreba, que é hoje o sistema que nós temos, ultrapassado, desinteressante e faz com que a evasão e as horríveis notas sejam os maiores problemas.

Eu acredito que nós deveríamos listar, como muito bem colocado pela Deputada Dorinha, alguns pontos polêmicos, alguns pontos que precisam de maior intensidade, Senador Pedro Chaves, da nossa dedicação. V. Ex^a, como relator principal, eu na função de relator revisor, e todos os membros desta Comissão, que têm o mesmo objetivo de tentar vencer essa etapa e melhorar a educação brasileira, acho que algumas polêmicas já são vencidas por si só, como falou a professora Marisa, também com respeito, seguindo a orientação da Senadora Simone Tebet, de lhe chamar de professora, mas a polêmica da extinção de alguns temas por si só se extingue, porque na hora que em pudermos, caso o relator assim entenda, listar temas que serão tratados nas áreas de conhecimento, essa polêmica desaparece, porque os temas continuarão existindo no nosso Ensino Médio. E vencendo polêmica a polêmica com argumentos de cada um dos lados. Com isso acho que esta Comissão chegará a um novo Ensino Médio que realmente modifique as futuras gerações e, se possível essa que ainda está estudando nessa fase ou quase entrando nessa fase.

Creio eu que essa deva ser a missão desta Comissão. Temos um tempo resumido, mas com eficiência e objetividade nós poderemos chegar a atingir o nosso maior objetivo.

Então essa é a minha humilde participação. Estou à disposição sempre nesta Comissão na função de relator revisor.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Deputado.

Antes de passar para as considerações finais, passo a palavra ao nosso Relator, Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco/PSC - MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Deputados, convidados em geral, convidados que participaram aqui da audiência pública, o nosso boa-tarde.

Eu achei que a reunião foi bastante rica. Eu consegui absorver muitas coisas importantes. Ainda vou conversar com os meus pares e discutir essa possibilidade que me parece muito factível, que é mudar de 800 horas para mil horas. Significa 25 horas por semana, o que daria um número extremamente significativo e viabilizaria também o curso noturno, porque você teria 25 horas por semana. O noturno, a gente poderia começar um pouquinho antes, e ele teria também essa mesma carga horária.

A gente poderia dedicar, talvez, 60% para a base nacional, 40% para os itinerários normativos. Depois vou discutir, tenho mais ou menos mapeada essa ideia. Obviamente vocês enriqueceram, e eu absorvi plenamente, estava pensando nisso.

Por outro lado, acho que peguei realmente o projeto da Câmara, que é muito rico, grandes depoimentos, pessoas até que terão oportunidade de depor aqui. E achei muita similaridade entre o projeto da Câmara e a medida provisória, como achei também do próprio PNE. Todos os documentos com os quais tenho tido contado, realmente, têm muitos pontos em comum. Acho que esse assunto já foi debatido há quatro. E há um conhecimento tácito e claro por parte dos Srs. Deputados e por todos aqueles que tiveram a oportunidade de ter o uso da palavra de que há realmente pontos muito comuns.

Acho que é plenamente viável a gente vencer esses pontos e verificar quais as divergências e absorver no relatório. Como prometi na vez passada, vou puxar para o relatório os pontos importantes que estão realmente no relatório da Câmara. São ricos, fora os depoimentos que nós estamos falando aqui. Acho que vai ser também importante.

Por outro lado, acho que o gargalo maior é a formação dos professores. Isso é uma preocupação bastante



grande que tenho. Acho que é preocupação de todos. Nós temos que realmente equacionar isso, se possível o quanto antes. Como vamos fazer para que eles estejam preparados para esse novo momento histórico que nós estamos vivendo?

É um dado sobre o qual acho que a gente merece debruçar e discutir, vendo qual a forma de a gente adaptar. O professor cenequista falou claro que o professor não está preparado para a interdisciplinaridade. Ele tem dificuldade. E há a transversalidade também. Nós temos que orientar muito sobre esses aspectos, porque hoje o ensino é fragmentado por disciplina, não há nenhuma articulação entre uma disciplina e outra. São todas independentes. E isso realmente não leva o aluno a nada. O aluno ao assistir a uma aula de química acha um engodo, uma coisa chata. Então, nós temos que tornar o ensino atraente para diminuir a evasão. Acho que é possível a gente questionar e aprofundar tudo isso.

Então, mais uma vez eu quero agradecer o depoimento de vocês. Foi rico mesmo. Como falou a nossa Senadora Simone, que sabe da preocupação que tenho com o ensino básico, porque militei muito tempo nisso, e também com o ensino superior. E sentida a dificuldade do aluno do primeiro ano do ensino superior pela falta de conhecimento que tinha, principalmente das próprias disciplinas de física, química, biologia e tudo o mais.

Então, quero dizer para vocês que nós estamos avançando, nós estamos abrindo mão de algumas coisas que estão na medida provisória, tentando mostrar que é possível. Há coisas que são possíveis, outras, não, porque acho que não é um bem para o aluno. É importante que a gente continue discutindo isso.

A minha preocupação maior é realmente com a formação de professores.

O notório saber. Eu gostaria até de que a gente pudesse ter alguém como interlocução do Conselho Nacional de Educação quanto à duração da formação pedagógica. Vamos supor um engenheiro que necessite dar aula num curso profissional, ele é obrigado a fazer 1.400 horas de formação pedagógica. Nós tínhamos antes uma legislação que era de 300 horas. De repente pulou para 600; agora, 1.400. Calculem: o engenheiro já teve cinco mil horas na sua formação e, agora, é obrigado a fazer 1.400 horas para dar aulas em qualquer lugar.

Seria importante, talvez, nós conversarmos com o Conselho Nacional de Educação para a gente fazer um curso especial, não sei, de modo que fosse minimizar um pouco a duração de horas. Não há necessidade de 1.400 horas para dar formação pedagógica, porque há pessoas que têm aptidão para dar aula, mas a obrigação é esta: tem de ser licenciado. Se se pudesse reduzir isso para umas 360 horas, eu acho que seria o ideal. Essa é uma opinião minha. E, se for comungada por vocês, nós podemos aprofundar este debate.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Bem, antes de passar a palavra, quero registrar aqui a presença do Sr. Rossieli Gonçalves da Silva, que é o nosso Secretário de Educação Básica do MEC.

Obrigado pela presença.

Farei as considerações finais na ordem inversa.

Portanto, passo a palavra à Mariza Abreu, nossa Consultora Legislativa da Câmara, para suas considerações finais.

A SRª MARIZA ABREU – Obrigada.

Primeiro, eu quero colocar que, em relação à questão do financiamento, não é nenhuma desconfiança em relação às boas intenções do Governo Federal. Acontece que isto tem se repetido na relação federativa brasileira: a criação de programas, de políticas etc. e tal em que os Estados e Municípios assumem responsabilidades, e, depois, os recursos desaparecem ou se reduzem no meio do caminho. De 2015 para cá, então, esse negócio está muito sério em função da crise econômica brasileira. Ou nem vem. Ou como a complementação para o piso do magistério. Nunca houve complementação da União.

Então, é uma questão concreta a gente fazer mudanças desse tipo nos sistemas de ensino dos Estados e Municípios contando com recursos do Governo Federal, o que não é seguro. Essa é uma questão.

Segundo, Deputada Dorinha, pelo que entendo – eu não estudei muito –, a ampliação da jornada já estava no projeto da Câmara, né? Aí é que eu acho que a gente tem de ter uma preocupação. Há todas as questões que vocês levantaram, ensino noturno ou cinco horas para todos em vez de algumas escolas só em tempo integral. Mas, principalmente, eu quero chamar a atenção dos senhores para o seguinte: a LDB original já tem, no art. 30 e não sei o que do ensino fundamental, a implantação gradativa do tempo integral. A LDB tem 20 anos. E hoje a gente tem 21,9% de matrículas nos anos iniciais e 16,4% nos anos finais. Não é a imposição da lei que muda isso. É a demanda social e a disponibilidade de recursos. Então, colocar o mesmo dispositivo para o Ensino Médio não vai mudar a realidade concreta se não houver demanda da sociedade e recursos públicos para fazer.

Por fim, eu quero dizer para os senhores o seguinte: eu acho que a gente não deve perder esta oportunidade.



O melhor será que a parte regulativa da reforma do Ensino Médio desta medida provisória guarde a maior relação possível com o projeto que já vem sendo discutido há quatro anos na Câmara dos Deputados, que é muito semelhante. Uma das deficiências que eu aponte – e eu entendo que os itinerários formativos não precisam ser ou não devem ser iguais às áreas – está no projeto da Câmara também, porque a gente não tem este debate aprofundado. Mas o que dá para fazer agora, façamos agora. A gente, na construção da base, na experiência de uma base diversificada, pode alterar isso lá adiante também.

Agora, há mudanças que a medida provisória introduziu, como as dos parágrafos do art. 26, que são desnecessárias.

E a questão do inglês a gente tem de aprofundar. E é a hora de fazer isso? Do meu ponto de vista, até é. Mas eu acho que a gente tem de ter consciência disso.

Então, resumidamente, a minha posição é: não percamos a oportunidade. Mas vamos construir, no que se refere à reforma do Ensino Médio, o maior consenso possível, aproximando mais a medida provisória do projeto que tramita na Câmara, de tal forma que ela abra um espaço real para que a gente possa continuar discutindo a flexibilização e tomando as iniciativas de implementação do currículo do Ensino Médio por tratar-se de algo que a sociedade brasileira precisa.

Agora, para terminar: nada se modifica na realidade das escolas por uma lei. Se a gente não tiver discussão com os professores, mudança da formação dos professores etc. e tal, ficará em letra morta na lei. Agora, há que se começar por algum lado. A gente tem de ter um caminho da mudança do currículo para discutir a mudança da formação dos professores. Eu acho que o caminho é esse.

Muito obrigada.

Eu preciso sair porque tenho uma tarefa dos Municípios agora. Mas estou à disposição para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – O.k., Mariza. Agradeço a sua participação e já passo imediatamente ao Prof. Danival, para suas considerações.

O SR. DANIVAL ROBERTO ALVES – Eu só queria salientar que enfatizei a importância do professor não sendo ele o único ator na escola, mas é fundamental que pensemos em como formar esse professor para aquilo que a gente pensa em mudanças nas escolas. Não é formar o professor com foco na sala de aula. É como ele vai fazê-lo na sala de aula, desde a educação infantil.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Professor.

Passo, imediatamente, ao Dr. Ricardo Henriques.

O SR. RICARDO HENRIQUES – Bem, sobre as duas questões colocadas especificamente e sobre a orientação que já estava no PL do Ensino Médio noturno, parece um caminho de reduzir desigualdade e conseguir preservar que os jovens que tenham opção efetiva de Ensino Médio noturno é aumentar o tempo disponível. Não é a quantidade de horas a ser estudada, evidentemente. É a distribuição do tempo para a possibilidade de certificação. Acho que há uma discussão que é um tabu no Ensino Médio, por colocar que isso poderia ser discutido, e que facilitaria muito trajetórias formativas ao longo do ensino noturno que é a ideia de créditos. Eu não vejo nenhum problema de você poder concluir a sua formação em matemática, a formação em história, se for o caso, ou nas áreas de conhecimento e você modular isso. Isso acho que em geral funciona. É uma opinião muito pessoal. Não é nem do Instituto Unibanco. É opinião pessoal. Mas, sobretudo no ensino noturno, essa modulação aumenta muito a probabilidade de haver dedicação do estudante em concluir essa fase. Essa é uma discussão que pode ser colocada.

A segunda pergunta, que tem a ver com diferentes trajetórias, Deputado, é uma questão que foi colocada por todos. Mas eu só queria sublinhá-la. Primeiro, currículo e estrutura caminham juntos. A ideia aqui não é o ovo ou a galinha. Você precisa mover esses dois processos simultaneamente. Você precisa, para viabilizar um currículo do tipo que está sendo discutido, ter o sinal claro de que a flexibilização será uma possibilidade.

Por mais que a Profª Mariza Abreu tenha razão, sobre a LDB sempre ter permitido isso, sobre não ter havido nunca nenhum impedimento, eu acho que a grande discussão que está colocada hoje na pauta nos últimos anos é uma indução explícita sobre a necessidade, para adequar-se à realidade contemporânea, da flexibilização. Isso a LDB não continha. Ela não limitava. Agora a possibilidade que tanto está no PL como está na MP é você conseguir indicar isso.

Agora, isso gera duas coisas importantes, um efeito pendular, que foi levantado por vários. E eu acho que o Prof. Danival fez uma maravilhosa explanação disso, complementar ao Prof. Ronaldo. Um dos pêndulos que se associa a uma nova estrutura curricular a partir de uma visão de flexibilização é a formação de professores. Você induz a necessidade de se repensar essa formação de professores, sobretudo num recorte – e o Reitor me permita – a que as pedagogias e licenciaturas resistem enormemente, que é o recorte de prática de ensino e didática. É fundamental ter uma formação sólida em termos de filosofia da educação e de sociologia da educação, assim como um engenheiro deve ter uma formação sólida – vou brincar aqui – em termos de



sólidos, em termos de materiais, no entanto ele tem que ter algo que acho que está perdido no nosso mundo da pedagogia e da licenciatura que o engenheiro e o professor devem ter, que é a ideia do ofício, o ofício do professor.

A estrutura da base curricular permite repensar, visitar as universidades públicas e privadas em direção ao ofício do professor, o que implica fortemente a questão da didática e das práticas pedagógicas com a complexidade que o Professor Danival trouxe. Obviamente, esse pêndulo vai em direção à...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO HENRIQUES – ...coisa da variação e à questão toda, uma avaliação externa que dê conta disso e uma estrutura de materiais didáticos consistentes para isso.

Para além desse pêndulo, eu só quero no meu um minuto destacar o que foi a pergunta da Deputada Professora Dorinha, que é o seguinte: seria interessante que as próximas discussões na Comissão Mista com os Deputados, os Senadores e o MEC tratassem dos desafios da implementação disso, porque a oportunidade que o PL trazia e que a medida provisória traz com a flexibilização é da responsabilidade de o sistema estadual regular sua rede.

Essa oportunidade existe, mas ela é diretamente proporcional ao seu risco. A implementação pode implodir a intenção da flexibilização. Por que ela pode implodir?

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO HENRIQUES – Porque a questão em jogo, prioritária, será garantir que os alunos fiquem, reduzam a sua evasão. Supostamente, toda a experiência internacional diz que a flexibilização aumenta a aderência para o meu direito de escolha, dados percursos alternativos, no entanto eles têm que aprender. Se não for pensada em detalhes a implementação, a ideia de que a desigualdade pode aumentar é efetiva: os dois exemplos que eu dei e o que a Professora Dorinha destacou.

Em regiões de baixa densidade demográfica, nos Municípios com baixa população, em que você tem uma escola de Ensino Médio, isso solicitará uma agenda em termos de olhar para a qualidade. Se não, o que vai acontecer? Será imposta uma única trajetória, na prática, não haverá nenhuma flexibilização e tenderá a aumentar a desigualdade frente aos grandes centros urbanos que efetivamente terão a flexibilização. Então haverá uma situação em que o que há de pior que estamos tentando enfrentar hoje ficará consolidado em regiões de baixíssima densidade demográfica e aquilo que pretensamente existir de melhor vai se dar nos grandes centros urbanos. Há uma tendência de se apartar ainda mais o País se não se pensar na implementação. Outra dimensão de regulação é que talvez se subestimem as potências. Então, novamente uma potência que pode virar um risco, da flexibilização, também do ponto de vista da capacidade de oferta que se dará nos grandes centros urbanos. Seria maravilhoso se um secretário de Estado conseguisse ter uma visão de território, o que não é comum nas nossas gestões da política pública, que são estritamente territoriais, pensando em sujeitos concretos e em territórios concretos para se dar conta de que as escolas, no seu conjunto, ofereceriam as flexibilizações. Assim se poderiam ter especializações que aumentariam a probabilidade de as escolhas serem efetivas.

Muito obrigado. Não só agradeço, como ressalto que é muito bom ver essa prática de debate acelerada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado.

O Relator está indo votar, está em votação nominal, mas passo imediatamente à Professora Maria Alice Setubal.

A SRª MARIA ALICE SETUBAL – Eu queria fazer algumas considerações, voltando à questão que considero principal, que é sair do discurso e passar para a prática na questão da priorização da educação.

A Professora Mariza falou que a lei por si só não vai mudar a escola, o Ricardo Henrique enfatizou toda a questão da implementação dessa reforma do Ensino Médio e eu só estou reforçando esses aspectos. Acredito que seja uma questão cultural brasileira. Acreditamos que, porque se fez a lei ou porque se desfez o discurso de que a educação é prioridade, isso por si só vale.

Nessa direção, no meu entendimento, a priorização de uma educação de qualidade é priorizar o direito de todos os jovens a uma educação de qualidade. Essa é uma grande mudança também.

Nós temos uma cultura em que sempre criamos programas e projetos para poucos. São vitrinas políticas. Inverter essa cultura é trazer realmente a priorização do direito à educação para todos, de uma forma igual.

Fico bastante satisfeita e considero muito promissor que o Senador Pedro Chaves tenha falado da questão da ampliação da jornada para cinco horas. Isso é fundamental. Espero que realmente esse ponto seja colocado na comissão, no encaminhamento ao Senado.

Outro ponto que me parece fundamental, ainda com relação à implementação, são as condições que as secretarias terão para implementar essa reforma. As condições são várias, de diferentes naturezas.



Todos aqui enfatizaram o problema da formação de professores. E eu também fico bastante satisfeita que o Senador Pedro Chaves tenha colocado isso e esteja sensível quanto a esse tema que já mencionei. Não vou me alongar nisso. Além da formação dos professores, que condições de financiamento os Estados vão ter para implementar essa reforma?

No meu ponto de vista, a minha recomendação é de que em vez de se ter um recurso para o ensino integral que se canalize esse recurso para dar condições para que os Estados consigam implementar uma educação de Ensino Médio de cinco horas para todos, de modo que paulatinamente isso vá aumentando, e tenham condições de contratar professores e fazer com que os percursos educativos realmente aconteçam.

Como já foi colocado – e eu mesma citei na minha fala inicial – quanto à questão dos Municípios pequenos, de até 20 mil habitantes, nós estamos falando de praticamente um milhão de alunos que estão alocados nesses Municípios. Se não houver uma legislação que apoie a articulação desses Municípios não vão acontecer esses percursos educativos.

Então, pensar como nós vamos garantir essa possibilidade de uma de uma igualdade de oportunidades e que realmente esses percursos aconteçam, porque, senão, se não houver condições de formação de professores, se não houver recursos financeiros para os Estados implementarem essa reforma, se não houver uma possibilidade de formação de professores, nós vamos reorganizar o que está muito precário. E nós vamos reorganizar essa precariedade do Ensino Médio, que vai ter outra cara, mas vai continuar precário.

(Soa a campanha.)

A SRª MARIA ALICE SETUBAL – Então, eu acho que é fundamental o Senado ter clareza do que nós estamos falando.

E os dois últimos pontos, rapidamente – a Mariza levantou acho que... –, quanto à questão do financiamento, de que eu já falei aqui, mas também, se vamos priorizar, numa época de crise, o ensino integral.... Para o ensino integral do Fundeb são R\$100 a mais por aluno. Se nós não vamos aumentar o montante da educação como um todo, por conta da PEC 241, essa conta não vai bater. Nós vamos tirar mesmo recurso dos Municípios, e nós vamos tirar recursos da educação básica.

E, finalmente, só levantando um ponto de que o Prof. Danival falou e o qual a Mariza também colocou: é sair dessa cultura do diploma para uma cultura do conhecimento. Quer dizer, é fundamental que a gente valorize o conhecimento, não só esse diploma.

Então, de novo, nas condições de implementação desses diferentes percursos, se a gente não mudar e não der condições de implementação, nós vamos, de novo, ter um diploma, um ensino precário com outra cara, só valorizando o diploma. Porque talvez mais alunos consigam terminar o Ensino Médio, mas, em relação à questão do conhecimento, que é o que vale, é o que vai fazer diferença lá na frente, nós vamos continuar sem esse aprofundamento do conhecimento. Era isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, professora.

Passo a palavra, de imediato, também para as considerações finais, ao nosso Prof. Wilson de Matos Silva.

O SR. WILSON DE MATOS SILVA – O.k.

Presidente, eu acho que nós não podemos perder este momento ímpar de termos, pelo menos, um período do ensino básico de tempo integral, o que está sendo proposto pelo Ministério da Educação, pelo Governo neste momento. Nós estamos discutindo aqui as dificuldades, que para mim são questões pontuais. Eu me lembro de, quando, na década de 60, com a Lei 5.692, salvo engano, foi socializado o ensino fundamental até o oitavo ano ou até o ginásio, pelo Brasil inteiro. O Brasil era rico naquela época, era muito mais rico do que hoje – nem tanto –, e Estados e Municípios tiveram, com apoio do Governo, deram as mãos, e foi implantado gratuitamente, até o final do antigo ginásio.

Segundo, quando, na década de 60, estendeu-se o Ensino Médio por todo o interior do País, nós tínhamos professores para trabalhar nesse Ensino Médio? Nós não tínhamos professores para trabalhar nesse Ensino Médio. Para quem tinha o Ensino Médio, que se fazia nos grandes centros, os do meu tempo se lembram disso, havia um modelo de estudo chamado CAD, havia o “Cadinho” e o “Cadão”: eram 300 horas, e mil e poucas horas. Habilitava-se para trabalhar no Ensino Médio.

Eu tive muitos professores que tinham Ensino Médio e mais umas 300 horas de especialização. Nem por isso eu deixei de ter sucesso na minha caminhada profissional. E muitos da geração tiveram oportunidade, pela coragem dos legisladores daquela época, mesmo sem ter as condições plenas e reais, eram visionários e corajosos.

E os problemas pontuais foram sendo resolvidos depois, com a implantação das faculdades de Filosofia, Ciências, Letras concomitantemente, por todo o Brasil. Mas são necessários quatro, cinco anos, para se formar



um professor, e eles colocaram o científico para todo o lado, o Ensino Médio para todo o lado neste País. Então, nós tivemos vários momentos em que havia gargalos. E o Senador Pedro Chaves falou do problema do professor – tive a oportunidade de sair e conversar com ele lá fora. Um professor está habilitado para dar aula neste País se ele fizer uma especialização de 360 horas. Qualquer profissional de curso superior, ao terminar o curso superior, se ele fizer uma especialização de 360 horas, estará credenciado para trabalhar no ensino superior. E não estará para trabalhar no Ensino Médio?

Então, com 360 horas de especialização, o que corresponde a um ano, nós formaremos os professores necessários para atender a essa demanda. Não plenamente, mas nós temos que entender que, numa fase de transição, vão acontecer algumas dificuldades pontuais, sem dúvida nenhuma. E hoje nós temos uma gama muito intensa de curso tecnológico – que se diferencia do técnico; tecnológico é o de ensino superior. E esses cursos tecnológicos são feitos em dois a três anos. Em todas as áreas profissionais, nós temos profissionais formados nesses cursos tecnológicos: 360 horas especialização em metodologia do ensino ou didática, em que se fundem essas questões, e nós teremos os professores prontos.

Vai haver problemas de recurso? Vai, pontualmente aqui e ali, mas, dentro de alguns anos, tudo isso será plainado. E nós, nesse momento, vamos estar marcando a História deste País para um grande salto da qualidade. Então, eu quero ainda mencionar a questão do ensino, dos que estudam à noite, que são em torno trinta e poucos por cento. Faça-se em três, quatro ou cinco anos! Muitos deles vão migrar para a manhã, para o diurno, e, dentro de pouco tempo, todos vão estar integrados no curso diurno. Por que menor de 16 anos não pode trabalhar neste País? Ele vai terminar o Ensino Médio com 17, é um ano a mais.

Então, nós temos que nos ajustar à nova realidade. Nos países desenvolvidos, a sociedade se ajustou à escola, e não a escola à sociedade. Nos Estados Unidos, ninguém vai para casa almoçar, porque o aluno sai de casa, a criança, o adolescente, o jovem sai de casa, às 7h, às 8h da manhã, e volta às 16h, 17h. Então, o trabalho é contínuo, todos têm meia hora de almoço, e um lanche rápido, para poder voltar para casa e receber os filhos no final do dia.

Então, a sociedade tem que se adequar às novas exigências para o desenvolvimento educacional, desenvolvimento de competência e habilidade da nossa juventude. Senão, vamos continuar amargando pífios resultados de conhecimento perante o mundo todo. E pagaremos com o não desenvolvimento do nosso País. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado.

Passo a palavra, para as considerações finais, ao nosso último orador Ronaldo Mota.

O SR. RONALDO MOTA – Presidente, Deputado Izalci, mais uma vez, quero agradecer, e agora agradeço duplamente, porque tenho certeza de que mais aprendi do que exatamente contribuí. Mesmo assim, deixo um texto completo em que trato com mais detalhes os temas que o tempo não nos permitiu tratar.

O que me parece a questão crucial, central é a de que nós temos no Ensino Médio uma oportunidade ímpar de conjugar qualidade e quantidade. Acho que foi a tônica de vários que puderam se manifestar hoje.

Isso não é pouco, isso é quebrar o paradigma de um País que acostumou a fazer coisas boas para muitos, mas não faz ao mesmo tempo. Quando faz coisas boas, faz para poucos; e, quando faz para muitos, quase inexoravelmente, incorpora má qualidade. Creio que nós temos um novo cenário – e aqui insisto – usando e abusando de tecnologias digitais, em que é possível combinar essas duas coisas.

Só para dar um exemplo, nós discutimos muitas coisas em educação, em vários campos, sem sequer tratar de analítica da aprendizagem. Analítica da aprendizagem é um recurso extremamente contemporâneo, que era impossível ter sido pensado antes, porque não havia sequer as ferramentas para pensá-la. E ela nos fornece a possibilidade de coisas que não imaginamos.

Sendo muito breve, hoje, já há experimentos mostrando que a empresa Google conhece sobre cada um de nós mais do que o próprio irmão. Isso é utilizado de forma comercial. A utilização disso no campo educacional é sem precedentes e ilimitada. Nesta sala, ainda que haja poucos aqui, a média flutua em torno de que 5% têm TDAH do ponto de vista de marcador genético. Se a educação não for pensada considerando-se que há 5% que têm TDAH, esses 5% terão necessariamente um rendimento inferior, mas, se nós soubermos, de antemão, localizá-los, nós podemos imaginar um modelo que contenha trajetórias individualizadas e personalizadas que permitirão não só que eles possam ir tão bem como os demais, mas, tipicamente, ir melhor que os demais, desde que você os conheça, os reconheça e tenha trajetórias específicas para eles. Isso é interessantíssimo, isso pode e deve ser incorporado. E, tipicamente, nós simplesmente desprezamos esses elementos.

Amanhã, eu tenho, às 8h, a convite da Frente Parlamentar, do Presidente Alex Canziani, a oportunidade de falar mais. É a partir das 8h da manhã, um horário ingrato. Certamente, eu acho que nós temos um caminho enorme. O que me atrai, seja uma MP, seja um projeto de lei em regime de urgência urgentíssima, é basicamente a flexibilidade, que nos permita atuar nisso o mais rapidamente possível. Eu acho, como cidadão, que nós não



temos o direito de prorrogar isso demais, à medida que, como está hoje, com esse nível de engessamento, não

há a menor possibilidade de incorporar metodologias absolutamente inovadoras que incorporam, na forma

adequada, creio eu – e isso pode ser em todos os níveis educacionais, mas, particularmente, no Ensino Médio

–, como se trabalhem tecnologias que possam mediar isso em outro padrão, em outra qualidade.

Agradeço. Foi um prazer poder estar aqui com os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradecemos a presença dos nossos convidados.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 52 minutos.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 748, DE 2016, PUBLICADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2016, QUE “ALTERA A LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012, QUE INSTITUI AS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 9 DE NOVEMBRO DE 2016.

Às catorze horas e cinquenta e nove minutos do dia nove de novembro de dois mil e dezesseis, no Plenário número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Deputado Julio Lopes reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 748, de 2016, com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Ataídes Oliveira, Pastor Valadares, Antônio Carlos Valadares, Elmano Férrer, Wellington Fagundes, Pinto Itamaraty e Eduardo Amorim; e dos Deputados Julio Lopes, Mauro Lopes, Angelim, João Paulo Papa, Márcio Marinho, Pedro Fernandes, Jones Martins, Domingos Sávio, Hugo Leal, Efraim Filho e Edmilson Rodrigues. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião. Às quinze horas a reunião é suspensa, sendo reaberta às quinze horas e cinquenta e oito minutos, sob a presidência do Senhor Senador Fernando Bezerra Coelho. A Presidência comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes do Deputado Julio Lopes e do Senador Antônio Carlos Valadares para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Deputado Julio Lopes, Presidente Eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa o Senador Fernando Bezerra Coelho como Relator e o Deputado José Rocha como Relator Revisor. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Rodrigo Ribeiro Bedritichuk, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador Fernando Bezerra Coelho, e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Bezerra Coelho
Presidente Eventual



O SR. PRESIDENTE (Julio Lopes. Bloco/PP - RJ) – Boa tarde, senhoras e senhores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 748, de 2016.

Informo ainda que, de acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que estabelece o rodízio na direção das Comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados, e a Relatoria sob responsabilidade do Senado Federal.

Bom, então, suspendo a sessão por 30 minutos.

(Suspensa às 14 horas e 59 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 58 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Declaro reaberta a reunião da Comissão, que tem como objetivo analisar a Medida Provisória nº 748, de 2016.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa.

Informo que foram indicados pelas Lideranças, para Presidente, o Deputado Julio Lopes, que está aqui, ao meu lado, e para Vice-Presidente o Senador Antonio Carlos Valadares.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Srs. Parlamentares que concordam com as indicações permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Declaro eleitos, por aclamação, o Sr. Presidente, Deputado Julio Lopes, e o Sr. Vice-Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares.

Passo a Presidência da Comissão ao Sr. Deputado Julio Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Julio Lopes. Bloco/PP - RJ) – Saudando a todos e agradecendo ao Senador Bezerra, designo como Relator e como Relator Revisor da medida provisória, respectivamente, o Sr. Senador Fernando Bezerra Coelho, a quem já agradeço, e o Sr. Deputado José Rocha.

Antes do encerramento dos trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata, será encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro, então, encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 49 minutos, a reunião é suspensa às 14 horas e 59 minutos, reaberta às 15 horas e 58 minutos e encerrada às 15 horas e 59 minutos.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 749, DE 2016, PUBLICADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2016, QUE “DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO, PELA UNIÃO, AOS ESTADOS, AO DISTRITO FEDERAL E AOS MUNICÍPIOS, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2016, COM O OBJETIVO DE FOMENTAR AS EXPORTAÇÕES DO PAÍS”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 9 DE NOVEMBRO DE 2016.

Às dezesseis horas e treze minutos do dia nove de novembro de dois mil e dezesseis, no Plenário número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Deputado Fernando Monteiro, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 749, de 2016, com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Simone Tebet, Telmário Mota, Fernando Bezerra Coelho, Elmano Férrer, Wellington Fagundes, José Agripino e Eduardo Amorim; e dos Deputados André Amaral, João Carlos Bacelar, Fabio Garcia, Márcio Marinho, Pedro Fernandes, Fábio Ramalho, Jones Martins e Efraim Filho. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes do Senador Fernando Bezerra Coelho e do Deputado Fernando Monteiro para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Senador Fernando Bezerra Coelho, Presidente eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa o Deputado João Carlos Bacelar como Relator e a Senadora Simone Tebet como Relatora Revisora. O Senador Wellington Fagundes apresenta o Requerimento nº 1, solicitando a realização de audiência pública para instruir a matéria. Colocado em votação, o Requerimento é aprovado. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e quinze minutos, lavrando eu, Rodrigo Ribeiro Bedritichuk, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Fernando Bezerra Coelho, e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Bezerra Coelho
Presidente



O SR. PRESIDENTE (Fernando Monteiro. Bloco/PP - PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 749, de 2016. Informo que, de acordo com a Resolução nº 1, de 2002, que estabelece o rodízio na direção das Comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal, e a Relatoria sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Comunico que há acordo de Lideranças para eleição da Mesa.

Informo que foram indicados pelas Lideranças, para Presidente, o Senador Fernando Bezerra Coelho, e para Vice-Presidente o Deputado Fernando Monteiro.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Srs. Parlamentares que concordarem com as indicações permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Declaro eleito por aclamação, para Presidente, o Senador Fernando Bezerra Coelho, a quem convido para assumir a Presidência, e para Vice-Presidente, o Deputado Fernando Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Por acordo de Lideranças, designo como Relator e Relator Revisor da Medida Provisória nº 749, de 2016, que tem como objetivo definir os repasses de recursos provenientes do ICMS das exportações, o nosso conhecido FEX (Fundo de Fomento às Exportações) para os Estados e Municípios brasileiros, o Sr. Deputado João Carlos Bacelar, como Relator, e a Srª Senadora Simone Tebet, como Relatora Revisora.

Quero também dizer que o Senador Wellington Fagundes, que representa o Estado do Mato Grosso, esteve presente nesta reunião e já encaminhou requerimento para que possamos realizar audiência pública na semana de 22 a 25 de novembro. Para a audiência pública serão convidados representantes do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento e representantes dos Secretários de Fazenda dos Estados exportadores. A sugestão do Senador Wellington Fagundes é convidar o Secretário de Fazenda do Estado de Mato Grosso.

Essa audiência pública, portanto, será uma oportunidade para debatermos esse importante mecanismo de distribuição de recursos para Estados e Municípios, sobretudo neste momento de tantas dificuldades financeiras que os Estados brasileiros estão enfrentando para honrar seus compromissos, principalmente compromissos com a folha de pagamentos, com saúde e educação.

Portanto, quero também submeter à votação o requerimento do Senador Wellington Fagundes.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento do Senador Wellington Fagundes.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata será encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 16 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 17 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

